



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A ARQUEOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO: A “RESTAURAÇÃO DO QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES” DE
LARANJEIRAS/SE.

Tatiana de Carvalho Costa

Laranjeiras
2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

A ARQUEOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO: A “RESTAURAÇÃO DO QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES” DE
LARANJEIRAS/SE.

Tatiana de Carvalho Costa

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em ARQUEOLOGIA como
requisito parcial à obtenção do título de Mestre
em Arqueologia.

Orientadora: Dra. Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti Brendle
Agência Financiadora: CAPES

Laranjeiras
2013

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Costa, Tatiana Carvalho.

C 837a A arqueologia como instrumento de preservação do patrimônio arquitetônico: a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras-SE / Tatiana Carvalho Costa; orientadora Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti Brendle. – Laranjeiras, 2013.

123 fl., II.

Dissertação (Mestrado em arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Arqueologia – Pesquisa. 2. Arquitetura – Conservação e restauração. 3. Restauração – Laranjeiras, SE. I. Brendle, Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti. II. Título.

CDU 902:712 (813.7)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE

TATIANA DE CARVALHO COSTA

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE EM 23/08/2013.

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Maria de Betânia Uchôa Cavalcanti Brendle
Orientadora

1º Examinador: Dr. Gilson Rambelli
Universidade Federal de Sergipe

2º Examinador: Dr. Rodrigo Espinha Baeta
Universidade Federal da Bahia

Aos meus pais,
à minha filha
e à mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, querida Prof^a. Dr^a. Betânia Brendle, pela sua dedicação inigualável e por me transmitir um pouco da sua grande experiência e paixão pela arquitetura.

À minha mãe, pelas suas palavras sempre positivas que “caem como uma luva” nos meus piores momentos.

Ao meu pai, que mesmo “sem fazer ideia do que eu estava escrevendo”, não me permitiu desistir...

À minha irmã pelo seu eterno amor e cumplicidade.

Aos meus amigos-família de Aracaju: Débora, Betânia, Marina, Márcia, Íris, Melissa, Jade, Damiana, Ana, Léo, Maíra, Gabi, Tici, Tiago, Ivy, Bruno.

Aos amigos do mestrado, Ju Betarello e Ronaldo.

Aos colegas de trabalho: Juliana, Eduardo e Eloísa, pela compreensão.

À Jenilton Ferreira, por me apresentar ao campo da Arqueologia da Arquitetura quando ainda terminava seu doutorado na Espanha e pela sua disponibilidade e franqueza.

Aos professores do PROARQ pelos ensinamentos sobre o universo da arqueologia, em especial, Márcia Barbosa, Andrés Zarankin e Gilson Rambelli.

À José Carlos, Luciana Machado e colegas da SEINFRA/SE pelas informações.

Ao arqueólogo Ademir Ribeiro Jr., pelos dados disponibilizados.

À arquiteta Marta Chagas, por partilhar da sua experiência e vivência no IPHAN e em Laranjeiras/SE.

E por fim, a CAPES, pela bolsa de estudos concedida ao longo de dois anos de pesquisa.

RESUMO

O objetivo geral desta pesquisa é investigar e demonstrar a interface da arqueologia em intervenções restaurativas na preexistência arquitetônica de valor patrimonial. Para tanto será examinada a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches”, atual Campus da Universidade Federal de Sergipe, executada pelo Programa Monumenta na cidade de Laranjeiras/SE. A interação entre arqueologia e restauração se materializou no Brasil na década de 1960 com o início das pesquisas em Arqueologia Histórica e é proclamada no contexto internacional desde a primeira metade do século XX com as recomendações das Cartas Patrimoniais, resultantes de sucessivos encontros internacionais de especialistas no campo da preservação do patrimônio cultural. Desta forma estão delineados os seguintes objetivos específicos: 1) Identificar os aspectos fundamentais da Teoria da Restauração e sua interface com a pesquisa arqueológica; 2) Investigar as práticas arqueológicas na preexistência arquitetônica e sua contribuição para o projeto de restauração; e 3) Revelar os aspectos institucionais que regulamentam posturas e práticas referentes à arqueologia e à preservação do patrimônio arquitetônico.

Palavras-chaves: Pesquisa arqueológica; preexistência arquitetônica; restauração arquitetônica; “Quarteirão dos Trapiches”; Programa Monumenta; Laranjeiras/SE.

ARCHAEOLOGY AS A TOOL FOR THE PRESERVATION OF ARCHITECTURAL
HERITAGE: THE RESTORATION OF THE “QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES” IN
LARANJEIRAS/SE

ABSTRACT

The purpose of this research is to investigate and to demonstrate the interface of archaeology in restoration interventions in the preexisting architectural heritage. In this context, the restoration of the “*Quarteirão dos Trapiches*” or *Trapiches* Block, a current university campus of the Federal University of Sergipe, carried out by the *Programa Monumenta* in the city of Laranjeiras/Se will be examined. The interaction between archaeology and restoration started in Brasil in the 1960’s with the beginning of Historic Archaeology research, and in the international context, since the first half of the 20th century through the recommendations of the international heritage charters, which followed international meetings of experts in cultural conservation and restoration. The main research aims are: 1) to identify the fundamental aspects of the restoration theories and their interface with the archaeological research; 2) To investigate the archaeological praxis in the preexisting architectural heritage and its contribution for the restoration project; and 3), to reveal institutional aspects which settle postures and practices referred to archaeology and for the preservation of the architectural heritage.

Keywords: Archaeological research; architectural preexisting built form; architectural restoration; “*Trapiches* Block”; Programa Monumenta; Laranjeiras/SE.

SUMÁRIO

	Pág.
AGRADECIMENTOS	06
RESUMO	07
ABSTRACT	08
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
1. INTRODUÇÃO	15
2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: GÊNESE E PRESERVAÇÃO	21
2.1. O patrimônio e sua salvaguarda	21
2.2. Teoria da Restauração	30
2.2.1. Restauro estilístico	30
2.2.2. Anti-restauro	36
2.2.3. Restauro filológico ou científico	38
2.2.4. Restauro crítico	41
2.3. A Restauração na contemporaneidade	44
3. INTERFACE ENTRE ARQUEOLOGIA E RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA: TEORIA E PRÁTICA	46
3.1. A Arqueologia da Arquitetura	46
3.2. Arqueologia aplicada à restauração do patrimônio arquitetônico	56
3.3. Fundamentação legal e referenciais técnicos	73
4. ESTUDO DE CASO: A “RESTAURAÇÃO DO QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES” DE LARANJEIRAS/SE	81
4.1. A cidade, o porto e a feira	81
4.2. O “Quarteirão dos Trapiches”	90
4.2.1. Intervenção arquitetônica	93
4.2.2. Intervenção arqueológica	96
4.2.3. (Des) Conhecendo o objeto arquitetônico	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXOS	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

	Pág.
Figura 01	Plano de Haussmann: abertura da <i>Avenue de l' Ópera</i> , em Paris. 23
Figura 02	Exemplo de recomposição de um arco por anastilose. Sagalassos, Turquia. 24
Figura 03	Instituto Ricardo Brennand, Recife/PE. 25
Figura 04	Praça do Castelo, em Varsóvia. 26
Figura 05	Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1987. 28
Figura 06	Imagens do Complexo Ver-o-Peso, em Belém/PA. 29
Figura 07	<i>Sainte-Chapelle</i> , em Paris. 31
Figura 08	Proposta de Viollet-le-Duc para Notre Dame de Paris e sua versão final. 32
Figura 09	Detalhe das esculturas dos Reis de Judá da Catedral de Notre Dame, em Paris. 32
Figura 10	Esculturas dos Reis de Judá na Catedral de Notre Dame, em Paris. 32
Figura 11	Modelos da restauração do <i>Chateau de Pierrefonds</i> : antes da restauração. 33
Figura 12	Modelos da restauração do <i>Chateau de Pierrefonds</i> : restauro estilístico coordenado por Viollet-le-Duc. 33
Figura 13	Modelo final da restauração do <i>Chateau de Pierrefonds</i> . 34
Figura 14	Catedral da Sé, Olinda-PE, no século XVII e no final do século XIX. 35
Figura 15	Catedral da Sé, Olinda-PE, em 1911 e 1930. 35
Figura 16	Catedral da Sé, Olinda-PE. Durante e após a obra de restauração realizada pelo IPHAN na década de 1970. 35
Figura 17	Pátina em Templo em Angkor, Camboja. 37
Figura 18	Intervenção realizada em um dos templos de Ankor, no Camboja. 37
Figura 19	Reforço estrutural para o <i>Colosseum</i> , em Roma, em 1806. 39
Figura 20	Arco de Tito, situado em Roma, na Itália, antes do restauro realizado por Valadier 40
Figura 21	Arco de Tito, em Roma, Itália, após o restauro desenvolvido por Valadier. 40
Figura 22	Lacunas em painéis de azulejo em Recife e em João Pessoa 42
Figura 23	<i>Piazza San Marco</i> em Veneza: ilustração do campanário antes do desabamento. 43
Figura 24	<i>Piazza San Marco</i> em Veneza: campanário reconstruído. 43

Figura 25	Exemplo de aplicação do modelo Gamma de Hillier e Hanson.	49
Figura 26	Exemplo de aplicação do modelo Gamma de Hillier e Hanson.	49
Figura 27	Leitura estratigráfica da Portaria do Mosteiro de Tibães em Portugal.	51
Figura 28	Interpretação estratigráfica dos rebocos do Cuarto Real de S. Domingo, em Granada, Espanha.	52
Figura 29	Construção gradual de uma sequência estratigráfica.	52
Figura 30	Exemplo de Matriz de Harris.	53
Figura 31	Definição de Unidades Estratigráficas em seção da Igreja Idanha-a-Velha, Portugal.	53
Figura 32	Igreja de Idanha-a-Velha, em Portugal.	54
Figura 33	Matriz de Harris da Igreja de Idanha-a-Velha, Portugal.	54
Figura 34	Tipologia de aparelhos e manejo do talhe da pedra.	56
Figura 35	Molde em gesso de vítimas da erupção do Vesúvio em Pompéia.	56
Figura 36	Vista parcial da cidade de Pompéia.	57
Figura 37	“Vila dos Mistérios” em Pompéia.	57
Figura 38	<i>Gottfried Böhm-Kapelle</i> na década de 1950, Alemanha.	59
Figura 39	Detalhe das escavações na Igreja de <i>Sankt Kolumba</i> , Alemanha, onde foram evidenciados vestígios arqueológicos dos séculos IV, XII, XIV.	59
Figura 40	Planta Baixa da Igreja de <i>Sankt Kolumba</i> .	60
Figura 41	Elevações laterais da Igreja <i>Sankt Kolumba</i> .	61
Figura 42	Corte esquemático do Museu Kolumba.	61
Figura 43	Planta baixa da Igreja <i>Sankt Kolumba</i> .	62
Figura 44	Projeto do Museu Kolumba.	62
Figura 45	Fachadas do Museu Kolumba.	63
Figura 46	Interior do Museu Kolumba.	63
Figura 47	Detalhes construtivos do Museu Kolumba.	64
Figura 48	Vista geral da Missão Jesuítica de São Miguel Arcanjo, Rio Grande do Sul.	66
Figura 49	Museu das Missões, RS.	66
Figura 50	Vista da Igreja de São Miguel, RS.	67
Figura 51	Desenho dos capitéis do sítio São Luiz Gonzaga.	67
Figura 52	Visão geral das ruínas da Casa da Torre Garcia D’Ávila, Praia do Forte/BA.	69

Figura 53	Casa da Torre Garcia D'Ávila após a intervenção, Praia do Forte/BA.	69
Figura 54	Vestígios encontrados nas escavações da Casa da Torre Garcia D'Ávila, Praia do Forte/BA.	70
Figura 55	Casa da Torre Garcia D'Ávila, Praia do Forte/BA.	70
Figura 56	Detalhe das passarelas da Casa da Torre Garcia D'Ávila, Praia do Forte/BA.	71
Figura 57	Pátio do Convento Franciscano de Olinda antes das intervenções arqueológicas, Olinda/PE.	74
Figura 58	Situação atual do Pátio do Convento Franciscano de Olinda/PE.	74
Figura 59	Feira de Laranjeiras/SE no início do século XIX.	84
Figura 60	Praça da Feira de Laranjeiras/SE em meados do século XX.	84
Figura 61	Vista aérea do núcleo urbano de Laranjeiras/SE.	86
Figura 62	Exemplos de sobrados “magros” no Bairro do Recife/PE.	86
Figura 63	Tipologia arquitetônica dos sobrados brasileiros no século XIX.	87
Figura 64	Sobrado do século XIX na antiga Rua Direita, em Laranjeiras/SE.	87
Figura 65	Sobrado do século XIX na Praça Samuel de Oliveira, em Laranjeiras/SE.	88
Figura 66	Cais das Amarras em Salvador/BA, em 1855.	89
Figura 67	Edificações da zona portuária de Laranjeiras/SE.	89
Figura 68	Reprodução de engenho movido a tração animal nas vizinhanças do Recife/PE.	91
Figura 69	Centro de Tradições, em Laranjeiras/SE.	92
Figura 70	Vista geral da área do porto de Laranjeiras/SE.	92
Figura 71	Trapiche Santo Antônio em 1960 – Laranjeiras/SE.	92
Figura 72	Vista aérea da antiga área portuária de Laranjeiras/SE.	93
Figura 73	Vista aérea da antiga área portuária de Laranjeiras/SE.	93
Figura 74	Sondagens realizadas no “Quarteirão dos Trapiches”, em Laranjeiras/SE.	97
Figura 75	Artefatos recolhidos no sobrado 159, em Laranjeiras/SE.	100
Figura 76	Escada que daria acesso à cozinha do pavimento superior do sobrado 159, em Laranjeiras/SE.	100
Figura 77	Alterações na morfologia construtiva do sobrado 159, em Laranjeiras/SE.	101
Figura 78	Detalhe do piso de pedra calcária evidenciado com as sondagens no sobrado 159, em Laranjeiras/SE.	101

Figura 79	Interior do sobrado 159, em Laranjeiras/SE, antes da restauração.	101
Figura 80	Sondagens nas ruínas em frente ao Mercado de Laranjeiras/SE.	102
Figura 81	Sondagens nas ruínas em frente ao Mercado de Laranjeiras/SE.	102
Figura 82	Sondagens nas ruínas em frente ao Mercado de Laranjeiras/SE.	103
Figura 83	Canaleta encontrada durante as sondagens no Trapiche Santo Antônio, em Laranjeiras/SE.	104
Figura 84	Bases de pisos encontradas durante as sondagens no Trapiche Santo Antônio, em Laranjeiras/SE.	104
Figura 85	Escada sem funcionalidade no “Quarteirão dos Trapiches”, em Laranjeiras/SE.	105
Figura 86	Localização da canaleta encontrada durante as sondagens no Trapiche Santo Antônio, em Laranjeiras/SE.	108
Figura 87	Localização do muro de arrimo encontrado durante as sondagens nas ruínas em frente ao Mercado, em Laranjeiras/SE.	109
Figura 88	Localização dos pisos em pedra calcária evidenciados nas sondagens das ruínas em frente ao Mercado, em Laranjeiras/SE.	109
Figura 89	Pisos em pedra calcária encontrados nas sondagens do sobrado 159, em Laranjeiras/SE.	110
Figura 90	Pisos em pedra calcária do sobrado 159, em Laranjeiras/SE, após remoção e reassentamento.	111
Figura 91	Alterações morfológicas e de tipologia construtiva do Trapiche Santo Antônio, em Laranjeiras/SE, ao longo do tempo.	112
Figura 92	Trapiche Santo Antônio, em Laranjeiras/SE, durante a obra de restauração.	112
Figura 93	Terreno ao fundo da Exatoria, em Laranjeiras/SE, antes da intervenção do Programa Monumenta.	113
Figura 94	Parte posterior do edifício da Exatoria, em Laranjeiras/SE, depois da intervenção.	113
Figura 95	Fachada principal do “Quarteirão dos Trapiches”, em Laranjeiras/SE, antes e depois da intervenção.	114
Figura 96	Fachada posterior do “Quarteirão dos Trapiches”, em Laranjeiras/SE, antes e depois da intervenção.	114

LISTA DE MAPAS

		Pág.
Mapa 01	Mapa do Estado de Sergipe.	81
Mapa 02	Origem da forma urbana de Laranjeiras/SE.	82
Mapa 03	Configuração urbana de Laranjeiras/SE em 1840.	83
Mapa 04	Mapa do núcleo urbano de Laranjeiras/SE.	85

LISTA DE PLANTAS

		Pág.
Planta 01	Localização do “Quarteirão dos Trapiches”, em Laranjeiras/SE.	90
Planta 02	1ª Proposta projetual do “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE, aprovada pelo IPHAN/SE.	95
Planta 03	Proposta projetual alternativa para o “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE, com a recomposição das ruínas.	95
Planta 04	Planta Baixa do Pavimento Térreo com a proposta final do Projeto Básico do “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE.	96
Planta 05	Sondagens realizadas no “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE.	98
Planta 06	Planta de Situação Cadastral do “Quarteirão dos Trapiches” de Laranjeiras/SE.	103
Planta 07	Planta Baixa do Pavimento Térreo do Sobrado 159, em Laranjeiras/SE, em 1975.	106
Planta 08	Planta Baixa do Pavimento Superior do Sobrado 159, em Laranjeiras/SE, em 1975.	107

1. INTRODUÇÃO

A preocupação com a integridade do patrimônio cultural, surgida inicialmente em decorrência da aceleração do processo de urbanização das cidades, originou no início do século XX, sucessivos encontros internacionais de especialistas na área em que foram feitas recomendações para a sua salvaguarda. Em muitas dessas orientações se torna consensual a multidisciplinaridade da preservação patrimonial ¹. A Carta de Veneza (1964) ², por exemplo, estabelece em seu Art.2º, que “A conservação e a restauração dos monumentos constituem uma disciplina que reclama a colaboração de todas as ciências e técnicas que possam contribuir para o estudo e a salvaguarda do patrimônio monumental” (CURY, 1995, p. 109).

Apesar do reconhecimento da importância de estudos multidisciplinares na obra de restauração, vê-se frequentemente, pelo menos no Brasil, muitas intervenções no patrimônio arquitetônico cujas propostas são desenvolvidas sem a definição de posturas projetuais alicerçadas na reflexão e fundamentação teórica, técnica e científica e sem a metodologia própria que o campo disciplinar exige (KÜHL, 2007b). Durante a obra de restauração, as decisões projetuais acontecem muitas vezes sem o conhecimento completo do bem arquitetônico, seja pelo descaso com o patrimônio, seja pela urgência imposta pelo atendimento a interesses de ordem política e financeira que interferem no cumprimento de procedimentos técnico-científicos estabelecidos no projeto. Resultante de condutas projetuais empíricas e/ou arbitrárias, as intervenções perpetuam equívocos materializados, por exemplo, na remoção de elementos construtivos ou ornamentais, na alteração de estruturas parietais, cotas de coberturas ou pavimentos e na modificação volumétrica de edifícios, tornando a restauração uma ação destruidora do bem que se intenciona preservar.

A arqueologia, desde a consolidação da restauração como disciplina autônoma no final do século XIX, é considerada como parte indissociável da prática restaurativa. Seu progresso e o da história da arte, juntamente com as descobertas das ciências físicas e químicas marcam inclusive o desenvolvimento deste campo do conhecimento (CHOAY, 2001). O aparelhamento teórico e metodológico da Arqueologia aproximou ainda mais estas duas áreas, resultando no desdobramento da arqueologia em segmentos particulares de interface com a restauração arquitetônica, como é o caso da Arqueologia da Arquitetura, que

¹ Por ‘preservação patrimonial’ no Brasil entende-se variados tipos de ações, tais como inventários, registros, providências legais para a tutela, educação patrimonial e políticas públicas. Abrange também as intervenções nos bens, para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro, sob as formas de manutenção, conservação ou restauração. (KÜHL, 2009).

² Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios, Veneza, 1964.

surgiu a partir de 1980 na Itália com o desenvolvimento dos princípios da estratigrafia arqueológica propostos por Harris (1991) e atualmente é aplicada em diversos projetos de reabilitação de edifícios na Europa.

No Brasil, a integração das pesquisas arqueológicas à restauração arquitetônica teve início durante a consolidação dos estudos em Arqueologia Histórica no país, por volta de 1960, período em que a legislação de proteção ao patrimônio arqueológico nacional começava a ser implementada e eram conduzidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN diversas obras de restauração na região Nordeste (em fortes e igrejas) e Sul (nas Missões Jesuíticas) (LIMA, 1993).

Recentemente, as políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro foram ampliadas com a implantação do Programa Monumenta, do Ministério da Cultura, um programa de recuperação do patrimônio cultural urbano aliado ao desenvolvimento econômico e social de 26 sítios históricos brasileiros protegidos pelo IPHAN, cujos projetos foram concluídos em sua maioria no final de 2012. Trata-se do maior programa já desenvolvido na política pública patrimonial brasileira e suas experiências vêm servindo de base para a construção do PAC Cidades Históricas³. Através deste Programa foram realizadas diversas intervenções restaurativas que tiveram como condição indispensável, a pesquisa arqueológica prévia, bem como foram criados alguns instrumentos técnicos para as práticas de intervenção patrimonial, dentre eles o Manual de Arqueologia Histórica⁴, visando auxiliar os técnicos do IPHAN a gerir e executar os projetos de restauração e estabelecer metodologicamente a prática arqueológica.

Em Sergipe, a ação que despendeu o maior volume de recursos financeiros do Programa Monumenta foi a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches”, concluída em 2009, cujo projeto propõe a conversão de uma quadra composta por seis edificações em avançado estado de arruinamento, em um *Campus* da Universidade Federal de Sergipe, em Laranjeiras, cidade tombada pelo IPHAN como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico⁵. Esta intervenção foi uma das pioneiras no Estado⁶ onde foram realizadas pesquisas arqueológicas conjugadas à restauração, materializando assim, a desejada interface estabelecida nas Cartas

³ O PAC Cidades Históricas é uma ação intergovernamental para preservar o patrimônio brasileiro e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade. O programa visa posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e estruturante de 44 cidades, em 20 estados da federação, previstas para atuação inicial.

⁴ (NAJJAR, 2005).

⁵ O tombamento de Laranjeiras foi inscrito nos Livros de Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 18/06/1996, através do processo nº 1288-T-89.

⁶ A primeira restauração arquitetônica que incluiu a execução de pesquisas arqueológicas em Sergipe foi realizada através do Programa Monumenta e da 8ª Superintendência Regional do IPHAN/SE em um sobrado localizado à Praça São Francisco, em São Cristóvão/SE. O prédio abriga atualmente a sede do IPHAN/SE na cidade e ficou conhecido como Sobrado da Antiga Ouvidoria, apesar da pesquisa arqueológica não comprovar sua utilização como Ouvidoria, mas como residência de uma senhora divorciada. Para maiores detalhes, ver (SANTOS; OLIVEIRA; SANTANA, 2009).

Patrimoniais, nas Teorias do Restauro e nos instrumentos jurídicos e manuais técnicos do IPHAN (Ver nota 6).

De que forma a arqueologia, sendo um instrumento⁷ definidor de posturas projetuais na restauração arquitetônica conforme defendem diversos autores (GARAI-OLAUN; ZOREDA; CASTILLO, 2002; NAJJAR, 2007; OLIVEIRA, 2008), contribuiu para a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches”? Em busca da resposta para este questionamento, diversos aspectos relacionados à pesquisa arqueológica desenvolvida na referida intervenção serão analisados ao longo desse trabalho, dentre eles: a legislação e os instrumentos técnicos que regulamentam a prática arqueológica específica em restaurações e o seu cumprimento, a interação entre o objetivo da investigação arqueológica e a proposta de intervenção arquitetônica, bem como a incorporação das inferências arqueológicas ao projeto de restauro.

O processo de desenvolvimento da pesquisa arqueológica inserida na restauração do “Quarteirão dos Trapiches de Laranjeiras/SE” para conversão em um *Campus* da UFS, seus resultados e integração à intervenção realizada constitui, portanto, o foco de análise desta pesquisa, que tem como objetivo geral:

- 1) Investigar e demonstrar a interface da arqueologia com a intervenção restaurativa na preexistência arquitetônica de valor patrimonial, tomando como estudo de caso a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches de Laranjeiras/SE”.

Como objetivos específicos são:

- 1) Identificar os aspectos fundamentais da Teoria da Restauração e sua interface com a pesquisa arqueológica;
- 2) Investigar as abordagens arqueológicas na preexistência arquitetônica e sua contribuição para o projeto de restauração; e,
- 3) Revelar os aspectos institucionais que regulamentam posturas e práticas referentes à arqueologia e à preservação do patrimônio arquitetônico.

As edificações caracterizadas como “patrimônio arquitetônico”, fazem parte do universo da cultura material através do qual a arqueologia estuda o homem e a sociedade, porém possuem valores culturais que as diferenciam das demais construções, sendo através destes valores validada ou não a incidência de uma ação restaurativa em caso da ameaça de perda desse bem. Para compreender o processo de valoração da arquitetura enquadrada na

⁷ No Dicionário Houaiss, a palavra “instrumento” significa também “recurso ou pessoa que se utiliza para chegar a um resultado”.

categoria de “patrimônio cultural”, é apresentado no Capítulo 2 um histórico da trajetória da noção do termo “patrimônio” até o seu entendimento atual, destacando as primeiras ações de sistematização da preservação cultural na França e as preocupações globalizadas com a integridade, autenticidade e legibilidade do ambiente construído, que resultaram nas Cartas Patrimoniais e na Teoria da Restauração. São expostas as diferentes correntes de pensamento do restauro (anti-restauro, restauro estilístico, restauro filológico ou científico e restauro crítico) com o objetivo de identificar os princípios e postulados teóricos fundamentais estruturadores de intervenções na preexistência arquitetônica de valor patrimonial e a inclusão da arqueologia nestas formulações.

O Capítulo 3 fundamenta como é possível relacionar a arqueologia e o ambiente construído e investiga os procedimentos da abordagem arqueológica sobre a arquitetura, objetivando revelar a contribuição da arqueologia no fornecimento de subsídios técnicos e metodológicos para as intervenções restaurativas. É realizado um breve histórico da prática da interface entre arqueologia e restauração ao longo da história com exemplos de intervenções em que o resultado das pesquisas arqueológicas realizadas previamente se constituiu no eixo condutor do projeto arquitetônico. Através da análise das Cartas Patrimoniais relacionadas ao patrimônio arqueológico, da legislação de interesse cultural e de instrumentos técnicos do órgão federal de proteção do patrimônio nacional (IPHAN), examina-se a argumentação institucional para a inter-relação da arqueologia com a restauração no contexto brasileiro.

O Capítulo 4 insere a pesquisa no contexto urbano da cidade de Laranjeiras/SE, ressaltando sua importância na formação econômica da região e evidenciando sua configuração urbana e particularidades arquitetônicas. O processo de intervenção no “Quartirão dos Trapiches” é apresentado de forma descritiva, sendo observados aspectos da formulação dos projetos de arquitetura e de arqueologia, seu desenvolvimento e execução final. Com base nos princípios estabelecidos ao longo da pesquisa sobre a relação entre arqueologia e restauração é investigada se a pesquisa arqueológica foi incorporada ao projeto de restauração do “Quartirão dos Trapiches” e são examinados seus impactos e consequências na configuração final da obra.

Nas Considerações Finais são sistematizadas reflexões dedutivas sobre o papel instrumental da arqueologia como ponto de partida para a restauração arquitetônica patrimonial.

Para investigar a pesquisa arqueológica inserida na restauração arquitetônica partiu-se num primeiro momento para o entendimento do restauro enquanto disciplina autônoma, com *corpus* teórico e metodológico próprios, através de uma revisão bibliográfica da

historiografia da preservação do patrimônio arquitetônico e das principais teorias formuladas sobre o tema demonstrado em alguns exemplos práticos relacionados.

A abordagem arqueológica no contexto da restauração arquitetônica foi investigada conceitual, teórica e metodologicamente através de revisão bibliográfica relacionada especificamente com o campo da Arqueologia da Arquitetura e com a gênese da prática da Arqueologia Histórica no Brasil, acompanhadas do exame de exemplos práticos consolidados. O levantamento de fontes bibliográficas foi utilizado também para extrair a legislação e os instrumentos técnicos referentes ao binômio arqueologia e restauração.

Para o exame da “Restauração do Quarteirão dos Trapiches”, que constitui o estudo de caso desta pesquisa, foram utilizados métodos de análise histórica e morfológica essenciais para a compilação de dados referentes à história urbana de Laranjeiras, obtidos em fontes primárias (AZEVEDO, 1975) e secundárias disponíveis. Para o entendimento da conformação urbano-arquitetônica do sítio em destaque, procedeu-se ainda a uma relação da sua área portuária, cujo ápice econômico proveniente da produção do açúcar ocorre no século XIX, com a consolidação deste setor da cidade em outras cidades do Nordeste, vinculadas à economia açucareira à época, como Salvador e Recife.

Através da análise tipológica da zona portuária de Laranjeiras, onde se insere o “Quarteirão dos Trapiches”, foram identificadas as características construtivas, estilísticas e funcionais das edificações componentes do objeto de estudo desta pesquisa. Foi levantada a documentação fotográfica e iconográfica (antiga e contemporânea) disponível. Isto foi realizado com a finalidade de destacar evidências funcionais e tipológicas arquitetônicas através do confronto com as inferências obtidas pela pesquisa arqueológica realizada no “Quarteirão dos Trapiches”.

Para o exame da intervenção arquitetônica foram analisadas as seguintes fontes:

- Projeto arquitetônico proposto inicialmente pelos arquitetos Rodrigo Baeta e Fernando Márcio de Oliveira (2003) confrontado ao Projeto Executivo de Arquitetura desenvolvido pela PCL Projetos e Consultoria Ltda., através de dados primários, referentes às plantas baixas, cortes, fachadas, memorial descritivo, bem como artigos científicos sobre o tema em questão (BRENDLE; VIEIRA, 2010; BAETA; NERY, 2012).

Em relação à pesquisa arqueológica foram analisadas as seguintes fontes primárias:

- Edital UNESCO 05/2008 Projeto 914 BRA 4003 para a contratação de arqueólogo;

- Portaria IPHAN nº 12 de 09/04/2008, que autoriza o início do “Projeto Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE”;
- Relatórios Técnicos (1, 2 e final) do “Projeto Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE”, elaborados pela equipe de arqueologia com base em: pesquisa histórica em arquivos públicos de Sergipe; registro de todos os serviços desenvolvidos durante as escavações arqueológicas do sítio; análise interpretativa das evidências encontradas com recomendações a serem incorporadas ao projeto arquitetônico de restauro além de
- Entrevistas com protagonistas e coadjuvantes do processo de execução da obra, como técnicos do IPHAN, equipe de arqueologia contratada e equipe técnica da Unidade Executora de Projeto do Programa Monumenta Laranjeiras/SE – UEP e
- Análise de relatórios de execução da obra.

A ocorrência de impactos e consequências do atendimento das recomendações do projeto de arqueologia na intervenção do “Quarteirão dos Trapiches” foi verificada na obra final através de observações *in loco* e de levantamentos fotográficos (antes, durante e depois da execução).

2. PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: GÊNESE E PRESERVAÇÃO

2.1. O PATRIMÔNIO E SUA SALVAGUARDA

A noção de “patrimônio” apresentou diferentes conotações e significados ao longo do tempo e continua sendo modificada contemporaneamente. Inicialmente, o conceito de patrimônio estava ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo (CHOAY, 2001). Entre os antigos romanos referia-se a tudo que pertencia a um pai de família, incluindo filhos, escravos e bens materiais que podiam ser legados por testamento, caracterizando-o inicialmente como um valor privado, exclusivo da elite (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

No Renascimento, os humanistas buscaram inspiração na Antiguidade Greco-Romana e através da coleta de objetos e vestígios dos antigos, começaram a surgir os primeiros antiquários. Os bens materiais dos antigos passaram a ter um valor restrito, senão individual, nas mãos de colecionadores, mantendo o sentido privado e aristocrático do patrimônio. Uma transformação radical no seu conceito, aproximando-o da sua acepção moderna só aconteceu com a formação dos Estados nacionais, que pressupunham a invenção de uma cultura única com uma só língua, origem e território (FUNARI; PELEGRINI, 2009).

Na França, o processo de consolidação do Estado nacional que sucede a Revolução Francesa no final do século XVIII e a onda de destruição de símbolos materiais representativos do regime da Casa de Bourbon¹ provocou a sistematização de ações de conservação patrimonial, através de medidas legais que tentam deter os atos de devastação contra os monumentos (Fig. 09) que definiriam a identidade cultural do povo francês. Isto resultou na noção de patrimônio vinculada à ideia de nação. Como revela Beatriz Kühl (2007a, p.112):

A Revolução Francesa foi um marco nesse processo. No que concerne aos monumentos históricos, o período que se seguiu à Revolução foi desastroso pelas devastações e saques praticados contra obras de arte, no intuito de destruir e apagar os símbolos das antigas classes dominantes, nobreza e clero. [...] Porém, a reação ao "vandalismo" revolucionário, que ameaçava expurgar de solo francês os remanescentes da arte medieval, resultou em incipientes providências oficiais tomadas por um Estado visando à tutela de monumentos históricos, levando à criação de legislação sobre o assunto. [...] Apesar dessas iniciativas francesas não terem sido suficientes para coibir por completo a destruição de muitos bens, **demonstraram a preocupação de um Estado da Era Moderna em reconhecer obras de valor histórico como de interesse público, e em ter participação ativa na sua tutela e preservação.** (KÜHL, 2007a, p. 112, grifo nosso).

¹ Luís XVI, oficialmente o último monarca francês, foi guilhotinado pela Revolução Francesa em 21/01/1793.

Os bens materiais representativos de uma sociedade nesse contexto seriam os seus “monumentos históricos”, termo estabelecido pelo historiador da arte vienense Alöis Riegl, em sua obra *O Culto Moderno aos Monumentos* (2006)². A etimologia da palavra “monumento”, cuja noção do latim *monumentum*, deriva de *monere* (“advertir”, “lembrar”) fundamenta sua função memorial. Para Riegl (2006), no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, entende-se como “monumento”:

[...] obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino. (RIEGL, 2006, p. 43).

Dentre as diversas formas e gêneros de “monumento” na sua gênese, incluíam-se arcos de triunfo, templos, obeliscos e estátuas. Com o tempo, o monumento foi despertando novas percepções além da função recordativa, como o prazer da sua beleza ou o espanto pela sua proeza técnica, inserindo-se assim numa perspectiva artística ou histórica que o caracterizaria como “monumento histórico” (CHOAY, 2001).

[...] o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o **monumento histórico** não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é **constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam da massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma parte.** (RIEGL, 1903 apud CHOAY, 2001, p. 25, grifo nosso).

Institucionalmente, a preservação do patrimônio passou a existir na França³ a partir de 1830, com uma política concreta do Estado para a preservação e conservação dos bens culturais, apoiada em procedimentos técnicos e jurídicos. De início foi criado por Decreto o cargo de Inspetor dos Monumentos Históricos, para o qual foi nomeado Ludovic Vitet. A função do inspetor era “tombar” os edifícios considerados monumentos históricos e, para tanto, eram realizadas viagens de inspeção e inventários de bens. Mais tarde, em 1837, foi criada a Comissão dos Monumentos Históricos, contribuindo na tarefa de seleção de bens representativos e de alocação de recursos para a proteção dos monumentos. Com a criação do Serviço dos Monumentos Históricos, em 1913, foi instituído um órgão estatal centralizado, dotado de infraestrutura administrativa e técnica e um corpo de procedimentos jurídicos para a salvaguarda do patrimônio, que passou a ser reproduzido pela maioria dos países europeus (CHOAY, 2001).

² Alöis Riegl foi designado presidente da Comissão Central para a Arte e os Monumentos Históricos da Áustria, em 1902, com a incumbência de reorganizar a legislação para a conservação dos monumentos austríacos. A obra original, *Der moderne Denkmalkultus: Sein Wesen und Seine Entstehung*, publicada em 1903 foi a base teórica desta tarefa e seu resultado, e traz um conjunto de reflexões de base fenomenológica sobre as formas de percepção e fruição dos monumentos pela sociedade.

³ A França é colocada por muitos autores como o melhor exemplo de criação do Estado nacional, onde foi desenvolvido o moderno conceito de patrimônio (CHOAY, 2001; FUNARI e PELEGRINI, 2009).

A necessidade de estabelecer regras em nível mundial para solucionar os diversos problemas na preservação de monumentos começou a reunir técnicos e estudiosos da área. Em 1931, a Conferência do Escritório Internacional de Museus congregou profissionais de vinte países europeus, dando origem à Carta de Atenas. Para a compreensão das formulações deste documento é importante descrever o contexto histórico da época: a maioria dos países europeus estava em plena ascensão industrial e planos urbanísticos eram propostos para a melhoria da qualidade de vida nas cidades, em que a alta densidade populacional gerava condições de moradia insalubres. Em Paris, a implementação do plano do Barão Haussmann⁴ havia modificado substancialmente o antigo traçado urbano e bairros inteiros da cidade para dar lugar a grandes avenidas (Fig. 01) e em favor da modernização, testemunhos do passado foram sumariamente apagados. As súbitas mudanças provocaram certa nostalgia na população, despertando o apreço pelo pitoresco.

Figura 01 – Plano de Haussmann: abertura da *Avenue de l' Ópera*, em Paris.



Fonte: <http://parisetcie.wordpress.com/2009/03/31/haussmanns-paris-then-and-now/> (Acesso em 04/07/2012).

Muitos princípios defendidos pela Carta de Atenas (1931) refletem os fundamentos do restauro filológico ou científico, desenvolvidos por Camillo Boito e consolidados por Gustavo Giovannoni, um dos expoentes da Conferência. Dentre eles ressalta-se: a manutenção

⁴ George-Eugène Haussman foi prefeito de Paris entre 1853 e 1870, quando coordenou a reforma urbana da cidade, determinada por Napoleão III.

e conservação regulares dos monumentos, o respeito ao caráter histórico e artístico dos edifícios, a utilização de materiais modernos nas consolidações e o estudo minucioso antes da intervenção (CURY, 1995).

Nessa época, o trabalho do arqueólogo em restaurações arquitetônicas estava limitado às pesquisas em ruínas e vestígios soterrados, através do desenvolvimento da anastilose, que se baseia no recolhimento de fragmentos dispersos do edifício e na sua recolocação no local de origem, recuperando parcialmente a imagem do monumento (Fig. 02).

A Carta de Atenas, no que se refere à técnica da conservação, estabelece que:

Quando se trata de ruínas, uma conservação escrupulosa se impõe, com a recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose), cada vez que o caso o permita; [...] **Não é preciso dizer que a técnica e a conservação de uma escavação impõem a colaboração estreita do arqueólogo e do arquiteto.** (CURY, 1995, p. 17, grifo nosso).

Figura 02 - Exemplo de recomposição de um arco por anastilose. Sagalassos, Turquia.



Fonte: <http://interactive.archaeology.org/sagalassos/field/5conserv.html> (Acesso em 04/07/2012).

As resoluções da Conferência em Atenas estimularam alguns países a elaborar regulamentos específicos, legislações e cartas nacionais. No ano seguinte foi elaborada a Carta de Restauo Italiana que teve Gustavo Giovannoni como principal formulador dos princípios e recomendações postuladas. Nesta Carta foi ratificada a importância do estudo filológico do edifício para uma intervenção criteriosa e exposta a grande preocupação com o entorno dos monumentos e seu reuso adequado.

Em novembro de 1933 foi realizado o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna⁵ (CIAM), também em Atenas, gerando em seu documento final um relato sobre o estado atual das cidades sob a ótica do urbanismo moderno⁶. A visão modernista e a preocupação com a qualidade de vida nas cidades ficam claras na crítica do documento à conservação de antigos bairros pitorescos em favor dos valores históricos e artísticos e em detrimento das condições de moradia miseráveis e insalubres (CURY, 1995).

Quanto às novas construções em áreas históricas, o Art. 70 deste documento chama a atenção para as consequências nefastas do emprego de estilos do passado, que não deviam ser tolerados em hipótese alguma (Fig. 03).

[...] **copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio.** [...] Misturando o “falso” ao “verdadeiro”, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar. (CURY, 1995, p. 61, grifo nosso).

Figura 03 – Instituto Ricardo Brennand, Recife/PE. Cópia anacrônica da arquitetura medieval.



Fonte: www.diabranco.com.br (Acesso em 05/07/2012).

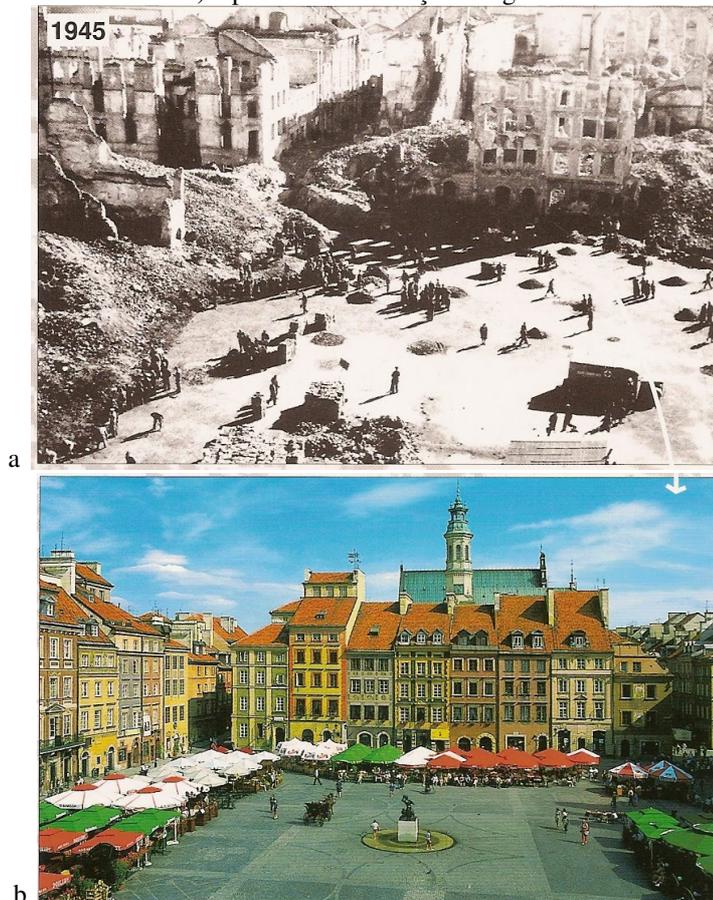
⁵ O primeiro CIAM, do francês *Congress Internationaux d'Architecture Moderne*, ocorreu em 1928. Os objetivos destes Congressos eram: formular o problema arquitetônico contemporâneo, apresentar a ideia arquitetônica moderna, fazer essa ideia penetrar nos círculos técnicos, econômicos e sociais e zelar pela solução do problema da arquitetura. (CURY, 1995, p. 78).

⁶ Durante o Congresso foram analisadas trinta e três cidades, na maioria, europeias, sob as chaves do urbanismo moderno: habitação, lazer, trabalho e circulação.

O período que se seguiu foi marcado pela II Guerra Mundial e destruições de inúmeros monumentos ou de centros históricos inteiros, como no caso extremo da cidade de Varsóvia, devastada pelos alemães (Fig. 04).

A reconstrução de Varsóvia foi uma necessidade política e psicológica, reinstituindo a cidade histórica como o monumento referencial de uma nação cuja cultura foi intencionalmente atingida. Manteve-se a morfologia urbana anterior, mas a correspondência das novas construções para com as antigas é apenas exterior, os interiores foram significativamente modernizados. O modelo nova-cidade-cópia-da-antiga-cidade levantava interrogações incômodas tanto no campo da conservação urbana, como para a nova disciplina do urbanismo. (AGUIAR, 2007, p. 87).

Figura 04 – Praça do Castelo, em Varsóvia. a) Destruída na Segunda Guerra Mundial; b) Após sua reconstrução integral.



Fonte: http://margaridanobre.blogspot.com.br/2010_10_01_archive.html (Acesso em 06/07/2012).

Os dilemas da preservação do patrimônio se multiplicaram e era necessário um aparelhamento teórico e metodológico maior do que o proposto na Carta de Atenas de 1931, que prezava pela manutenção e conservação.

O italiano Cesare Brandi, um dos fundadores do Instituto Central de Restauração de Roma e seu diretor por duas décadas, teve seus artigos e aulas reunidos no livro *Teoria del Restauro*, editado em 1963, e se tornou um dos protagonistas da formulação de novos princípios teóricos que fundamentariam posturas metodológicas para a restauração de obras de arte, pautadas no ato criativo e crítico. Cesare Brandi (1906-1988) foi, segundo Kühl

(2004, p.133) “um pesquisador eminente no panorama cultural do século XX”. A formulação da teoria brandiana considera a restauração como uma

[...] ação de caráter eminentemente cultural, que se transforma em ato histórico-crítico, alicerçado na análise da relação dialética entre as instâncias estéticas e históricas de uma dada obra. Fundamenta-se no “reconhecimento”, na análise da conformação da obra em seus aspectos físicos e como imagem figurada, e de sua transformação ao longo do tempo, por meio de instrumentos de reflexão oferecidos pela filosofia e historiografia da arte, crítica e estética. (KÜHL, 2004, p.133)

Muitos princípios da teoria de Brandi foram incorporados pela Carta de Veneza (1964), documento validado pela Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)⁷, que permanece como base fundamental para a prática da restauração, sendo inclusive ratificada em documentos posteriores do órgão como a Carta de Lausanne (1990).

Além de incorporar a ampliação do conceito de patrimônio arquitetônico, incluindo não só a criação isolada, como também os sítios urbanos ou rurais e as obras modestas, a Carta de Veneza reafirma a importância da pesquisa arqueológica na prática restaurativa, fazendo referência à Recomendação de Nova Delhi (1956)⁸ e ao registro documental das escavações.

Art. 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; [...]. **A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.**
[...]

Art.15º- **Os trabalhos de escavação [arqueológica] devem ser executados de conformidade com padrões científicos e com a “Recomendação Definidora dos Princípios Internacionais a serem aplicados em Matéria de Pesquisas Arqueológicas”**, adotada pela UNESCO em 1956. [Recomendação de Nova Delhi].

Art.16º - **Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação [arqueológica] serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa**, sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. (CURY, 1995, p. 109, grifo nosso).

Outros encontros científicos internacionais foram organizados pelo ICOMOS para discutir ações de salvaguarda do patrimônio, sendo seu resultado compilado nas Cartas

⁷ O ICOMOS foi criado em 1965, em virtude das resoluções do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, realizado em Veneza, em 1964, que propunha, dentre outras ações, a criação de uma organização para especialistas em monumentos, a exemplo do Conselho Internacional de Museus (ICOM), fundado em 1946 (KÜHL, 2010). O objetivo do ICOMOS é trabalhar na promoção da conservação e proteção do patrimônio cultural. É a única organização não-governamental deste tipo em nível mundial. Dentre as 13 resoluções adotadas neste Congresso está também a Carta de Veneza.

⁸ A Recomendação de Nova Delhi e os demais instrumentos que definem procedimentos para as pesquisas arqueológicas serão comentados no Capítulo 3.

Patrimoniais⁹, documentos de caráter referencial para a atuação de profissionais e instituições de preservação do patrimônio cultural dos países membros¹⁰, ou em resoluções e declarações que formulam discussões sobre determinados temas, como é o caso do Documento de Nara sobre “autenticidade” e da Carta de Burra sobre “lugares de significância cultural”¹¹.

Até o final do século XX, o arcabouço conceitual para a prática da preservação patrimonial expandiu-se notadamente, principalmente por conta da própria ampliação do conceito de patrimônio cultural. No que se refere ao patrimônio arquitetônico, seu conceito parte de uma concepção restrita à ideia de monumento único, detentor de valores históricos e/ou estéticos para uma visão que abarca conjuntos urbanos, cidades, exemplares da arquitetura vernacular e da arquitetura contemporânea (Fig. 05). Aos critérios estilísticos e históricos, portanto, vão se juntando outros, como o valor de conjunto e os valores simbólicos.

Figura 05 - Brasília, patrimônio contemporâneo que integra a lista de bens da UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1987.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2011.

Para Choay (2001), a extensão do conceito dos bens patrimoniais começa a partir de 1960, “tipologicamente” com o reconhecimento de novos tipos de edifícios de valor cultural, entre eles os eruditos e populares, além dos remanescentes da Antiguidade, dos prédios religiosos da Idade Média e dos castelos. “Cronologicamente” o quadro se amplia com o tombamento, por exemplo, de edifícios construídos a partir do século XIX e da arquitetura moderna. Já o alargamento “geográfico” para além do continente europeu, é notado com a inserção de países como o Japão, os Estados Unidos e a China no rol das nações que desenvolvem ações para a salvaguarda do patrimônio. A noção de patrimônio no oriente, porém, difere da concepção ocidental.

No mundo oriental, os objetos jamais foram vistos como os principais depositários da tradição cultural. A permanência no tempo das expressões materiais dessas

⁹ São exemplo as Cartas que estabelecem princípios e medidas de preservação de jardins históricos (Carta de Florença, 1981), cidades históricas (Carta de Washington, 1987) e bens arqueológicos (Carta de Lausanne, 1990).

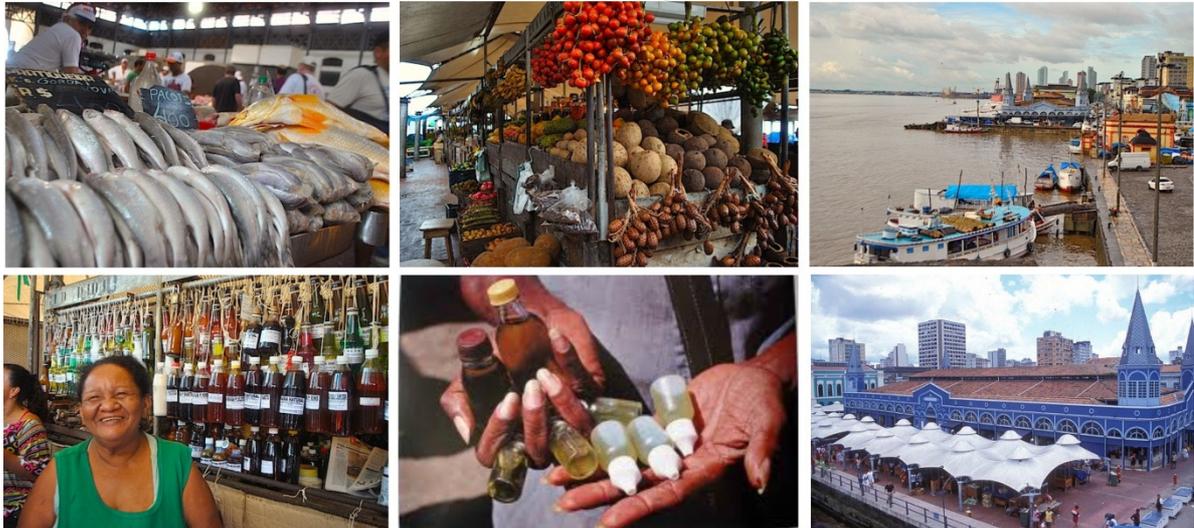
¹⁰ Os países membros do ICOMOS são atualmente quarenta e três, dentre os quais o Brasil.

¹¹ O Documento de Nara e a Carta de Burra foram elaborados em ocasião das conferências de Nara, no Japão (1994) e da Austrália (1981), respectivamente.

tradições não é o aspecto mais importante, e sim o conhecimento necessário para reproduzi-las. **Nesses países, em suma, mais relevante do que conservar um objeto como testemunho de um processo histórico e cultural passado, é preservar e transmitir o saber que o produz, permitindo a vivência da tradição no presente.** De acordo com essa concepção, as pessoas que detém o conhecimento, preservam e transmitem as tradições, tornam-se mais importantes que as coisas que as corporificam. (SANT'ANNA, 2011, p. 49, grifo nosso).

Um dos focos das recentes discussões em torno do patrimônio cultural é sobre os valores intrínsecos e permeáveis que transitam entre as categorias dos bens materiais e imateriais. Mesmo o patrimônio imaterial ou intangível não é mera abstração, pois como todo signo tem dimensão material e simbólica - um exemplo pode ser a arte dos repentistas brasileiros que tem como suporte físico os próprios cantadores e seus instrumentos. Do mesmo modo, os bens materiais estão impregnados de significados particulares, indissociáveis de sua identidade enquanto patrimônio cultural, como o Mercado Ver-o-Peso¹², em Belém (Fig. 06), cuja concentração de práticas coletivas e simbólicas marcadas pelas culturas portuguesa e indígena lhe confere um caráter peculiar (FONSECA, 2003).

Figura 06 – Imagens do Complexo Ver-o-Peso, em Belém. A singularidade da paisagem é marcada pela mistura de etnias, cores, cheiros, gostos e expressões arquitetônicas.



Fonte: www.destemperados.com.br e www.restauranteemsp.com.br (Acesso em 04/07/2012).

Institucionalmente o reconhecimento dessa associação se consolidou com a aprovação pela Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial¹³.

¹² O conjunto arquitetônico e paisagístico Ver-o-Peso e áreas adjacentes foi tombado pelo IPHAN em 1977 (Nº Processo 0812-T-69) e é composto pelos edifícios do Mercado de Peixe e de Carne, além de ruas e praças circundantes.

¹³ No Brasil, o Decreto Federal nº 3.551 de 04 de agosto de 2000 instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que Constituem Patrimônio Cultural Brasileiro e através do Decreto Federal nº 5.753 de 12 de abril de 2006, foi adotada a Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Um desdobramento deste Decreto é o INRC - Inventário Nacional de Referência Cultural que registra o patrimônio imaterial em áreas tombadas pelo IPHAN. O INRC de

2.2. TEORIA DA RESTAURAÇÃO

RESTAURAÇÃO, s. f. A palavra e o assunto são modernos. **Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento.** (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 29, grifo nosso).

Com estas palavras publicadas entre 1854 e 1868 no verbete *Restauration* do *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle*, Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, estabelecia uma das primeiras definições da restauração arquitetônica, iniciada a partir do segundo quartel do século XIX, quando foram disseminadas posturas e práticas de intervenção e formulações teóricas da restauração.

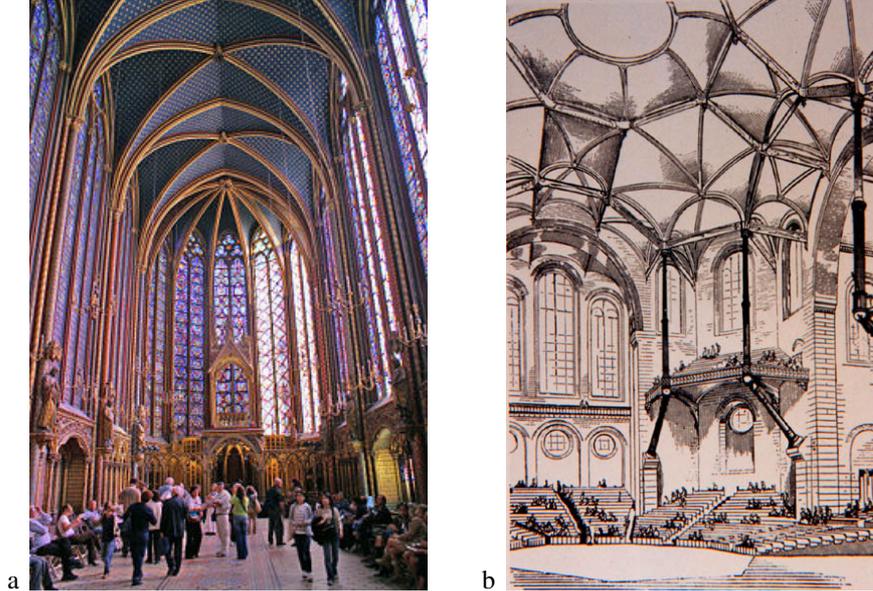
2.2.1. RESTAURO ESTILÍSTICO

Os subsídios para a elaboração da teoria de Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc, eixo do restauro estilístico foram as constatações dos trabalhos da Comissão dos Monumentos Históricos da França, criada em 1837. Seu vasto inventário realizado sobre o estado de conservação da arquitetura francesa evidenciou as alterações formais de inúmeros monumentos em virtude das substituições de partes do edifício de acordo ao gosto da época. Para mudar esta realidade, foi instituído pela Comissão um programa que tinha como princípio “restaurar cada edifício no estilo que lhe é próprio” (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 47).

Como teórico da arquitetura, Viollet-le-Duc defendia veementemente a vinculação da forma arquitetônica à sua função, ao programa proposto e à estrutura, esta resultante também das técnicas construtivas e materiais disponíveis em cada região. O racionalismo estrutural por ele proposto era a chave para a atuação do arquiteto restaurador que deveria “procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo, a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado” (KÜHL, 2006a, p. 18). As ferramentas utilizadas para descobrir a lógica construtiva dos edifícios eram o conhecimento profundo dos estilos arquitetônicos de cada local, dos quais o gótico era o seu preferido (Fig. 07), e a interpretação filológica de cada edifício em particular, guiada inicialmente por documentos escritos e levantamentos gráficos pormenorizados.

Figura 07 – a) *Sainte-Chapelle*, em Paris, em estilo gótico, “o modo mais racional de construir”. Restaurada por Viollet-le-Duc no século XIX.

b) Esboço de Viollet-le-Duc ilustrando o racionalismo tectônico de novas intervenções na preexistência arquitetônica publicado no *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle*



Fonte: a) <http://en.wikipedia.org/wiki/Sainte-Chapelle> (Acesso em 27/07/2012).
 b) http://pt.wikipedia.org/wiki/Eug%C3%A8ne_Viollet-le-Duc (Acesso em 27/07/2012).

As técnicas da arqueologia, para Viollet-le-Duc, forneciam o conhecimento preciso da posição original dos fragmentos dispersos do edifício, para que a partir da anastilose se pudesse recolocá-los em local ideal, resgatando o estilo arquitetônico da obra. Esse procedimento era realizado tanto no caso de perda de pequenos elementos do edifício quanto no caso do seu arruinamento total, onde a reconstrução estilística era também admitida.

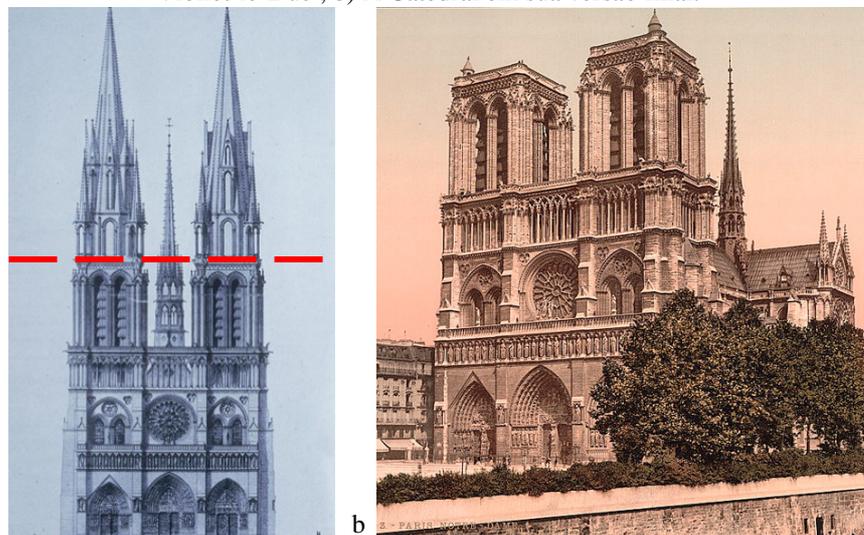
Antes de mais nada, **antes de ser arqueólogo, o arquiteto encarregado de uma restauração** deve ser um construtor hábil e experimentado, não somente do ponto de vista geral, mas do ponto de vista particular; isto é, **deve conhecer os procedimentos de construção admitidos nas diferentes épocas de nossa arte e nas diversas escolas.** (VIOUET-LE-DUC, 2006, p. 49, grifo nosso).

[...] **é necessário, antes de começar, tudo buscar, tudo examinar, reunir os menores fragmentos tendo o cuidado de constatar o ponto onde foram descobertos,** e somente iniciar a obra quando todos esses remanescentes tiverem encontrado logicamente sua destinação e seu lugar, como os pedaços de um jogo de paciência. (VIOUET-LE-DUC, 2006, p. 70, grifo nosso).

O conhecimento das técnicas construtivas e dos materiais se justificava também em função da compatibilidade entre o material novo e o antigo e o comportamento estrutural do edifício. O componente a ser introduzido (em função das partes retiradas) deveria ser de boa qualidade para assegurar sua durabilidade. “Nas restaurações, há uma condição dominante que se deve ter sempre em mente. É a de substituir toda parte retirada somente por materiais melhores e por meios mais eficazes e mais perfeitos” (VIOUET-LE-DUC, 2006, p. 54).

Exemplo de restauração estilística é a proposta feita por Viollet-le-Duc para a Catedral de Notre Dame, em Paris, após as destruições que sucederam a Revolução Francesa. O estado ideal sugerido por ele ao edifício incorporava além da construção da agulha do cruzeiro central, outras duas torres que não foram executadas (Fig. 08). A complementação estilística foi realizada na fachada com a inserção de baixos relevos e a reconstrução das estátuas que haviam sido decapitadas pelos revolucionários crédulos de que se tratava de exemplares figurativos de monarcas do regime da Casa de Bourbon (Figs. 09-10) (LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA, 2004, p. 36).

Figura 08 – a) Proposta de completamento das torres da Catedral de Notre Dame de Paris (não realizada) de Viollet-le-Duc ; b) A Catedral em sua versão final.



Fonte: a) www.studyblue.com; b) www.greatbuildings.com (Acesso em 27/07/2012).

Figura 09: Detalhe das esculturas dos Reis de Judá da Catedral de Notre Dame (Paris), confundidas como monarcas franceses pelos revolucionários e por isso, destruídas. a) Restos das esculturas em exposição no Museu de Cluny; b) Detalhes da restauração realizada por Viollet-le-Duc em 1845.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/Notre-Dame_de_Paris (Acesso em 20/07/2013).

Figura 10: Esculturas dos Reis de Judá na Catedral de Notre Dame, restauradas em 1845 por Viollet-le-Duc.



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/d6/Notre-Dame_de_Paris (Acesso em 20/07/2013).

Viollet-le-Duc é também o autor da intervenção no Castelo de Pierrefonds, na França, uma fortificação militar construída no século XIV que havia sido palco de várias guerras e teve sua destruição completa a mando do Rei Luís XIII no século XVII. Para atender ao pedido de Napoleão III, em 1857, e proceder à restauração do Castelo, Viollet-le-Duc trabalhou intensamente no levantamento das ruínas e em conjunto com outros documentos, reconstituiu as plantas e demais detalhes construtivos e tipológicos da edificação (Figs. 11-13).

A nova demanda de tornar o monumento habitável fez com que o arquiteto acrescentasse um pavimento aos dois torreões centrais, seguindo o estilo medieval original da construção. Viollet-le-Duc morreu em 1879 e o seu genro concluiu os trabalhos seis anos depois (LUSO; LOURENÇO; ALMEIDA, 2004, p. 36).

Figura 11 – Modelos da restauração do *Chateau de Pierrefonds*: estado anterior à intervenção.



Fonte: <http://www.apecture.com/cgi/le-chateau-de-pierrefonds/> (Acesso em 27/07/2012).

Figura 12 – Modelos da restauração do *Chateau de Pierrefonds*: restauro estilístico coordenado por Viollet-le-Duc.



Fonte: <http://www.apecture.com/cgi/le-chateau-de-pierrefonds/> (Acesso em 27/07/2012).

Figura 13 – Modelo final da restauração do *Chateau de Pierrefonds*: restauro estilístico coordenado por Viollet-le-Duc.



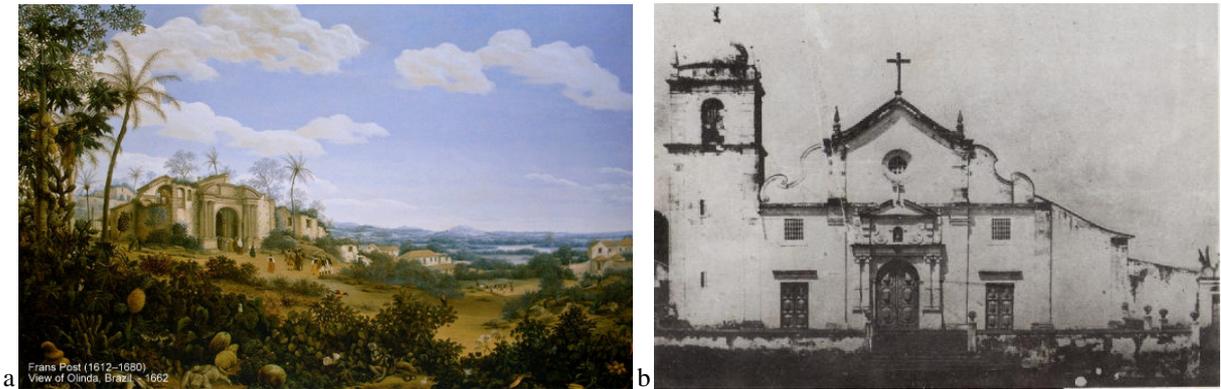
Fonte: <http://www.apecture.com/cgi/le-chateau-de-pierrefonds/> (Acesso em 27/07/2012).

Esta obra denota dentre outras, a característica do restauro estilístico em favor da reutilização dos monumentos para assegurar a sua conservação. Para esta circunstância particular, de adaptar os edifícios a novos usos, Viollet-le-Duc tinha como princípio “colocar-se no lugar do arquiteto primitivo e supor aquilo que ele faria se, voltando ao mundo, fossem a ele colocados os programas que nos são propostos” (VIOLLET-LE-DUC, 2006, p. 65).

Exemplo clássico da restauração leduciana é a restauração estilística da Catedral da Sé em Olinda-PE, objeto de radical “restauração” em 1974, através de projeto do arquiteto José Luiz Mota Menezes. “Na pesquisa arqueológica foram encontrados elementos que possibilitaram a definição da restauração, **com exceção da solução adotada na fachada frontal.**” (MOREIRA, 2007, p.5, grifo nosso). A edificação, com origem no século XVII, foi registrada já parcialmente destruída pelos holandeses por Franz Post (Fig. 14) e foi objeto de inúmeras mudanças formais que adulteraram e camuflaram grandemente suas características formais (Figs. 14-15) que adquirem uma fantasiosa configuração através da última intervenção de “restauração” realizada na década de 1970 (Fig. 16) sob a coordenação do arquiteto José Luiz Mota Menezes:

Os que conheceram a Sé e viram o resultado, não acompanhando as obras, passaram a dizer que **a edificação tornara-se uma invenção da FUNDARPE e do IPHAN.** Nada mais injusto. **Na escolha do partido de intervenção, predominou aquele modelo de restauração em que se recompunham os elementos a partir dos achados,** tudo conforme as decisões do grupo gestor da execução das obras. (MENEZES, 2008a, p. 48, grifo nosso).

Figura 14 – Catedral da Sé, Olinda-PE: a) Em pintura de Franz Post no século XVII; b) No final do século XIX.



Fonte: <http://iconacional.blogspot.com.br/2012/08/se-de-olinda-novo-cartao-postal.html> (Acesso em 25/07/2013)

Figura 15 - Catedral da Sé, Olinda-PE: a) Versão neogótica em 1911; b) Versão neo-barroca, 1930.



Fonte: <http://iconacional.blogspot.com.br/2012/08/se-de-olinda-novo-cartao-postal.html> (Acesso em 25/07/2013)

Figura 16 – a) A Catedral da Sé de Olinda durante a restauração em 1976. b) A Catedral da Sé de Olinda no final das obras de restauração.



Fonte: Foto de Eudes Santana em Arquivo da FUNDARPE/MENEZES (2008a, pp.43-44).

2.2.2. ANTI-RESTAURO

O movimento anti-restauro, com ideias extremamente opostas aos princípios preconizados pelo restauro estilístico, teve sua origem no pensamento nostálgico despertado durante as mudanças econômicas e sociais provocadas pela Revolução Industrial. O seu precursor foi o crítico de arte inglês John Ruskin¹⁴, que tinha uma visão romântica da arquitetura, a tratando em seus escritos através do sublime e do pitoresco. A beleza arquitetônica era por Ruskin aproximada à beleza da natureza e os produtos verdadeiramente belos eram aqueles feitos pelo homem, não os fabricados pela máquina: “[...] é bom ter ao alcance não apenas o que os homens pensaram e sentiram, mas o que suas mãos manusearam, e sua força forjou, e seus olhos contemplaram, durante todos os dias de suas vidas” (RUSKIN, 2008, p. 54).

O livro *The Seven Lamps of Architecture*, publicado por Ruskin em 1849, traz uma reflexão sobre os sete valores que iluminam a arquitetura: o sacrifício, a verdade, a potência, a beleza, a vida, a memória e a obediência. No capítulo “A Lâmpada da Memória”, é discutido o papel da arquitetura e sua preservação, contendo uma crítica às restaurações executadas nesse período na Europa, as quais Ruskin considerava uma “imitação ordinária e vulgar”. Para ele, era inconcebível se falar em restauração, ela significa:

[...] a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída [...]. De destruição mais arbitrária ou ignorante [do que a restauração] é inútil falar; [...] **a nossa opção por preservar ou não os edifícios dos tempos passados não é uma questão de conveniência ou de simpatia. Nós não temos qualquer direito de tocá-los. Eles não são nossos.** Eles pertencem em parte àqueles que os construíram, e em parte a todas as gerações da humanidade que nos sucederão (RUSKIN, 2008, p. 79, grifo da autora).

Para os adeptos do anti-restauro, a ação do tempo na superfície de um monumento - a pátina – comprova a autenticidade de sua matéria (Fig. 17) e a mínima superfície de acabamento tocada se revela numa nova obra.

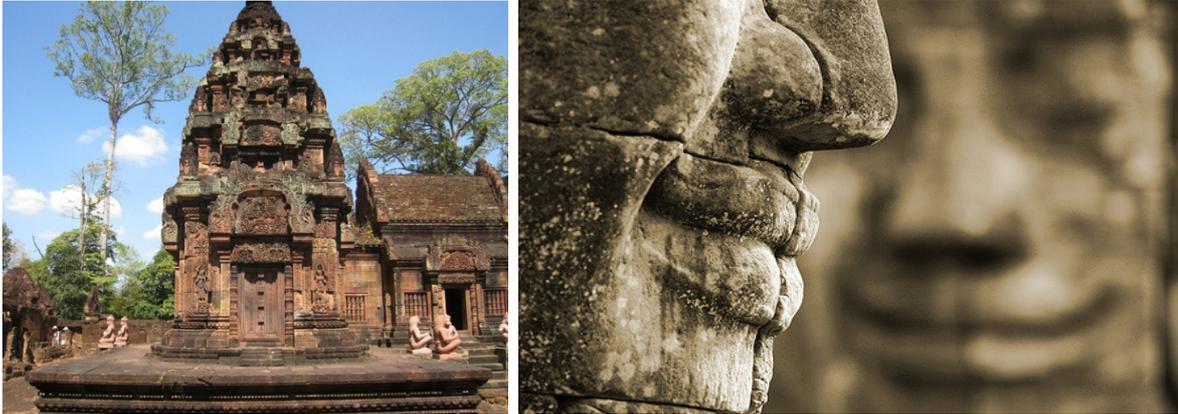
É naquela mancha dourada do tempo que devemos procurar a verdadeira luz; a cor e o valor da arquitetura; e somente quando um edifício tiver assumido esse caráter – [...] quando suas paredes tiverem presenciado o sofrimento, e seus pilares ascenderem das sombras da morte – sua existência, mais duradoura do que a dos objetos naturais do mundo ao seu redor, poderá ser agraciada com os mesmos dons de linguagem e vida que esses possuem. (RUSKIN, 2008, p.68, grifo nosso).

A dimensão estética conferida pela pátina à arquitetura, sendo ela o motivo de apreciação da beleza do passado, é traduzida por Aloïs Riegl (2006), como o valor de

¹⁴ Inspirado nas idéias de Ruskin, o arquiteto e designer William Morris fundou mais tarde, em 1877 a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (PINHEIRO, 2008, p. 18).

antiguidade de um monumento, aquele que expõe as forças destrutivas da natureza. O valor de antiguidade difere do valor histórico, que representa um estado particular no desenvolvimento de um domínio humano e é “tanto maior quanto mais puramente se revela o estado original e acabado do monumento” (RIEGL, 2006, p. 76). De acordo com Riegl, quanto maior o valor de antiguidade de um monumento, menor o seu valor histórico.

Figura 17 – Pátina ou marcas da passagem do tempo em Templo em Angkor, Camboja.



Fonte: www.papertastebuds.com (Acesso em 29/07/2012).

Apesar de não propor a intervenção restaurativa como ação preservacionista, o Anti-restauro defende operações de consolidação estrutural e a manutenção e conservação constantes para prolongar a vida do edifício até o seu desfalecimento total (Fig. 18).

Figura 18 - Intervenção realizada em um dos templos do complexo de Ankgok, no Camboja. Em vermelho, detalhe de elemento em concreto utilizado como escoramento.



Fonte: (CAMPANELLI, 2009, p. 17).

Zele por um edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a qualquer custo, de todas as ameaças de dilapidação. [...] amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apóie-o com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido (RUSKIN, 2008, p. 82, grifo nosso).

2.2.3. RESTAURO FILOLÓGICO OU CIENTÍFICO

O pensamento do arquiteto, engenheiro e historiador da arte italiano Camillo Boito constituiu o eixo da corrente teórica conhecida como restauro filológico ou restauro científico. Concordando em alguns princípios com o inglês John Ruskin, apesar de acusá-lo de impiedoso, e por vezes tangenciando a teoria de Viollet-le-Duc, o qual criticava pela arbitrariedade, Boito desenvolveu uma teoria intermediária, com contribuições à pintura, escultura e à arquitetura. Segundo ele, “para bem restaurar é necessário amar e entender o monumento” (BOITO, 2008, p. 31).

A denominação “restauro filológico” deriva do fato desta ação restaurativa assemelhar-se a edições críticas de textos, onde as interpolações e interpretações são feitas através de elementos diferenciados como tipo e cor da letra (KÜHL, 2013, p. 26). Este tipo de restauro dava ênfase ao valor da obra enquanto documento e testemunho histórico, por esse motivo as adições deveriam ser respeitadas, as intervenções seriam mínimas e se necessárias, teriam clara distinção entre as partes reintegradas e o edifício antigo, deste modo, era possível ler o monumento como um documento material íntegro e autêntico.

É necessário fazer o impossível, é necessário fazer milagres para conservar no monumento o seu velho aspecto artístico e pitoresco. É necessário que os complementos, se indispensáveis, e as adições, se não podem ser evitadas, demonstrem não ser obras antigas, mas obras de hoje (BOITO, 2008, p. 60, grifo nosso).

Outros princípios estabelecidos pelo restauro filológico ou científico são: a datação das intervenções; a utilização de formas simplificadas e estilo contemporâneo nos acréscimos, evitando-se assim o contraste com o monumento original; a documentação e registro dos trabalhos de restauração na sua totalidade e a exposição dos fragmentos removidos do monumento em áreas próximas (JOKILEHTO, 1986, p. 336). Para facilitar a aplicação destes princípios, Camillo Boito dividiu a arquitetura em três categorias de acordo com a sua época de construção, criando três tipos de restauro.

O “restauro pictórico” era dirigido aos monumentos medievais, caracterizados pela presença da pátina, que não devia ser adulterada para preservar o caráter singular e pitoresco deste tipo de construção.

No “restauro arqueológico” (dirigido aos monumentos da Antiguidade), cada fragmento do monumento tinha uma importância intrínseca e, portanto, as escavações deviam ser conduzidas com muito cuidado, estudando-se a posição relativa de cada peça

remanescente. Neste tipo de restauro era admitida a consolidação estrutural, que deveria seguir o princípio da distinguibilidade (Fig. 19). (JOKILEHTO, 1986, p. 337).

Figura 19 – Antecipando os preceitos de Boito e de John Ruskin, Raffaele Stern propôs reforço estrutural para o *Colosseum*, em Roma, em 1806.



Fonte: www.metodoetecniche.blogspot.com (Acesso em 26/07/2012).

A intervenção do arquiteto italiano Raffaele Stern em 1807 no Coliseu de Roma é, de acordo com Vaccaro (1996),

[...] a única que aparentemente pretendeu reconciliar a necessidade real de um tratamento estrutural com o conceito de *beautiful ruin* e do *picturesque*, e que curiosamente antecipa a crença violenta e niilista de John Ruskin por quase meio século. (VACCARO, 1996, p. 309, tradução nossa).

No “restauro arquitetônico” (dirigido aos monumentos modernos desde a Renascença), as adições e alterações do monumento deviam ser preservadas e registradas, com a inserção das respectivas datas de construção para uma leitura fiel do monumento. Para evitar o engano entre os períodos históricos, era proposto o estudo minucioso do monumento, baseado em plantas, documentos, levantamentos métricos e fotos.

Gustavo Giovannoni reafirmou os fundamentos da teoria de Camillo Boito, defendidos desde 1883, e consolidou a linha de pensamento do restauro científico ou filológico na Carta de Atenas (1931) e na legislação italiana de proteção aos monumentos. A atuação deste arquiteto e engenheiro no campo do urbanismo foi fundamental para o entendimento da cidade como um organismo complexo e a compreensão dos tecidos urbanos e da “arquitetura menor” como patrimônio (KÜHL, 2013).

Giovannoni ratificou a manutenção regular e a importância dos trabalhos de consolidação estrutural como forma de preservação dos monumentos, classificados segundo seu estado de conservação em “monumentos vivos” - aqueles ainda em uso (palácios, igrejas)

- e “monumentos mortos” - geralmente ruínas e remanescentes da Antiguidade Clássica, e dividiu as intervenções de restauro em diferentes tipos:

- Consolidação - onde eram utilizados recursos de técnicas modernas em ferro ou concreto armado para solidez e resistência às construções fatigadas;
- Recomposição – dirigido aos “monumentos mortos” para a recolocação de ornamentos em seu local de origem através da anastilose e acréscimos apenas de partes secundárias faltantes;
- Liberação – no caso de eliminação de “massas amorfas” que encobrem o monumento e
- Completamento ou renovação em que adições tendem a reintegrar a obra ou utilizá-la com elementos novos (GIOVANNONI, 2013, p. 196).

Um exemplo clássico de intervenção em comum acordo aos preceitos do restauro filológico é a intervenção realizada na década de 1820 por Giuseppe Valadier, no Arco de Tito, em Roma (Figs. 20-21), onde os acréscimos para a recomposição foram feitos em materiais distintos dos existentes, com formas e ornamentos simplificados.

Figura 20: Arco de Tito, situado em Roma, na Itália, antes do restauro realizado por Valadier.



Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.043/3154> (Acesso em 31/07/2013).

Figura 21: Arco de Tito, em Roma, Itália, após o restauro desenvolvido por Valadier; b) Detalhe da coluna antiga situada à esquerda e a coluna acrescida, no lado direito.



Fonte: <http://www.fotoeweb.it/roma/ArcoTito/ArcoTito.htm> (Acesso em 31/07/2013).

No que concerne às escavações no subsolo, Giovannoni chamou a atenção para necessários escoramentos do monumento durante sua execução, já que a avidez de arqueólogos e historiadores de arte em adquirir conhecimento, frequentemente “levaram a arruinamentos rápidos, por não serem seguidas pela paciente, ignorada e custosa obra de sistematização e consolidação” (GIOVANNONI, 2013, p. 194).

2.2.4. RESTAURO CRÍTICO

Os critérios pré-fixados pelo restauro filológico ou científico para a prática restaurativa não foram suficientes para responder os variados dilemas da destruição de monumentos no período após a Segunda Guerra Mundial. Com as devastações em grande escala o trabalho realizado apenas com as questões documentais dos monumentos mostrou-se limitado e era necessário um aparelhamento conceitual mais consistente para lidar com seus aspectos formais e/ou figurativos. Assim, a vertente teórica do restauro no pós-guerra acolhe certos princípios do restauro filológico, como o respeito pelas estratificações do bem e a distinguibilidade das ações contemporâneas, porém associa o tratamento da dimensão formal das obras com teorias estéticas e ligadas à percepção (KÜHL, 2013, p. 28). A essência do pensamento desenvolvido pelo restauro crítico baseia-se fundamentalmente no juízo crítico particular de cada intervenção: “Será a própria obra, indagada atentamente com sensibilidade histórico-crítica e com competência técnica, a sugerir ao restaurador a via mais correta a ser empreendida” (CARBONARA, 2004, p. 12).

A base para a formulação do restauro crítico, a Teoria da Restauração de Cesare Brandi, foi construída fenomenologicamente e vincula o reconhecimento de um objeto como obra de arte à condição de sua restauração, já que outros produtos podem ser consertados ou reparados.

O reconhecimento de um produto da atividade humana como obra de arte independe da intenção do artista e do momento cultural de sua criação, se dá de modo singular por cada indivíduo.

[...] o produto especial da atividade humana a que se dá o nome de obra de arte, assim o é pelo fato de um singular reconhecimento que vem à consciência: reconhecimento duplamente singular, seja pelo fato de dever ser efetuado toda vez por um indivíduo singular, seja por não poder ser motivado de outra forma a não ser pelo reconhecimento que o indivíduo singular faz dele. (BRANDI, 2004, p. 27, grifo nosso).

No restauro crítico, a obra de arte goza de dupla exigência: a instância estética ou qualidade artística pela qual é obra de arte e a instância histórica, que a coloca como produto

humano realizado em determinado tempo e lugar e encontrado em certo tempo e lugar. A restauração constitui “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão para o futuro” (BRANDI, 2004, p. 30).

A obra de arte possui ainda uma natureza unitária e indivisível que quando fragmentada, impede a leitura da sua totalidade. Se uma obra possui seus materiais em perfeito estado e não existem lacunas capazes de interromper a sua percepção, ela não necessita de restauração. Se por causa da degradação, sua unidade se perdeu e a compreensão da mesma não pode ser feita na sua totalidade, esta obra pode e deve ser restaurada (Fig. 22). A restauração visa devolver o objeto à sua unidade originária e à sua própria condição artística, enquanto seja possível fazê-lo sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem apagar os traços da passagem da obra no tempo (BRANDI, 2004).

Figura 22 – Lacunas em painéis de azulejo. a) Capela Dourada, Recife; b) Convento Franciscano, João Pessoa.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2009.

Em sua obra, Brandi critica a intervenção realizada na Catedral de *San Marco*, em Veneza, onde o Campanário havia desabado em 1902 e em seu lugar foi reconstruído outro tal “como era, onde estava” (Figs. 23-24). Para ele o que importava era a construção de um novo elemento vertical na praça e não uma cópia em lugar do original.

Ora, nem na sede histórica, nem na sede estética se pode conseguir legitimar a substituição com uma cópia, [...]. **A cópia é um falso histórico e um falso estético** e por isso pode ter uma justificação puramente didática e rememorativa, mas não se pode substituir sem dano histórico e estético ao original. (BRANDI, 2004, p. 88, grifo nosso).

Brandi estabelece três tempos distintos para a obra de arte e afirma que o único momento legítimo para uma intervenção restaurativa é o presente histórico da consciência observadora. Qualquer intervenção que não ocorra no terceiro tempo, tempo da aceitação da obra de arte pelo indivíduo, pode considerar-se como uma criação artística independente ou

um restauro de fantasia. Deste modo, ele legitima a atuação do restaurador, em oposição à prática de Viollet-le-Duc, que se colocava no lugar do autor da obra.

Figura 23 – *Piazza San Marco* em Veneza, numa pintura de Canaletto (1730) com o campanário original.



Fonte: en.wikipedia.org/wiki/piazza_san_marco (Acesso em 22/07/2012).

Figura 24 – *Piazza San Marco* em Veneza: campanário reconstruído “Como era, onde estava”. “O que importava era um elemento vertical na praça” (BRANDI, 2004, p. 88).



Fonte: www.dreamguides.edreams.pt (Acesso em 22/07/2012).

Dentre os princípios de atuação prática do restauro crítico estão: a distinguibilidade das reintegrações, o respeito aos acréscimos e reconstruções de modo a não interferir na unidade da obra de arte, o tratamento das lacunas para atuação como fundo da obra que é figura, a intervenção mínima e a reversibilidade das intervenções.

Para Brandi, a materialidade da obra de arte é também responsável pela manifestação da imagem percebida pela consciência do indivíduo e é a essa consistência física que é atribuída uma ação restaurativa, portanto, a integridade da matéria que compõe a obra de arte é de suma importância para o posterior reconhecimento de sua artisticidade. Restaura-se a

matéria por ser única e por passar por todo o processo histórico, desde a gênese até a percepção.

A consistência física da obra de arte deve necessariamente ter a precedência, porque representa o próprio local da manifestação da imagem, assegura a transmissão da imagem ao futuro e garante, pois, a recepção na consciência humana (BRANDI, 2004, p. 30).

No restauro crítico, cada obra é única e não reproduzível e deve ser tratada de maneira ética através do juízo crítico que é baseado na história da arte e na estética. Entre os seguidores desta linha de intervenção estão Renato Bonelli, Piero Gazzola, Roberto Pane e Giovanni Carbonara.

2.3. A RESTAURAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

Desde a formulação das primeiras teorias do restauro por Viollet-le-Duc e John Ruskin no final do século XIX, é a conservação e a transmissão de um bem cultural ao futuro como documento autêntico que fundamenta uma restauração. Os critérios de atuação da prática restaurativa ao longo do tempo foram baseados nos valores históricos e artísticos do monumento, sendo que para o valor histórico e documental da obra era indispensável o conhecimento filológico do monumento através de documentos escritos, levantamentos gráficos pormenorizados e da arqueologia na técnica da anastilose.

O restauro crítico introduziu a dimensão formal e estética dos monumentos, dando maior importância ao seu valor artístico. Parte dos seus princípios foi consolidada na Carta de Veneza (1964), que permanece como documento central para balizar a prática restaurativa. A restauração é definida no Art. 9º, como:

Art. 9º - [...] uma operação que deve ter caráter excepcional. **Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos.** Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. **A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.** (CURY, 1995, p. 109, grifo nosso).

Como consequência dos reflexos do pós-modernismo nas Ciências Humanas e da ampliação do conceito de patrimônio cultural - cujo processo de democratização multiplica os agentes e não somente o Estado é protagonista -, alguns princípios do restauro crítico tem sido contestados. Determinados autores colocam particularmente, em relação à teoria de Cesare Brandi, que o singular reconhecimento de um objeto como obra de arte é de difícil aplicação

num contexto globalizado, em que o conceito de bem cultural se ampliou até compreender conjuntos de arquitetura popular e jardins históricos. (LAGUNES, 2011, p. 26). Como alternativa, as tendências contemporâneas propõem a inclusão dos valores simbólicos na diferenciação dos objetos de restauração. Viñas (2003) sugere que a possibilidade do objeto ser considerado “patrimônio”, “bem cultural” ou “bem histórico” derive da soma dos valores simbólicos com o valor historiográfico (VIÑAS, 2003, p. 79).

A emergência de aspectos simbólicos relacionados à imaterialidade não significa que a materialidade deixou de ser importante. Independente do valor simbólico atribuído a determinado objeto, a restauração é ação a ser feita na sua matéria, seja ela vista como imagem ou suporte do tempo. Ainda que, com as contribuições contemporâneas para o redimensionamento da Teoria da Restauração e com o reconhecimento de novos valores na apropriação do patrimônio, como os valores simbólicos, o momento da atividade de conservação ou restauração se assenta majoritariamente na fisicidade da obra arquitetônica.

É preciso, porém, ficar claro que o condensador de tão diversas naturezas sobre o mesmo objeto, no caso do patrimônio edificado, ainda é a sua materialidade e o que ela é capaz de emanar e aceitar entre signo e significados. Portanto, nesse caso específico, ressalta-se que o elemento agregador e sintético continua sendo a matéria e sua imagem, e seu lugar de importância deve ser devidamente compreendido, respeitado e valorado. (BAETA; NERY, 2013a, p. 30, grifo nosso).

Para que os recentes direcionamentos conceituais do campo do restauro sejam conformados de fato em uma nova teoria, há que se testar e verificar cautelosamente seus princípios de atuação prática. Os muitos anos de atividade do Instituto Central de Restauração, sob a coordenação de Cesare Brandi em Roma, comprovaram que “não existe nada de mais consumado e repetidamente experimentado do que a Teoria brandiana” (CARBONARA, 2006, p. 05).

3. INTERFACES ENTRE ARQUEOLOGIA E RESTAURAÇÃO ARQUITETÔNICA: TEORIA E PRÁTICA

A vinculação da arqueologia à restauração arquitetônica está presente nos princípios de todas as teorias do restauro discutidas no capítulo anterior, a exceção do anti-restauro que defendia apenas a consolidação estrutural como intervenção possível. O aparelhamento teórico e metodológico da arqueologia ao longo do tempo ampliou o seu papel na restauração arquitetônica, direcionando inclusive algumas condutas restaurativas, como é o caso da recomposição de elementos por anastilose que se tornou possível através dos avanços das técnicas arqueológicas na localização precisa dos achados em sondagens e escavações. A colaboração entre arquitetos e arqueólogos no procedimento da anastilose é mencionada desde a teoria do restauro estilístico com Viollet-le-Duc no século XIX e foi referendada na Carta de Atenas (1931) que incorpora os fundamentos do restauro filológico ou científico.

A relevância da arqueologia na restauração arquitetônica é ratificada na Carta de Veneza (1964), que traduziu a importância dada ao caráter filológico do monumento, um dos aspectos da teoria do restauro crítico, em seu Art. 9º através da vinculação do estudo arqueológico de forma prévia e contínua às intervenções: “[...] A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.” (CURY, 1995, p. 110). Atualmente, a arqueologia dispõe de diferentes ferramentas e abordagens capazes de proporcionar ao arquiteto restaurador um maior conhecimento do edifício histórico a ser trabalhado, como será apresentado neste capítulo.

3.1. – A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

O estudo do ambiente construído pela arqueologia não está limitado à esfera dos bens arquitetônicos de valor patrimonial. Diversos campos da pesquisa arqueológica possuem instrumentos metodológicos para a compreensão da sociedade através das construções e do meio ambiente físico, sejam edifícios, assentamentos ou paisagens. Exemplo disto é a Arqueologia Urbana, a Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia da Arquitetura.

As construções foram incorporadas ao universo da cultura material¹ por volta do século XX, quando outros produtos da atividade humana e não apenas os documentos escritos

¹ A cultura material possui conceituações diversas e é estudada em vários setores das ciências humanas, dentre os quais, a História. Em arqueologia, James Deetz a definiu como qualquer segmento do meio físico modificado por comportamentos culturalmente determinados (DEETZ, 1977 apud LIMA, 2011, p. 13). Bucaille e Pesz (1989) destacam como características

foram considerados fontes de informação. Novas correntes de pensamento científico e a necessidade de objetos materiais e fatos concretos para a comprovação de hipóteses permitiram a incorporação de elementos como a fotografia, utensílios domésticos ou restos de edifícios ao universo das fontes documentais para o estudo científico (BUCAILLE; PESEZ, 1989).

Orser (2000) classifica dentre outras fontes de estudo da arqueologia os artefatos e estruturas, sendo os artefatos, os elementos confeccionados ou modificados pela ação humana (fragmentos de cerâmica, garrafas, obras de arte, etc.) e as estruturas, as evidências da presença humana que não podem ser removidas de um sítio (poços, trincheiras ou monolitos, casas, fortes e outras edificações). Segundo o autor, ao examinar os edifícios é possível saber, entre outros, quando foram construídos, quais eram os espaços mais importantes, as preferências estilísticas e as modificações construtivas. A alteração dos ambientes ao longo do tempo pode servir ao estudo das transformações de atitudes sociais ou culturais. Por exemplo, as cozinhas das residências da maioria das plantações no centro dos Estados Unidos eram amplas em virtude da grande quantidade de membros na família e por este local ser dominado pela mulher que o utilizava como área de produção. Com a mecanização da agricultura e a diminuição de integrantes nas famílias, estes ambientes tiveram suas dimensões reduzidas, sendo difícil encontrar cozinhas daquele tamanho (ORSER, 2000, p. 27). Nesse sentido, a forma adquirida por uma construção é resultado da conjugação de variáveis econômicas, técnicas, culturais e sociais no meio ambiente físico em determinado momento histórico e reflete a estrutura social e os modos de vida de uma sociedade.

Os ambientes edificados têm vários fins: proteger as pessoas, suas atividades e bens contra os elementos, contra seus inimigos humanos ou animais, [...] estabelecer uma moradia, criar uma zona humanizada e segura, [...] reforçar a identidade e indicar a posição social [...]. **Os edifícios** – até mesmo as casas mais modestas – **são algo mais que objetos materiais ou estruturas. São instituições, fenômenos culturais básicos.** (RAPOPORT, 1972 apud BORRAZÁS; ROTEA; VILA, 2002, p. 14, grifo nosso, tradução nossa).

Um recente campo da arqueologia tem sido aplicado ao estudo da arquitetura e do ambiente construído sob a rubrica Arqueologia da Arquitetura, cuja definição e limites foram estabelecidos de forma distinta na Europa e no Continente Americano. O significado do termo na América foi cunhado por Steadman (1996), que definiu a Arqueologia da Arquitetura como as investigações focadas no estudo da arquitetura, particularmente a arquitetura

essenciais à cultura material o fato de referir-se a “cultura do grosso da população” e sua aproximação aos acontecimentos que se repetem suficientemente para serem interpretados como hábitos, tradições. (BUCAILLE; PESEZ, 1989, p. 13-14).

doméstica, desde uma perspectiva arqueológica². As abordagens destes estudos são feitas na sua maioria, sob marcos teóricos pós-processuais³, que vão além da descrição histórica, tipológica e estética das construções e ressaltam aspectos simbólicos e ideológicos presentes nos objetos arquitetônicos. A arquitetura é compreendida como elemento ativo, um produto dotado de vários significados e intenções que interatua com o ser humano, responsável pela sua concepção, desenho e construção (DEETZ, 1977; MARKUS, 1993; ZARANKIN, 1999, 2002, 2003).

Um exemplo deste tipo de análise é desenvolvido na tese de doutorado do antropólogo e arqueólogo Andrés Zarankin intitulada “Paredes que Domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista” (2002). Através do exame de plantas arquitetônicas de algumas escolas municipais de Buenos Aires, estruturadas pelo sistema capitalista, o autor pesquisa a organização do espaço físico, com foco em aspectos ideológicos como as relações de poder. Para demonstrar a organização e configuração destes espaços são aplicados modelos de análise espacial como o modelo ‘Gamma’ desenvolvido pelos arquitetos ingleses Hillier e Hanson (1982)⁴, que consiste na decomposição do edifício em uma série de representações cujo resultado é um gráfico de sua estrutura composta por diferentes nós (correspondentes a espaços físicos delimitados dentro de uma estrutura arquitetônica) e por conexões (que são as portas que conectam um nó com outro) (Figs. 25-26) (ZARANKIN; NIRO, 2010)

Na análise e conclusões o autor utiliza os índices de ‘Escala’, ‘Integração’ e ‘Complexidade’ de Blanton (1994)⁵, demonstrando que na sua maioria, os edifícios escolares apresentam espaços pouco fluidos, em que a comunicação com o mundo exterior é feita quase sempre por uma única via, tornando os usuários altamente vigiados. O autor constata ao final da pesquisa que as escolas públicas fazem parte do mecanismo de domesticação e disciplinamento das pessoas pela burguesia e pelo capitalismo. Essa conclusão é associada ao

² Já na Europa, como será demonstrado na sequência deste capítulo, o termo Arqueologia da Arquitetura refere-se a um conjunto de experiências e investigações realizadas a partir de 1980 como resultado da aplicação de instrumentos, conceitos e problemáticas da disciplina arqueológica no estudo da arquitetura, com foco inicialmente na conservação e restauração de edifícios históricos. Trata-se de uma especialização técnica e temática da Arqueologia, praticada tanto por arqueólogos como por arquitetos e restauradores. (QUIRÓS CASTILLO, 2006, p. 1).

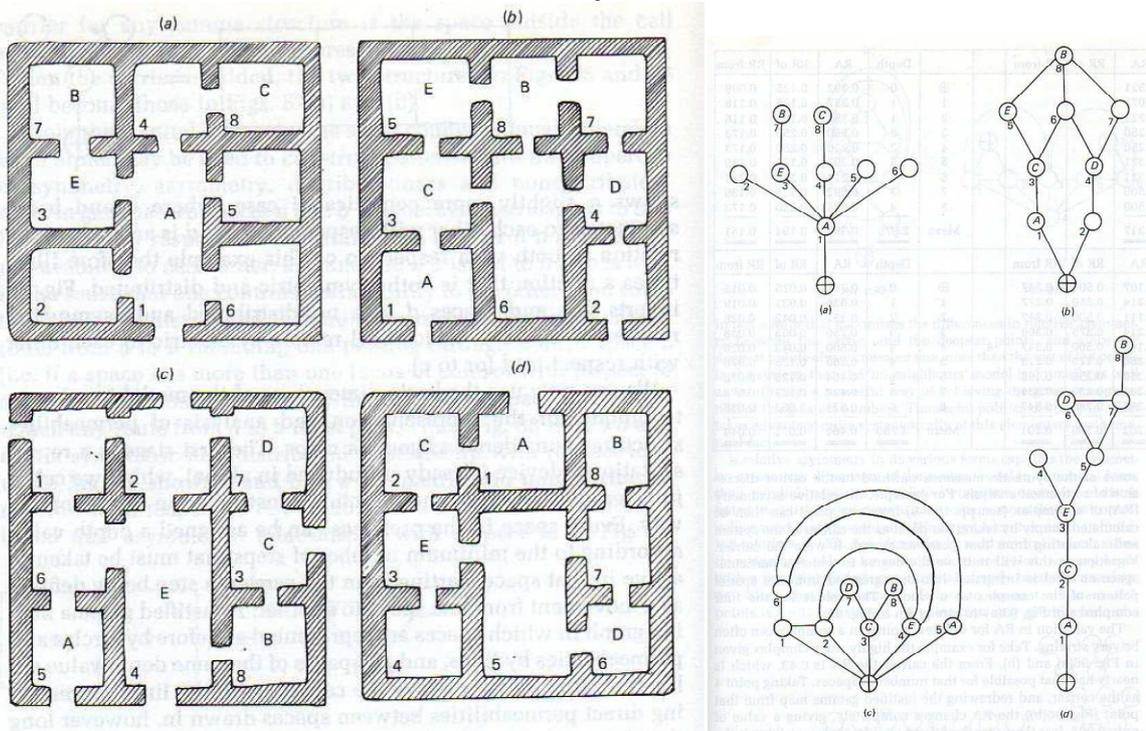
³ Por pós-processualismo entende-se uma série de tendências surgidas no corpus teórico da arqueologia nos finais da década de 1970 e começo de 1980, marcadas pela falta de consenso e diversidade de pensamento como oposição à visão positivista do pensamento arqueológico processual. Em comum defendem o processo hermenêutico da arqueologia desde a pesquisa de campo até o resultado, vêm a cultura material como um texto que pode ser lido e apontam implicações políticas da arqueologia. (HODDER, 1988; JOHNSON, 2000).

⁴ HILLIER, B. e J. HANSON. *The Social Logic of Space*. Cambridge University Press, Cambridge, 1984. (apud ZARANKIN, 2002).

⁵ O arqueólogo Richard Blanton, com base no modelo ‘Gamma’, construiu uma série de índices que possibilitam aprofundar a análise da estrutura arquitetônica. Estes índices são denominados ‘Escala’, que consiste no número de ‘nós’ (equivalente aos ambientes); ‘Integração’, que é igual à quantidade de ligações ou conexões entre os ‘nós’ dividida pela quantidade de ‘nós’ de cada gráfico. Já o ‘Índice de Complexidade’ está relacionado à quantidade de ligações entre os ‘nós’ e a acessibilidade de cada ‘nó’ com o exterior. (ZARANKIN, 2002; ZARANKIN e NIRO, 2010). Ver BLANTON, R. *Houses and households*. Plenum Press, New York, 1994.

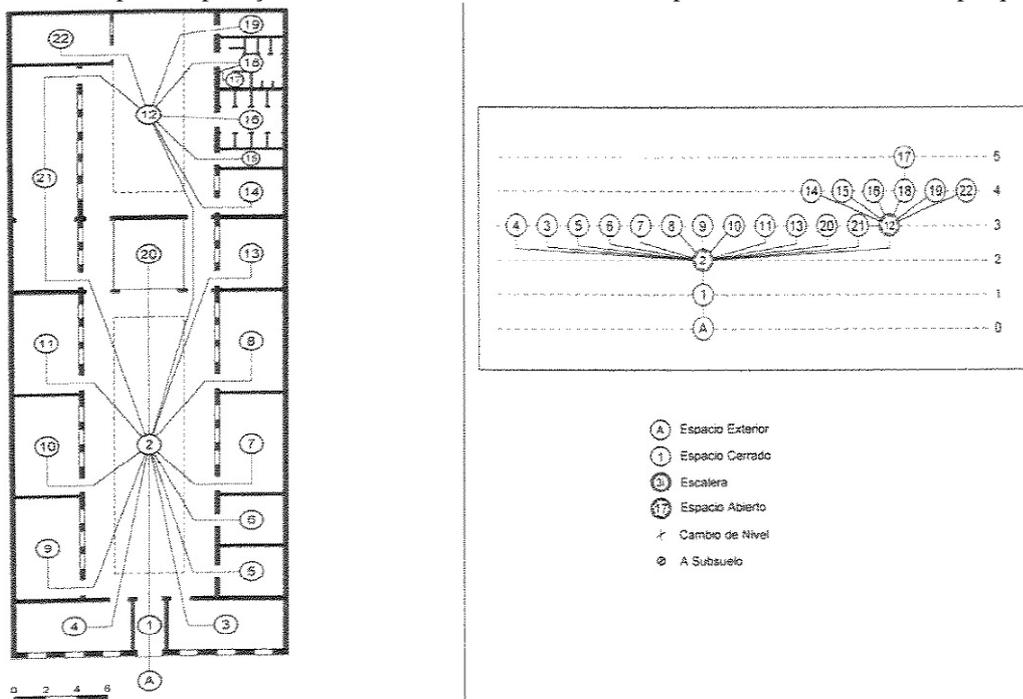
pensamento de filósofos pós-modernos como Michel Foucault (1993) em seu livro clássico *Microfísica do Poder*.

Figura 25: Exemplo de aplicação do modelo 'Gamma'. Quatro plantas similares apresentam diferentes estruturas de circulação.



Fonte: (ZARANKIN, 2002, p. 87)

Figura 26: Exemplo da aplicação do modelo 'Gamma' na análise da planta de uma das escolas pesquisadas.



Fonte: (ZARANKIN, 2002, p. 96)

Este tipo de abordagem arqueológica da arquitetura, cujos defensores argumentam a desnecessária vinculação da arquitetura à materialidade, não apresenta relações objetivas com a problemática da intervenção restaurativa que, como exposto no Capítulo anterior, está pautada na materialidade do objeto arquitetônico. Por outro lado apresentam uma possibilidade de aportar conhecimento sobre o bem e a sociedade que o produziu e/ou na qual está inserido através de métodos não destrutivos⁶, ao contrário de escavações e prospecções que podem implicar na perda de fragmentos das construções e na adulteração de evidências pretéritas.

As análises sobre um quadro teórico pós-processual podem proporcionar uma rica interpretação do edifício, mas é necessário dizer que em nada contribuem às decisões da restauração. Este seria, a nosso modo de ver, um segundo momento do trabalho do arqueólogo sobre a edificação a ser restaurada. A compreensão da materialidade constituída e suas modificações são de suma importância para a tomada de decisões no processo de restauração. (SANTOS, 2011, p. 239, grifo nosso, tradução nossa).

Com o desenvolvimento do método estratigráfico⁷ em arqueologia, foi vislumbrada uma nova possibilidade no estudo, conservação e restauro de edifícios antigos, relacionada a princípio com o diagnóstico de problemas estruturais e com a elucidação da sequência construtiva de edifícios. A “Arqueologia em Arquitetura” como definida inicialmente por Tiziano Mannoni se desenvolveu assim na Itália⁸ por volta de 1980 entre arqueólogos e arquitetos ligados a estudos da arquitetura medieval (dentre os quais, Gian Brogiolo e Roberto Parenti) e se difundiu em outros países da Europa, em especial, na Espanha⁹ e Portugal.

Seus métodos abordam o edifício histórico através da conjugação, entre outros, de dados históricos e arqueológicos, características formais, tipológicas, técnicas e construtivas. O edifício é visto como um artefato que deve ser registrado e analisado para ser compreendido.

Se algo caracteriza a “arqueologia da arquitetura”, desde o ponto de vista instrumental, é seu caráter estratigráfico. [...]. Esta afirmação, entretanto, não

⁶ Dentre os métodos de intervenção arqueológica considerados não destrutivos estão as observações aéreas, por superfície, coletas sistemáticas, levantamentos e sondagens. (CARTA DE LAUSANNE, 1990) (<http://www.iphan.gov.br>).

⁷ A estratigrafia arqueológica é obtida com a interferência humana, e, portanto, cultural, no meio natural, formado pela estratigrafia geológica (HARRIS, 1991). A arqueologia tradicional já se valia do estudo da sobreposição de camadas e da seriação para a construção de cronologias relativas, porém os objetivos eram a contagem dos artefatos por estratos para constituição de curvas de frequência, baseados na estratigrafia geológica (BROWMAN; GIVENS, 1996).

⁸ A partir da década de 1990 foi publicada a revista italiana *Archeologia dell'Architettura*, um suplemento anual a *Archeologia Medievale*, dirigida por Gian Pietro Brogiolo, Sauro Gelichi, Tiziano Mannoni. Disponível em <http://www.bibar.unisi.it/riviste/archeologia-dellarchitettura>.

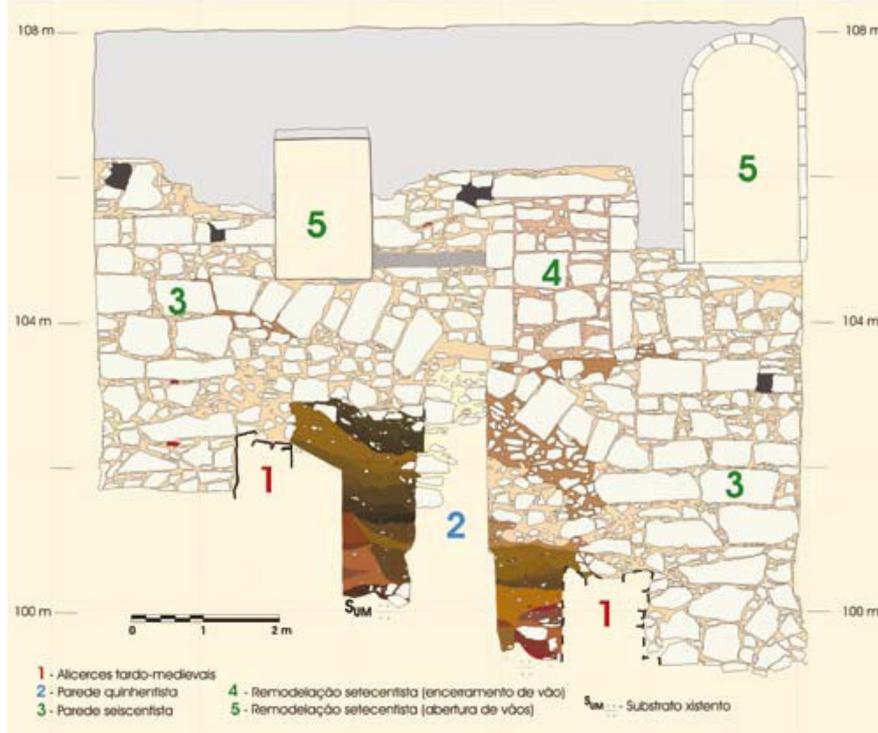
⁹ Na Espanha há publicações como a *Revista Arqueología de la Arquitectura*. Uma revista científica, de periodicidade anual (sua última edição é o número 9, publicado em 2012), dirigida a arqueólogos, historiadores, historiadores da arquitetura e da arte, restauradores, arquitetos e profissionais relacionados com a documentação, estudo e intervenção no patrimônio edificado. É coeditada pelo CSIC - Conselho Superior de Investigações Científicas da Universidade do País Basco, em Madrid. Disponível em <http://arqarqt.revistas.csic.es/index.php/arqarqt>. Dirigida por Luís Caballero Zoreda, os assessores do Conselho são na sua maioria, espanhóis, porém há italianos, franceses e mais recentemente representantes brasileiros, como Andrés Zarankin e Pedro Paulo Funari.

deve ser vista de forma excludente. Outros instrumentos de caráter tipológico, formal, estrutural, arqueométrico ou os recursos das fontes escritas são absolutamente imprescindíveis para alcançar um reforço da nossa disciplina e uma abordagem mais sólida para a história construtiva dos edifícios históricos. [...] Além disso, **a arqueologia da arquitetura possibilita também uma visão radicalmente nova da história da arquitetura, desligada da história dos estilos e onde cada edifício não é representação de um modelo de estudo, mas resultado único e pessoal de uma experiência.** (GARAI-OLAUN; ZOREDA; CASTILLO, 2002, p. 8, grifo e tradução nossa).

O objetivo da aplicação da estratigrafia arqueológica nos edifícios é compor as sequências das ações construtivas (adições, acréscimos) e ações destrutivas (supressões, demolições) que produziram o objeto arquitetônico tal como este se encontra hoje, baseado no conceito de Unidades Estratigráficas (UE), ou seja, partes do edifício que sem dúvida foram resultado de uma mesma ação de construção (Fig. 27). É através da identificação destas unidades e dos pontos de contato entre elas por meio de observações que se reconstrói a sequência de superposição temporal da construção (BOATTO; PITTALUGA, 2000, p. 2).

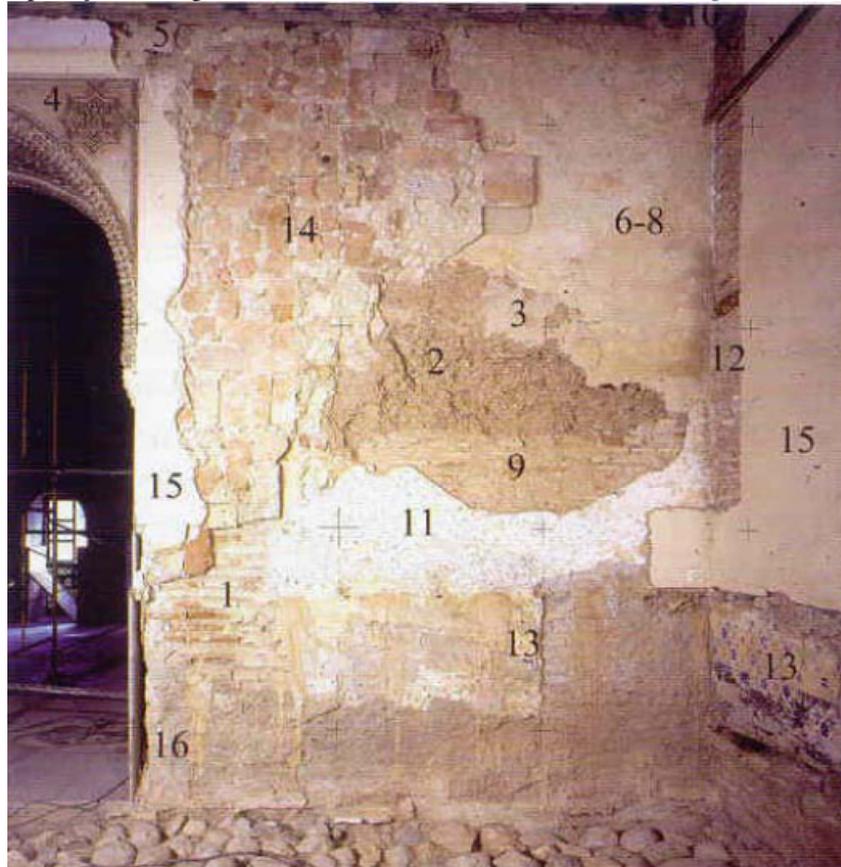
As análises para identificação das UE podem ser feitas de modo sumário através de fotografias, análises *in loco*, etc. (Fig 28), porém, é com a aplicação do método estratigráfico proposto por Harris (1991) (Figs. 29-30) que se tem um instrumento de datação relativa mais completo e um esquema concreto para inserção de datas absolutas obtidas por outras técnicas (termoluminescência, por exemplo).

Figura 27: Leitura estratigráfica da Portaria do Mosteiro de Tibães, em Portugal.



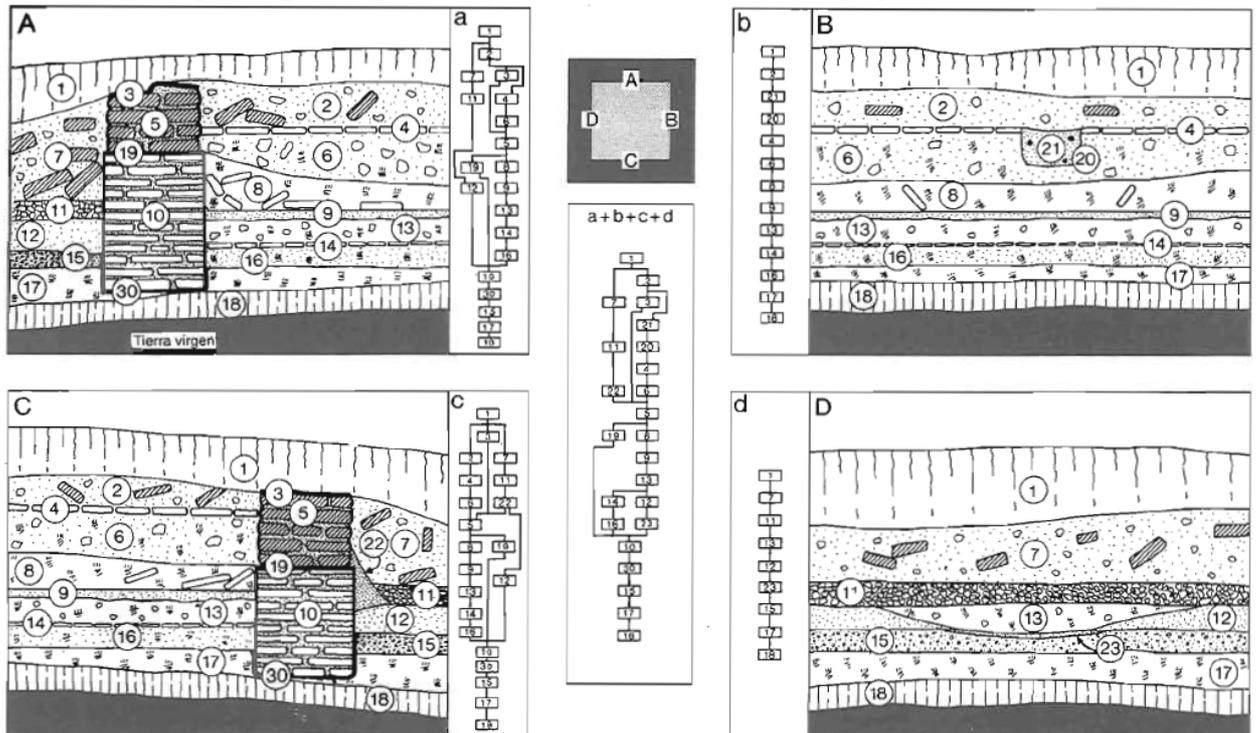
Fonte: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/seminario/Mariaramalho.pdf> (Acesso em 20/07/2013).

Figura 28: Interpretação estratigráfica dos rebocos do *Cuarto Real de S. Domingo*, em Granada, Espanha.



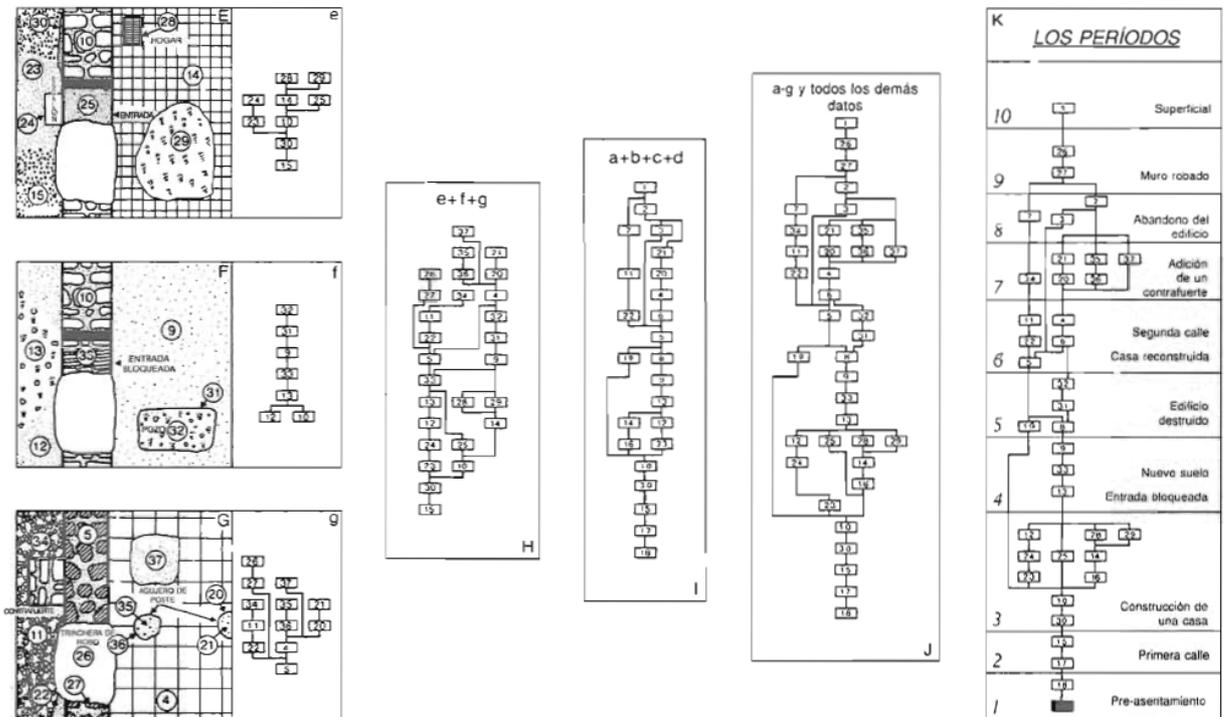
Fonte: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/seminario/Mariaramalho.pdf> (Acesso em 20/07/2013).

Figura 29: Construção gradual de uma sequência estratigráfica vertical como proposto por Harris (1991). Os quatro perfis representados nas seções A e D se fundem em uma só sequência (a+b+c+d).



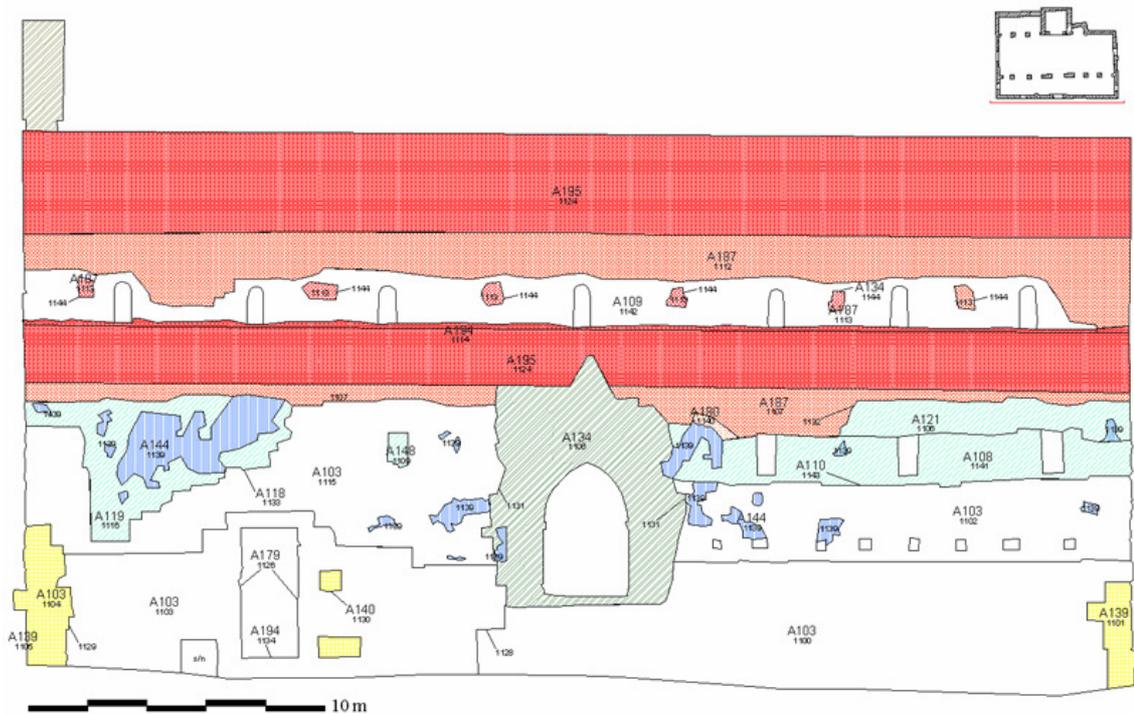
Fonte: (HARRIS, 1991, p. 94)

Figura 30: Em e+f+g tem-se seqüências horizontais obtidas com a análise das plantas (E-G). Com a fusão das três seqüências horizontais (H) em combinação com os dados dos perfis da figura anterior (I) constrói-se a seqüência estratigráfica do assentamento e tem-se o diagrama ou matriz de Harris (J). Em (K) tem-se a divisão do mesmo em períodos.



Fonte: (HARRIS, 1991, p. 95)

Figura 31: Definição de Unidades Estratigráficas em seção de Igreja Idanha-a-Velha, Portugal.



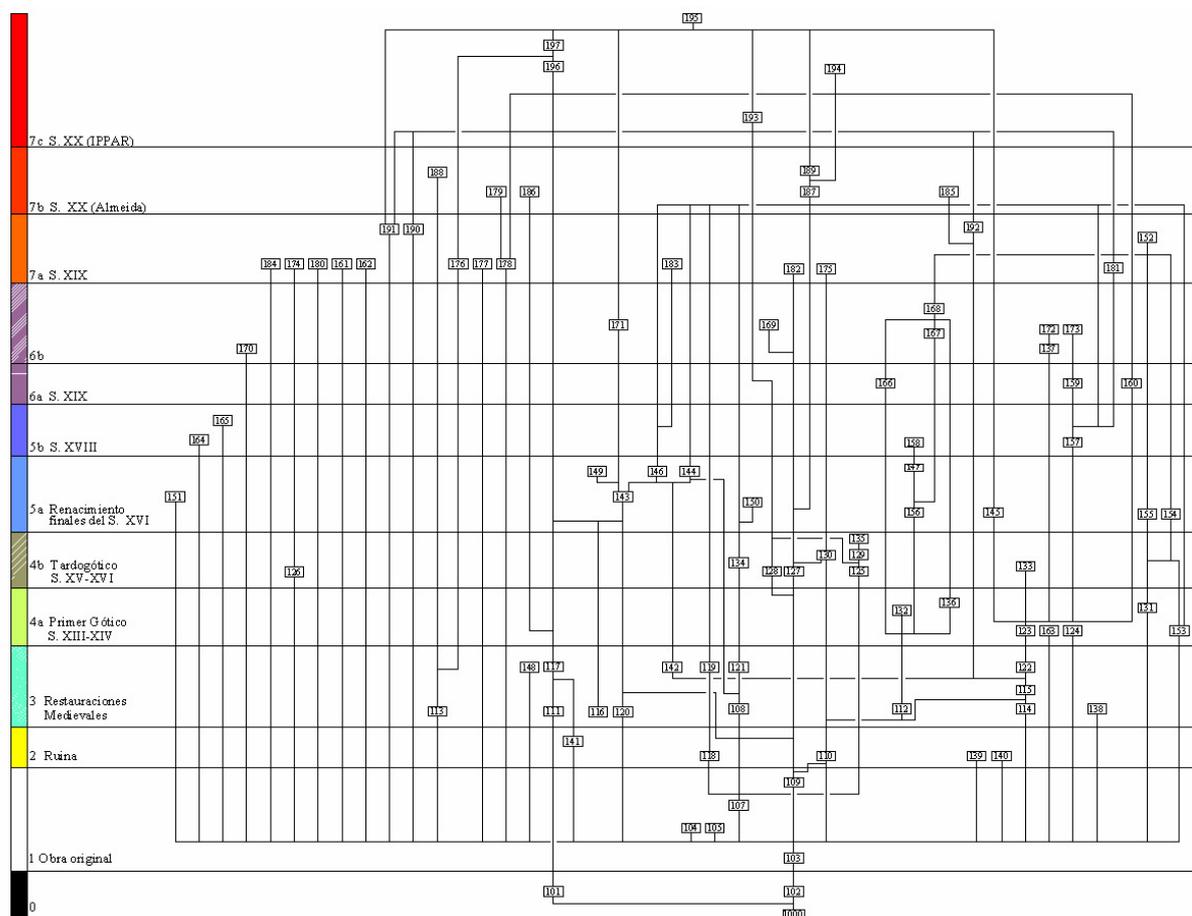
Fonte: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/seminario/Mariaramalho.pdf> (Acesso em 20/07/2013).

Figura 32 – Igreja de Idanha-a-Velha, Portugal.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e0/Idanha-Catedral.JPG> (Acesso em 30/07/2013).

Figura 33: Matriz de Harris da Igreja de Idanha-a-Velha, Portugal.



Fonte: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/seminario/Mariaramalho.pdf> (Acesso em 20/07/2013).

Quirós Castillo (1996) afirma que existem dois instrumentos que servem ao arqueólogo no estudo do documento material: a estratigrafia e a análise tipológica. Esta última quando determinada tradicionalmente pela arquitetura só leva em conta características estilísticas e formais, além de ser subjetiva e desprezar a individualidade de cada monumento. Uma análise tipológica no âmbito da Arqueologia da Arquitetura ou AA recorre a uma série de elementos arquitetônicos particulares distribuídos diacronicamente na construção (aberturas, elementos estruturais, decorativos, etc.), dos quais se conhece sua data de fabricação. Através da construção de um banco de dados de referência onde se registram os mais expressivos casos de elementos construtivos associados a um período cronologicamente delimitado, tem-se datações empíricas, objetivo da cronotipologia, um dos instrumentos da AA.

O deslumbramento com os aspectos instrumentais do campo de estudo bem como o excesso da aplicação desses modelos na Arqueologia da Arquitetura foi alvo de críticas por alguns pesquisadores que, convencidos das potencialidades da arquitetura para o conhecimento de contextos sociais, alertaram para a compreensão dos mecanismos sociais presentes na estrutura de produção dos materiais construtivos.

Investigar, portanto, as técnicas construtivas exige algo mais que sua sequência em um diagrama estratigráfico e algo mais que sua seriação em tabelas de caráter tipológico. **É imprescindível** conhecer aquelas técnicas construtivas que desapareceram devido aos processos de industrialização e **compreender também os mecanismos sociais presentes na estrutura produtiva do artesanato envolvido na arquitetura. Só desta maneira poderemos parar de fazer estratigrafia e fazer arqueologia**, explorando as múltiplas possibilidades que oferece a arquitetura, mais além de sua consideração como recipiente de objetos ou suporte de estilos. (GARAIOLAUN; ZOREDA; CASTILLO, 2002, p. 8, grifo nosso, tradução nossa).

Assim, atualmente na Europa se desdobram duas abordagens da Arqueologia da Arquitetura: (1) preocupada em estabelecer uma teoria e interpretação da história social das construções; (2) direcionada aos aspectos metodológicos para a sistematização de unidades estratigráficas.

Dentro das novas vertentes de estudos, destaca-se o Grupo de Investigação em Arqueologia da Paisagem do Laboratório de Arqueologia (LAr) do Instituto de Estudos Galegos Padre Sarmiento – Universidade de Santiago de Compostela, cuja atuação, inspirada no marco teórico pós-processual da arqueologia, tem relacionado a AA à Arqueologia da Paisagem e inclui pesquisadores da área pré-histórica numa linha de investigação chamada Arqueotectura (BORRAZÁS; ROTEÁ; VILA, 2002).

Figura 34: Tipologia dos aparelhos e manejo do talhe da pedra que refletem as condições de trabalho, aspectos ressaltados na história social dos edifícios.

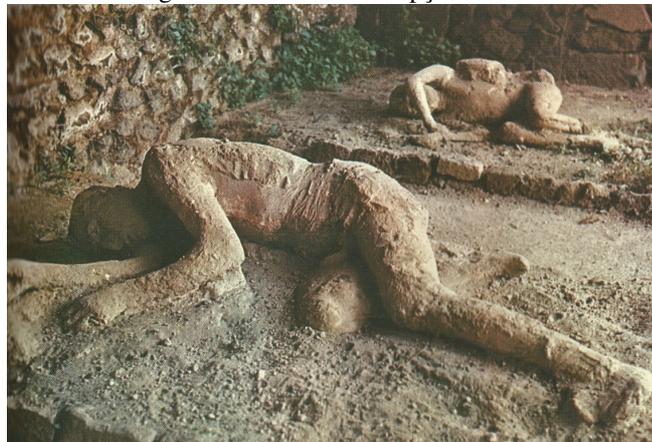


Fonte: <http://mestrado-reabilitacao.fa.utl.pt/seminario/Mariaramalho.pdf> (Acesso em 20/07/2013).

3.2. ARQUEOLOGIA APLICADA A RESTAURAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO

Até que o campo da arqueologia aplicada à restauração se aparelhasse metodologicamente, com a consolidação da Arqueologia da Arquitetura, a prática desta relação foi experimentada em diversos canteiros, como nas escavações em Herculano e Pompéia (iniciadas em 1738 e 1748 respectivamente), em que décadas de trabalho resultaram na afirmação de procedimentos técnicos arqueológicos como o *calco in gesso*¹⁰ (Fig. 35) e posturas conceituais do restauro que mais tarde foram praticadas, como a distinguibilidade entre as partes reintegradas, (Fig. 36) inicialmente defendida por Camillo Boito no fim do século XIX (MORI, 2006, p. 124).

Figura 35: Molde em gesso de vítimas da erupção do Vesúvio em Pompéia.



Fonte: (FRANCISCIS, 1986, p. 77).

¹⁰ Em 1864, Giuseppe Fiorelli que estava à frente dos trabalhos de Pompéia idealizou um método para tratar as cavidades das cinzas vulcânicas em que haviam vazios devido à decomposição de corpos sepultados: preencheu-as com gesso líquido, obtendo assim, a forma dos corpos desaparecidos (RENFREW; BAHN, 1993, p. 22).

Figura 36: Vista parcial da cidade de Pompéia. Através do princípio da distinguibilidade entre partes novas e antigas, foi realizada a complementação das colunas com material contemporâneo: o concreto.

Complemento



Fonte: (FRANCISCIS, 1986, p. 20).

Figura 37: “Vila dos Mistérios” em Pompéia após restaurações de 1894 e 1895. A imagem da janela que subsistia nos escombros foi recomposta com a utilização de concreto moldado em técnica semelhante ao *calco in gesso*.



Fonte: (MORI, 2006, p. 125).

Por muito tempo a restauração se apoiou em documentos históricos, no domínio do campo disciplinar da história da arquitetura, no conhecimento das técnicas construtivas,

sistemas estruturais, expressões estilísticas, organização espacial, entre outros. A arqueologia foi inserida no processo de restauração arquitetônica, complementando e comprovando a relação entre as evidências documentais e materiais.

A metodologia desenvolvida pela Arqueologia da Arquitetura através da estratigrafia possibilita o entendimento mais abrangente da evolução construtiva dos edifícios e é este conhecimento do monumento que vai determinar, dentre outros, a conduta do projeto de intervenção na preexistência arquitetônica de valor patrimonial, seja ele um projeto de restauro ou uma intervenção contemporânea.

No decorrer da sua existência, ao sofrer transformações, o artefato arquitetônico refletirá na sua materialidade toda a sua história, sua trajetória no tempo e no espaço. O resultado dessa trajetória do bem é o que virá a ser o objeto da arqueologia, da arquitetura e da história em um projeto de restauração (NAJJAR, 2007, p. 202, grifo nosso).

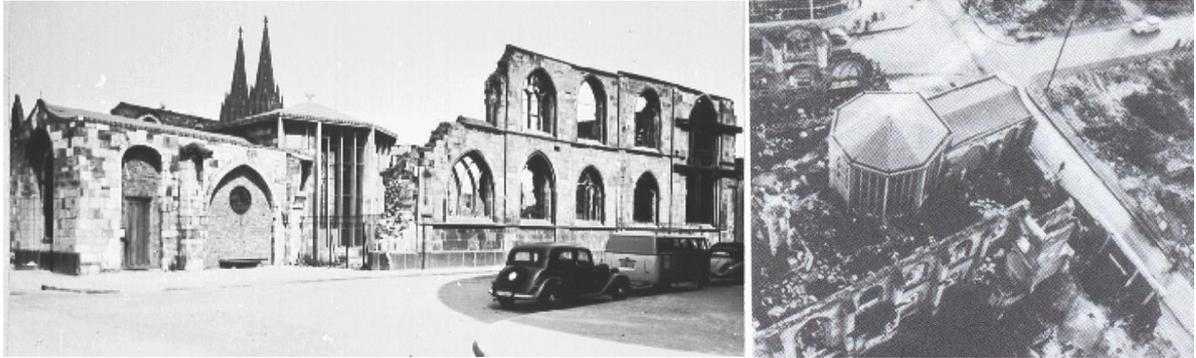
Este tipo de intervenção além de seguir os preceitos teórico-metodológicos do campo disciplinar do Restauro, deve ser um ato crítico e criativo e não propor o retorno ao estado original, ou a reconstrução imitando estilos do passado (KÜHL, 2009). A experiência prática da teoria defendida por Viollet-le-Duc com o restauro estilístico, apesar de difundida na Europa principalmente no século XIX e de conduzir diversas intervenções contemporâneas (como algumas reconstruções estilísticas e integrais realizadas no Brasil através do IPHAN, exemplo da restauração da Catedral da Sé de Olinda, PE - Figs. 14-16) que não considera o valor histórico do monumento e não respeita o transcurso do monumento ao longo do tempo, foi contestada pela teoria de Cesare Brandi.

Não basta saber como, mesmo se com a mais vasta e minuciosa documentação, a obra era antes de se tornar uma ruína. A reconstrução, a repriminção, a cópia não podem nem mesmo ser tratadas como tema de restauração, de que naturalmente exorbitam para entrar tão só no campo da legitimidade ou não da reprodução a cru dos procedimentos da formulação da obra de arte. (BRANDI, 2004, p.66-67)

Exemplo de intervenção em que o profundo conhecimento do passado e o respeito pela preexistência legitimaram a atuação do arquiteto de forma criativa é o *Kolumba Museum*, projetado por Peter Zumthor na cidade de Köln (Colônia). Esta cidade alemã teve praticamente 90% de suas igrejas destruídas com os bombardeios da Segunda Guerra Mundial e a Igreja de *Sankt Kolumba* situada no centro da cidade era a única área que “mostrava as cicatrizes e sinais visíveis da destruição da guerra” em contraposição ao restante da cidade reconstruída (KURMANN, 1996, apud BRENDLE, 2012). A única intervenção realizada após os bombardeios no local foi a construção de uma capela, projetada como uma estrutura moderna por Gottfried Böhm, em 1950, que recebeu o nome de *Madonna in den Trümmern* (Nossa Senhora das Ruínas) em razão da escultura de Maria ter sido encontrada intacta em

meio aos destroços do edifício (Fig. 38). Pouco depois, em 1957, foi inaugurada uma pequena capela anexa também projetada por Böhm, a *Sakramentskapelle*, na forma de um cubo, para confissões e batismos (KRAUS, 1997 apud BRENDLE, 2012).

Figura 38: *Gottfried Böhm-Kapelle* na década de 1950.



Fonte: (©Rheinisches Bildarchiv Köln. (RBA 090 006) ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, apud BRENDLE, 2012).

Para a construção de um museu neste local, em que a preexistência era composta por vestígios arqueológicos romanos (século IV) e ruínas de construções românicas (século XI e XII) e góticas (século XIV), reveladas nas escavações arqueológicas realizadas por Sven Seiler (1977) (Figs. 39-40), foi elaborado um concurso público de arquitetura cujas diretrizes determinaram entre outras: 1) a preservação integral das ruínas como documento histórico, inclusive da *Kapelle Madonna in den Trümmern* (1949) e da *Sakramentskapelle* (1957); 2) o não confinamento das estruturas em um espaço fechado sem uma ampla visão do sítio arqueológico; e 3) a distinguibilidade entre as ruínas da igreja e as novas estruturas propostas (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997 apud BRENDLE, 2012).

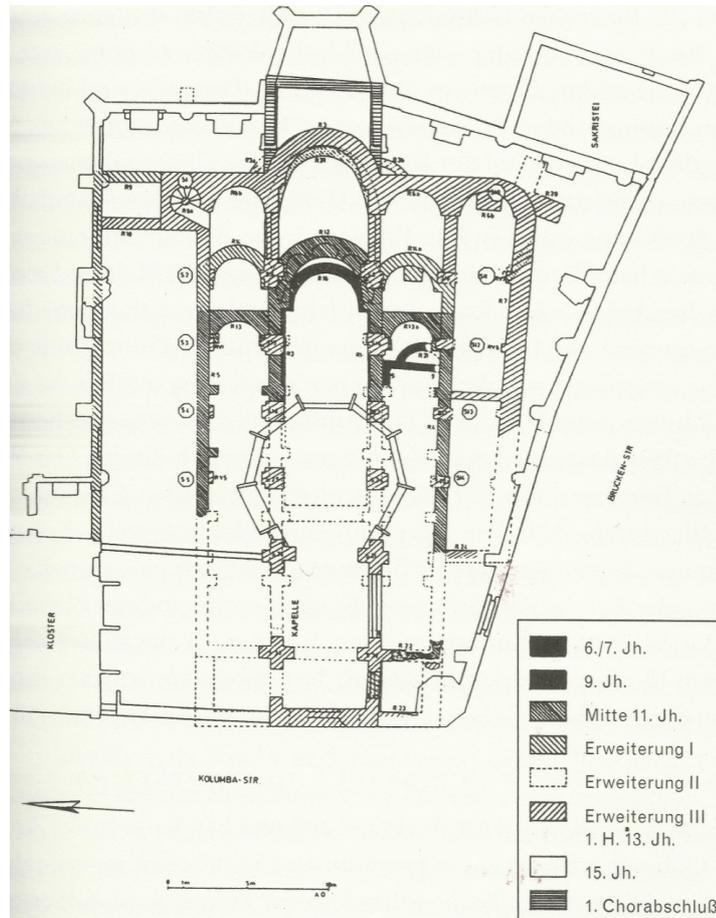
Figura 39: Detalhe das escavações onde foram evidenciados vestígios arqueológicos dos séculos IV, XII e XIV.



Fonte: a (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, p. 67).

b: <http://www.deutsches-architektur-forum.de/forum/archive/index.php> (Acesso em 20/07/2013).

Figura 40: Planta baixa da Igreja de *Sankt Kolumba* contendo a os diferentes estratos da evolução construtiva do sítio desde o século VI.



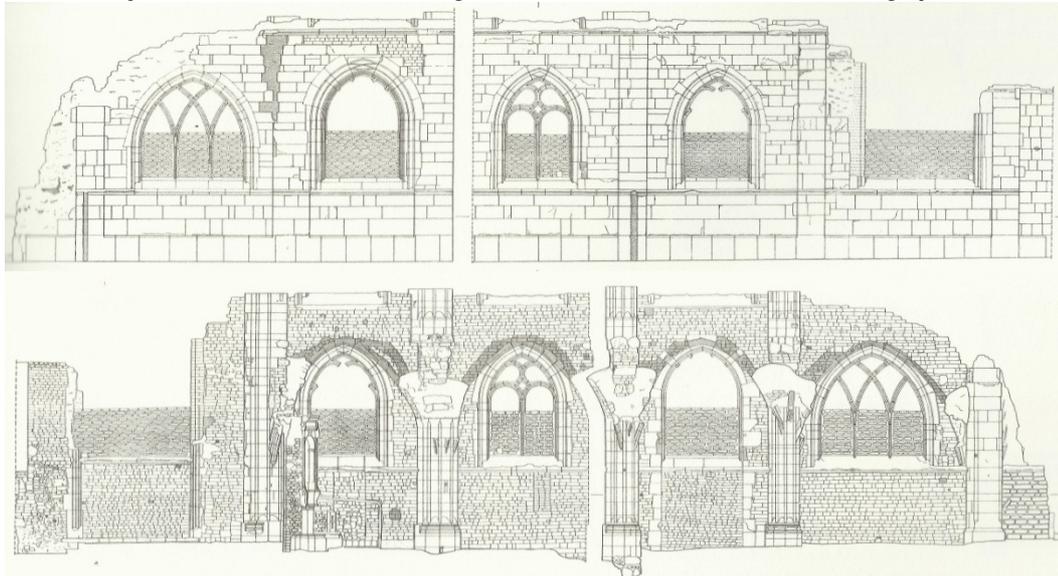
Fonte: (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, p. 33).

O significado da escavação e das ruínas como documentos da passagem do tempo, da construção e destruição através da história está vinculado com a autenticidade do sítio. [...] Fundamental para a inclusão da preexistência [no projeto do museu] é o respeito a todos seus elementos e por isso a reconstrução de qualquer parte está absolutamente fora de questão. (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997 apud BRENDLE, 2012, p. 13, grifo nosso).

As indagações presentes no Colóquio do Concurso Público sobre como se daria a integração entre as evidências arqueológicas e o novo projeto de arquitetura do *Kolumba Museum* foram respondidas com a prerrogativa da utilização de uma linguagem arquitetônica contemporânea sem marcas do passado para não se transformar num “cenário historicizado”. A preferência por um design de linhas simples e funcionais era um pré-requisito para não prejudicar a diversidade das narrativas arqueológicas. Outra diretriz estabelecida no regulamento do Concurso era a preservação da integridade dos fragmentos do sítio arqueológico em função da inserção de novas cargas construtivas projetadas, tais como peso de novos pavimentos e do fluxo dos visitantes no novo museu. (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, p.112 apud BRENDLE, 2012).

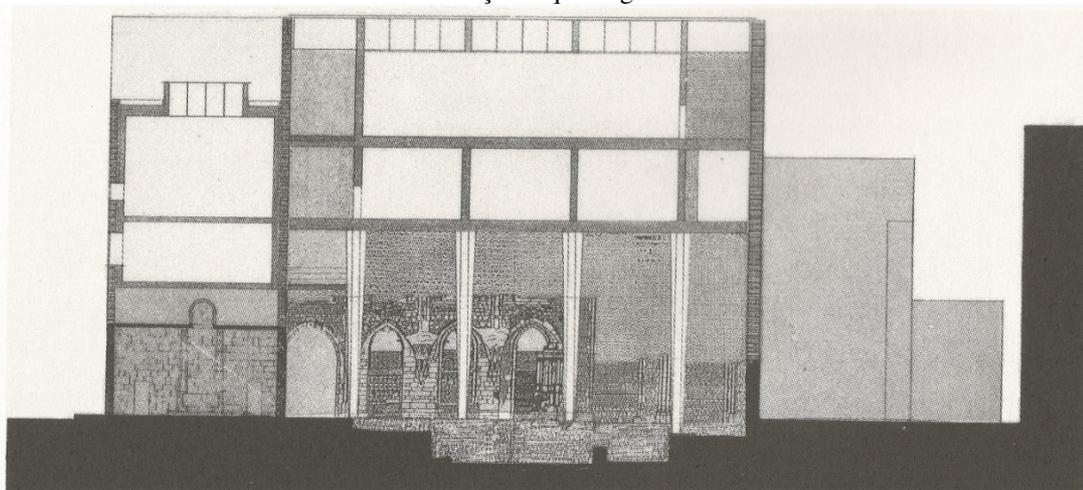
O projeto do arquiteto Peter Zumthor, vencedor dentre 167 participantes, teve como concepção a criação de um novo edifício que se eleva a partir da caixa mural limítrofe das ruínas da antiga igreja. No sítio arqueológico situado no interior do edifício, a nova estrutura surge a partir de pilares estrategicamente localizados de modo a não perturbar as ruínas existentes e através de uma passarela em madeira *Padouk* (naturalmente vermelha) na qual se transita sobre os vestígios arqueológicos (Fig 43-44). Os pavimentos superiores do museu configuram um plano horizontal à 12 metros de altura e estão apoiados nas altas e finas colunas, com interferência mínima sobre os vestígios evidenciados nas escavações (Fig. 42) (BRENDLE, 2012).

Figura 41: Elevações laterais contendo a estratigrafia dos elementos remanescentes da Igreja *Sankt Kolumba*.



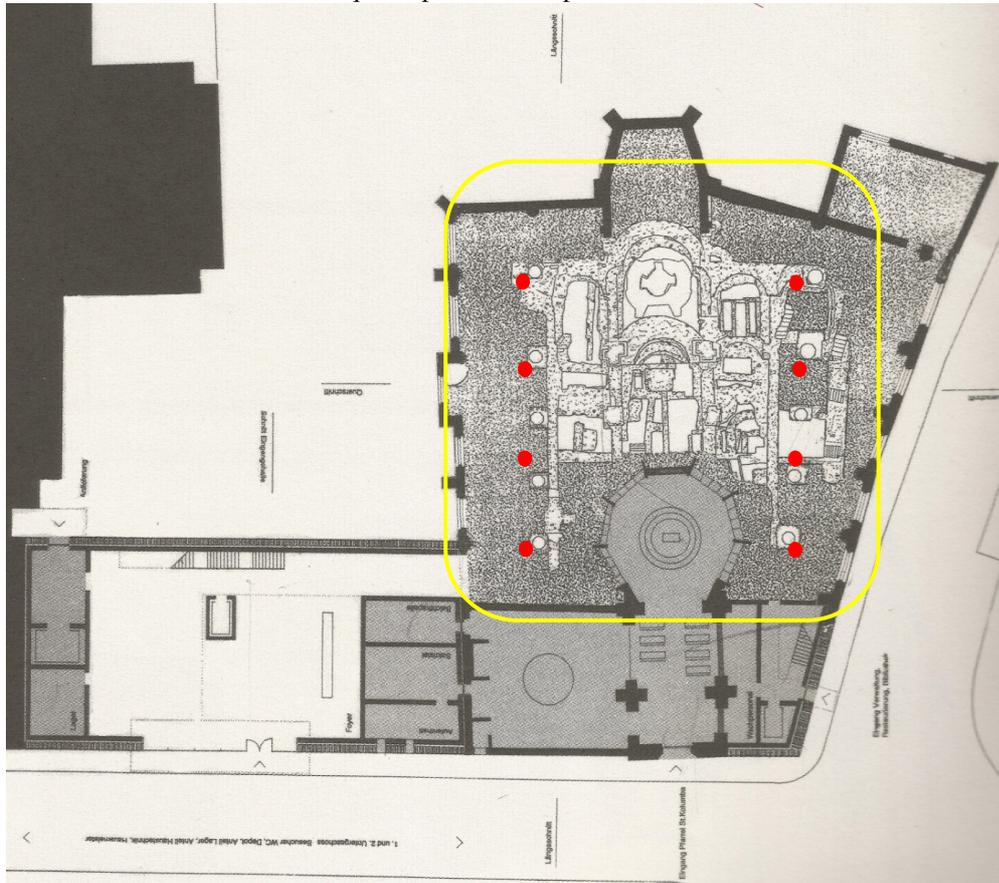
Fonte: (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, p. 113).

Figura 42: Corte esquemático evidenciando o plano horizontal suspenso por delgadas colunas sobre a área de escavação arqueológica.



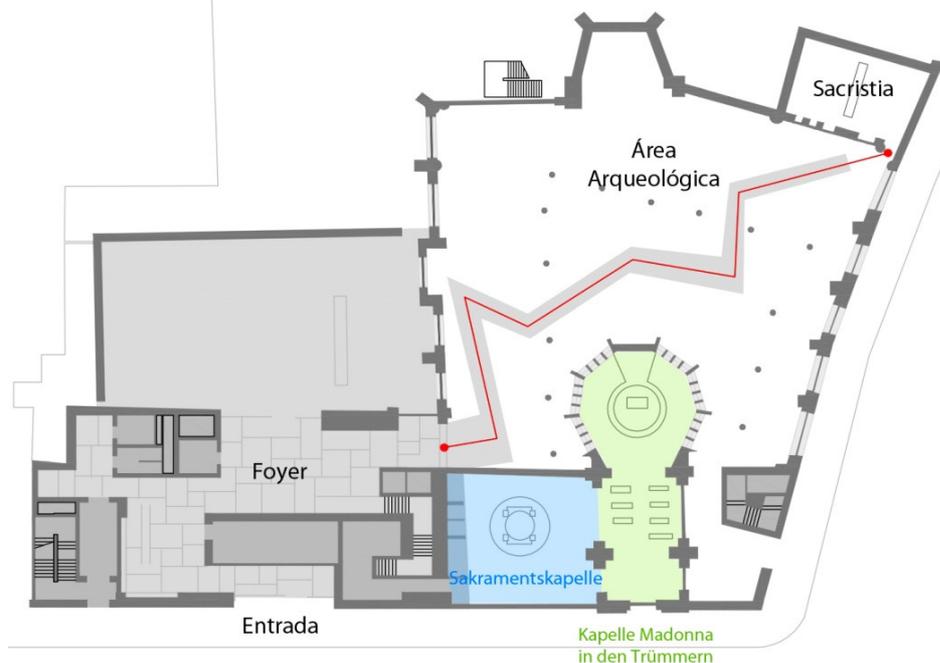
Fonte: (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, p. 119).

Figura 43: Planta baixa do pavimento térreo do Museu Kolumba. Estudo preliminar de Peter Zumthor tendo na área circundada em amarelo os vestígios arqueológicos evidenciados com as escavações e em vermelho, as duas fileiras com quatro pilares cada, prevista inicialmente.



Fonte: (ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN, 1997, p. 121).

Figura 44: Representação de planta baixa do pavimento térreo do Museu Kolumba conforme executado. Foi necessária uma nova configuração dos pilares para a sustentação do segundo pavimento, e sua localização foi estudada minuciosamente para não perturbar o sítio arqueológico.



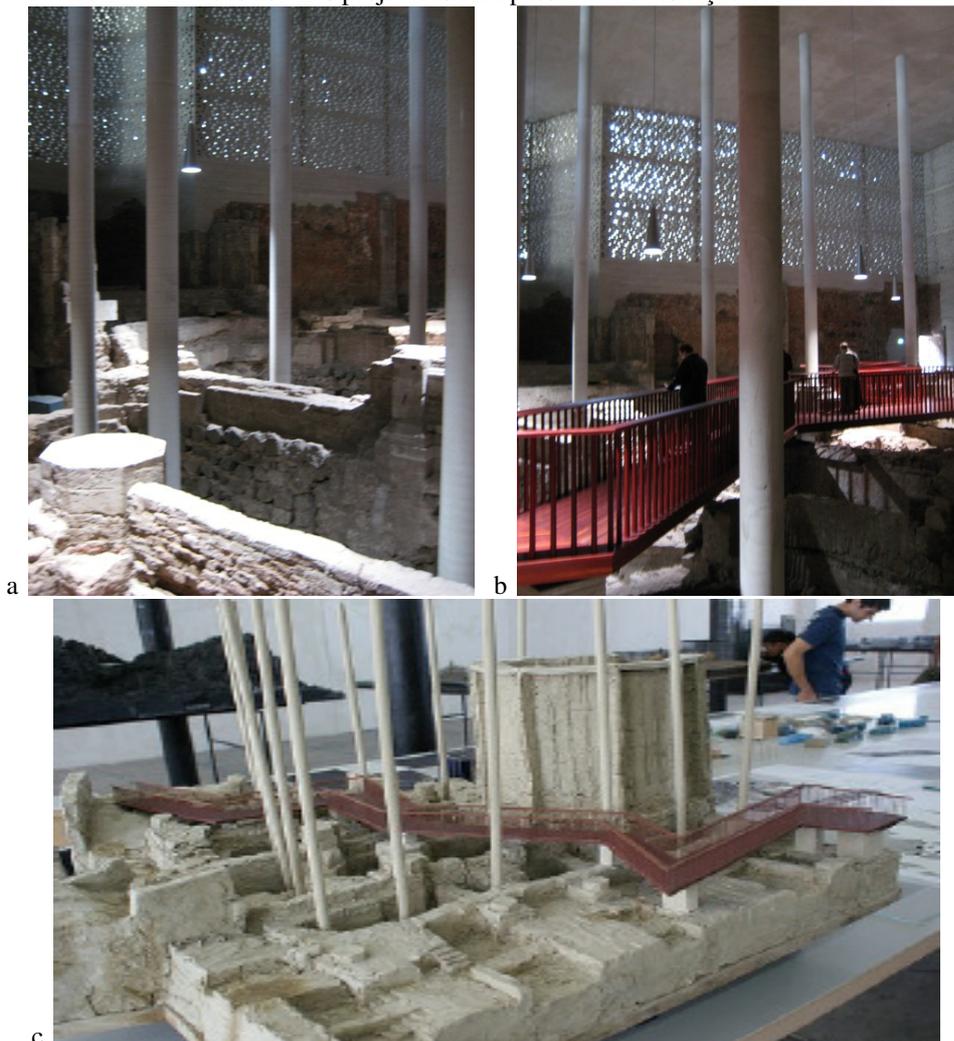
Fonte: Betânia Brendle e Yann Rainer Guimarães, 2012.

Figura 45: A caixa mural do novo edifício vista da rua.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2007.

Figura 46: Interior do Museu Kolumba. a) e b) Área de escavação arqueológica com os delgados pilares de sustentação do primeiro pavimento e a passarela para visitação em madeira. c) Maquete do sítio arqueológico com detalhe das colunas projetadas e da passarela de visitação em vermelho.



Fonte: (a) e (b) Acervo de Betânia Brendle, 2007. (c) <http://theurbaneearth.net/category/arquitetura/page/3/> (Acesso em 21/07/2013).

O novo prédio do museu cria um invólucro em torno das ruínas, protegendo-as das variações climáticas e permitindo, através das aberturas existentes entre os tijolos, a ventilação e iluminação necessárias para que os vestígios permaneçam expostos em condições de temperatura e umidade similares às do ambiente exterior. Nesta intervenção, o respeito à preexistência arquitetônica e arqueológica é estendido aos materiais construtivos desenhados para o novo edifício, como os tijolos, que produzidos artesanalmente têm uma configuração e textura tratando a nova caixa mural como “fundo” e não como “figura” da intervenção arquitetônica, como estabelece a teoria brandiana em “A unidade potencial da obra de arte”. (Fig. 47) (BRENDLE, 2012).

Figura 47: *Kolumba Museum*: junção do fundo neutro de tijolos de pedra integrando vestígios da ruína.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2007.

No contexto brasileiro, poucas intervenções restaurativas foram conduzidas sob a ótica da Arqueologia da Arquitetura¹¹. Na prática, a interface entre arqueologia e restauração arquitetônica no Brasil se materializou com o início dos estudos em Arqueologia Histórica no país, no começo da década de 1960, época de surgimento deste campo da arqueologia reconhecido em 1967 com a fundação da *Society for Historical Archaeology*¹². Desde os seus

¹¹ O restauro coordenado por Regina Tirello da “Casa de Dona Yayá”, na Vila Penteado-SP, é um dos exemplos. No panorama acadêmico, o despertar de alguns profissionais para as possibilidades de pesquisas na área tem levado à publicação esparsa de artigos científicos (TIRELLO, 2007; CARRÉRA e SURYA, 2012, AMÂNCIO-MARTINELLI; SANTOS, 2011), dissertações de mestrado (MORAIS, 2007; SANTOS, 2009) e teses de doutorado (CORRÊA, 2005). Recentemente a Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp editou a Revista PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção - com o tema “Arquitetura e patrimônio: da arqueologia ao projeto de restauro”. Dos seis artigos existentes na publicação, dois foram escritos por arqueólogos portugueses e tratam especificamente da aplicação da Arqueologia da Arquitetura em projetos de restauração em Portugal (TIRELLO; RAMALHO, 2013).

¹² A *Society for Historical Archaeology* foi criada nos Estados Unidos e é a maior organização profissional de arqueologia histórica. Também em 1967 foi criada na Inglaterra a *Society for Post-Medieval Archaeology*. A arqueologia histórica e a arqueologia pós-medieval estudam o mesmo período histórico e as mesmas culturas em distintos contextos (ORSER, 2000, p.

primórdios, a Arqueologia Histórica recebeu diversas definições, algumas a colocam como o estudo das sociedades letradas ou o estudo de um período temporal limitado pela presença de fontes escritas. Para Orser (2000), todas as discussões relacionam a arqueologia com a antropologia e a história e buscam entender a natureza global da vida moderna. Envolvem, portanto, o estudo e a formação de um mundo novo através da interação entre povos como produto de um sistema cultural, tecnológico e econômico, fruto da exploração e colonização de novas terras. Contemporaneamente, a Arqueologia Histórica tem sido caracterizada como:

O estudo arqueológico dos aspectos materiais – em termos históricos, culturais e sociais concretos – dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo trazidos da Europa em finais do século XV e que continuam em ação até hoje (ORSER, 2000, p. 23, tradução nossa).

A Arqueologia Histórica esteve vinculada à restauração de monumentos brasileiros até a década de 1990, quando se abriu para novas perspectivas, como os estudos de quilombos e quintais. Para Lima (1993), a visão patrimonial que privilegiava os “monumentos de pedra e cal” direcionada principalmente aos exemplares da arquitetura colonial foi o que determinou os rumos da Arqueologia Histórica no Brasil e sua integração à restauração de igrejas e fortes no Nordeste e intervenções no Sul do país nesse período (1960-1990).

O estudo das Missões Jesuíticas pelo atual IPHAN teve início no momento de criação do órgão ainda sob o nome de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, em 1937, momento em que o arquiteto Lucio Costa foi incumbido de vistoriar os Sete Povos das Missões Jesuíticas (São Miguel, São Nicolau, Santo Ângelo, São Lourenço, São João Batista, São Luiz Gonzaga e São Francisco de Borja). Em seu relatório final, Lucio Costa expôs que a Redução de São Miguel Arcanjo (Fig. 48) era a única que apresentava interesse como conjunto arquitetônico, devendo assim, ser preservada. Também era em São Miguel que deviam se concentrar os elementos espalhados em todos os demais sítios das Missões para a constituição de um museu (Fig. 49) que reunisse as peças dando-lhes novo sentido. Por isso, sugeriu que fossem feitas escavações com o objetivo de resgatar material arqueológico e geológico em todos os locais (COSTA, 1937 apud STELLO, 2005).

17-18). No continente americano, o objeto de estudo são os povos europeus, tendo em vista que os grupos indígenas da América foram praticamente exterminados após o contato com os colonizadores. Na Europa, os habitantes são os mesmos relacionados aos povos pré-históricos.

Figura 48: Vista da Missão de São Miguel Arcanjo. Ao centro as ruínas Igreja de São Miguel e abaixo, o Museu e Casa do Zelador.



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-16239/classicos-da-arquitetura-museu-das-missoes-lucio-costa/missoes-4> (Acesso em 22/07/2013).

Figura 49: Museu das Missões a) Durante sua construção e b) Após inauguração.



a)



b)

Fonte: a) (Arquivo Noronha Santos, 1939 *apud* STELLO, 2005, p. 107) b) http://www.archdaily.com.br/br/01-16239/classicos-da-arquitetura-museu-das-missoes-lucio-costa/museudasmissoes-blogspot_4 (Acesso em 22/07/2013).

Apesar de Mori (2006) destacar positivamente a intervenção do Museu das Missões como uma das primeiras experiências do IPHAN em área arqueológica, seu objetivo não coadunava com os princípios estabelecidos internacionalmente na Carta de Atenas (adotada pelo ICOMOS desde 1931), a qual fazia referências ao trabalho conjunto entre o arqueólogo e o arquiteto e estipulava no caso das ruínas “uma conservação escrupulosa” com a “recolocação em seus lugares dos elementos originais encontrados (anastilose)” (CURY, 1995, p. 17). De modo inverso, na construção do Museu das Missões (prédio novo, projetado por Lucio Costa e inaugurado na década de 1940) foram utilizadas colunas e capitêis do sítio São Luiz Gonzaga (Fig. 51), além da cruz trazida da Missão de Santo Ângelo (Fig. 50).

(STELLO, 2005). Poucos anos depois desta intervenção, era adotada a Carta de Veneza (1964) que em seu Art. 7º determinava:

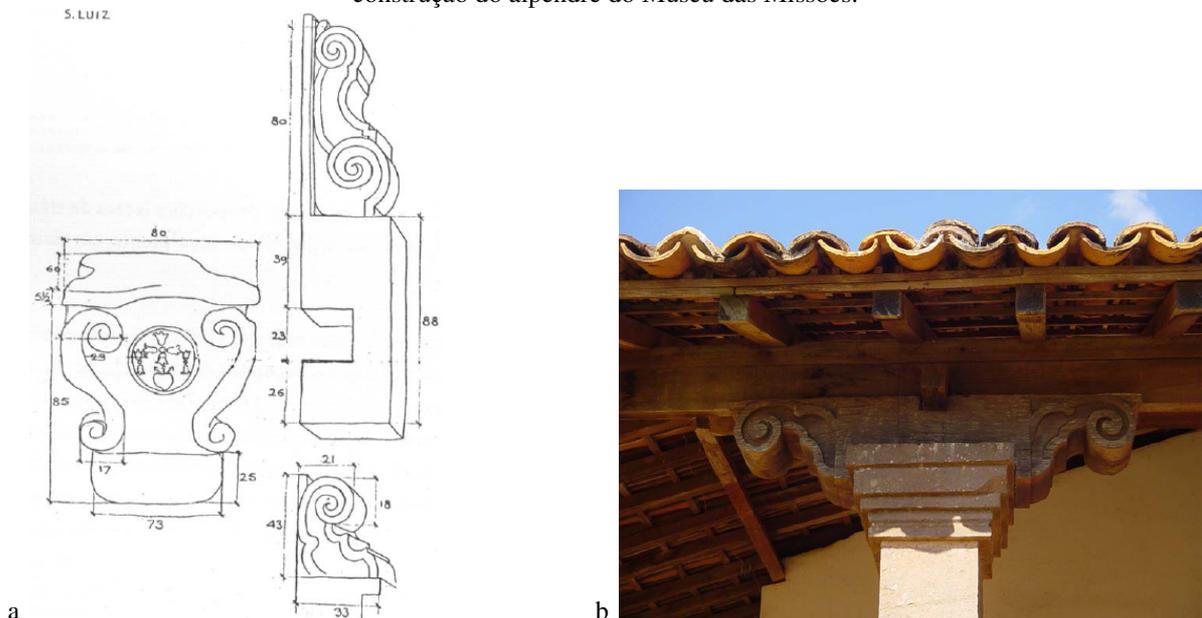
O monumento é inseparável da história de que é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional. (CURY, 1995, p. 110, grifo nosso).

Figura 50: Vista da Igreja de São Miguel a partir do Museu das Missões. Detalhe para a cruz trazida do sítio de Santo Ângelo e colocada no sítio São Miguel.



Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f6/Miss%C3%B5es.jpg> (Acesso em 30/07/2013).

Figura 51: a) Desenho dos capitéis encontrados no sítio São Luiz. b) Capitéis do sítio São Luiz utilizados na construção do alpendre do Museu das Missões.



Fonte: a) <http://marcoscarrilho.arq.br/marcos/anais/IDOCOMOMO.pdf> (Acesso em 22/07/2013). b) (STELLO, 2005, p. 111).

Mesmo com as recomendações da Carta de Atenas, na década de 1940 ainda não havia cursos de graduação em arqueologia no Brasil e o SPHAN crescia como uma instituição majoritariamente composta por arquitetos, motivo pelo qual, a relação entre arquitetos e arqueólogos brasileiros em intervenções restaurativas ocorrerá de fato mais tarde, tendo como

um dos exemplos pioneiros o projeto da Igreja Nossa Senhora da Divina Graça (1584) em Olinda-PE, na década de 1970, iniciado em 1967 pelo arquiteto José Luiz Mota Menezes, sob a responsabilidade da FUNDARPE e do IPHAN.

A maior descoberta se deu por acaso. Ao se remover o piso de uma capela do falso transepto uma pedra tumular ocultava uma cripta abaixo do nível do piso com um sepultamento ainda no local. O achado motivou o início de uma extensa pesquisa arqueológica no corpo da nave realizada pelo Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, tendo à frente o arqueólogo Marcos de Albuquerque. (MENEZES, 2008b, p.52)

Nesse contexto, as pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil estavam limitadas ao nível do subsolo e seu produto era a análise de cunho histórico-cultural¹³ com estudos descritivos e particularistas contendo referencial histórico, geográfico, dados funcionais, técnicas construtivas e aspectos formais. Lima (1993) define esta linha de trabalho como “linha arqueográfica” de cunho eminentemente técnico e subsidiadora da restauração de bens tombados¹⁴. Para Najjar (2007), a limitação de foco das pesquisas arqueológicas aliadas à restauração¹⁵ – que eram puramente descritivas e tratavam apenas das características do bem – se deve à atribuição da arqueologia como técnica auxiliar da história, ficando subjugada ao trabalho arquitetônico e não construindo conhecimento em geral.

Exemplo de intervenção que demonstra uma nova perspectiva no panorama da arqueologia incluída na restauração arquitetônica, após o período “arqueográfico”, foi desenvolvido na Casa da Torre de Garcia d’Ávila, na Praia do Forte/BA. Trata-se de um conjunto residencial-militar com construção que remonta ao século XVI. Os vestígios do forte e da torre desapareceram no começo do século XX, restando apenas as ruínas da Casa da Torre, que foram tombadas pelo IPHAN em 1938 (Figs. 52-53). Por volta de 1980, a intenção de construir um Clube Hotel no local e a importância histórica do sítio levou diversos profissionais da área da preservação cultural a se manifestarem em favor da extensão do tombamento como Parque Histórico da Casa da Torre, o que ainda não ocorreu, bem como a reivindicar a importância de estudos arqueológicos (AVILA, 2000). O arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, membro do ICOMOS-Brasil, alertou em 1996, sobre a importância da inclusão da arqueologia:

¹³ O Histórico-Culturalismo em arqueologia, visa à determinação de linhas de tempo em relação às mudanças culturais das sociedades. Seu objetivo é a determinação da cultura e da tradição baseada na descrição e na cronologia. A classificação dos artefatos colhidos em campo é feita com base nas diferenças entre eles através do método tipológico (desenvolvido por arqueólogos como Pitt-Rivers e Oscar Montealeuis), ou seja, na organização por tipos/conjuntos formando “culturas arqueológicas” (RENFREW; BAHN, 1993).

¹⁴ A arqueóloga Tânia Andrade Lima produziu uma série de estudos arqueológicos sobre o modo de vida burguês no Rio de Janeiro, utilizando artefatos como louças, túmulos, etc. Os estudos tem foco na simbologia e discurso social baseados em filósofos como Foucault. Apesar de defender a articulação de diversas correntes teóricas numa abordagem arqueológica, percebe-se nessa crítica da autora, sua inclinação pós-processual. (LIMA, 1993; 1994; 1996; 1997).

¹⁵ A autora intitula esse viés da arqueologia no Brasil como “Arqueologia de Restauração”. (NAJJAR, 2007).

[...] **O monumento corre o risco de, pressionado pela opinião pública, o Estado intervir precipitadamente para evitar seu desaparecimento sem os estudos e cautelas necessários**, destruindo valores históricos e estéticos, como infelizmente tem ocorrido [...].

Não estamos advogando que devamos intervir em um monumento sem um razoável conhecimento histórico do mesmo, senão que existem outras fontes que, conjuntamente com as escritas e gráficas podem permitir a reconstrução da história de um monumento. **Refiro-me à sua leitura arquitetônica e à pesquisa arqueológica de seu subsolo. [...] São questões fundamentais, não só para o esclarecimento da própria história do monumento, como para o encaminhamento de sua restauração.** (AZEVEDO apud AVILA, 2000).

Figura 52: Visão geral das ruínas da Casa da Torre Garcia d'Ávila, tendo do lado direito, a igreja que foi restaurada por ainda ser utilizada pela comunidade vizinha.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2010.

Figura 53 – Casa da Torre Garcia d'Ávila, após a intervenção.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1628378>

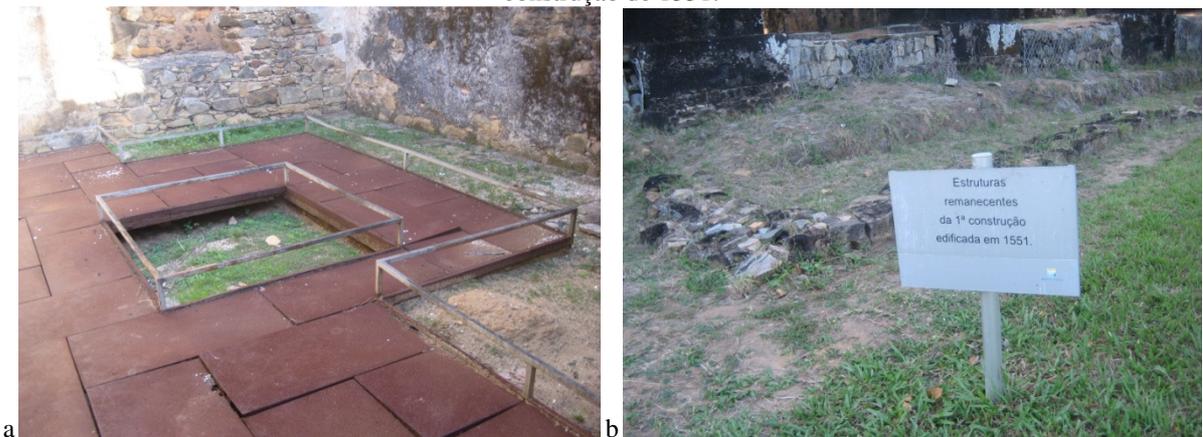
Por volta do ano 2000, foram iniciados os trabalhos arqueológicos, tendo sido evidenciadas estruturas antigas, como pisos e fundações e encontrados vasilhames cerâmicos indígenas, porcelanas europeias e vestígios pré-históricos, como machados de pedra polida (Fig. 54). O projeto de intervenção arquitetônica, apesar de desenvolvido antes da conclusão das escavações, permitiu a integração do resultado destas pesquisas à obra, através da exposição e proteção dos vestígios encontrados. O arquiteto Ubirajara Mello, responsável pelo projeto, propôs também a colocação de pisos em chapas de aço flutuantes que podem ser removidos, visando atender futuras pesquisas arqueológicas (Fig. 55).

Figura 54: Vestígios encontrados nas escavações realizadas na área da Casa da Torre Garcia d'Ávila em exposição no Museu da Fundação Garcia d'Ávila.



Fonte: a) Acervo de Betânia Brendle. b) http://www.fgd.org.bro_castelofotos01.html

Figura 55: Casa da Torre Garcia d'Ávila. a) Piso em chapa de aço flutuante. b) Estruturas remanescentes da 1ª construção de 1551.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2010.

A nova linguagem arquitetônica utilizada nas passarelas de visitação, pisos e pilares, procura minimizar a interferência nas ruínas, respeitando seu caráter histórico e arqueológico (Fig. 56).

Figura 56: Detalhe de uma das passarelas de visitação em aço, projetada para não “tocar” nas ruínas.



Fonte: Acervo de Betânia Brendle, 2010.

Mais recentemente com a implantação do Programa Monumenta, diversas intervenções de recuperação do patrimônio urbano incorporaram em seu escopo a pesquisa arqueológica. Um exemplo é o Projeto Pelourinho de Pesquisa Arqueológica, coordenado pela arqueóloga Rosana Najjar, em Salvador¹⁶, objeto de uma recente publicação do Programa Monumenta – A Arqueologia do Pelourinho. O objetivo deste projeto foi diagnosticar o potencial arqueológico da área de intervenção e desenvolver pesquisas sistemáticas nas zonas definidas como de interesse especial, além de fazer um retrato do local sob o prisma da arqueologia para compreender a ocupação do atual Centro Histórico da cidade de Salvador (NAJJAR, 2010, p. 11).

O Projeto Pelourinho de Arqueologia seguiu os procedimentos do Manual de Arqueologia Histórica¹⁷ “em busca de uma maior qualidade e produtividade para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica dentro dos projetos de restauração arquitetônica” e através da observação, descrição e avaliação dos elementos e técnicas construtivas utilizadas nas edificações analisadas foram obtidas informações morfológicas e tipológicas da arquitetura que auxiliaram no estabelecimento das fachadas como elemento de datação no estudo geral de ocupação da área (NAJJAR, 2010, p. 20). Mas, apesar da menção à realização das pesquisas arqueológicas de modo integrado aos projetos de restauro e de haver um

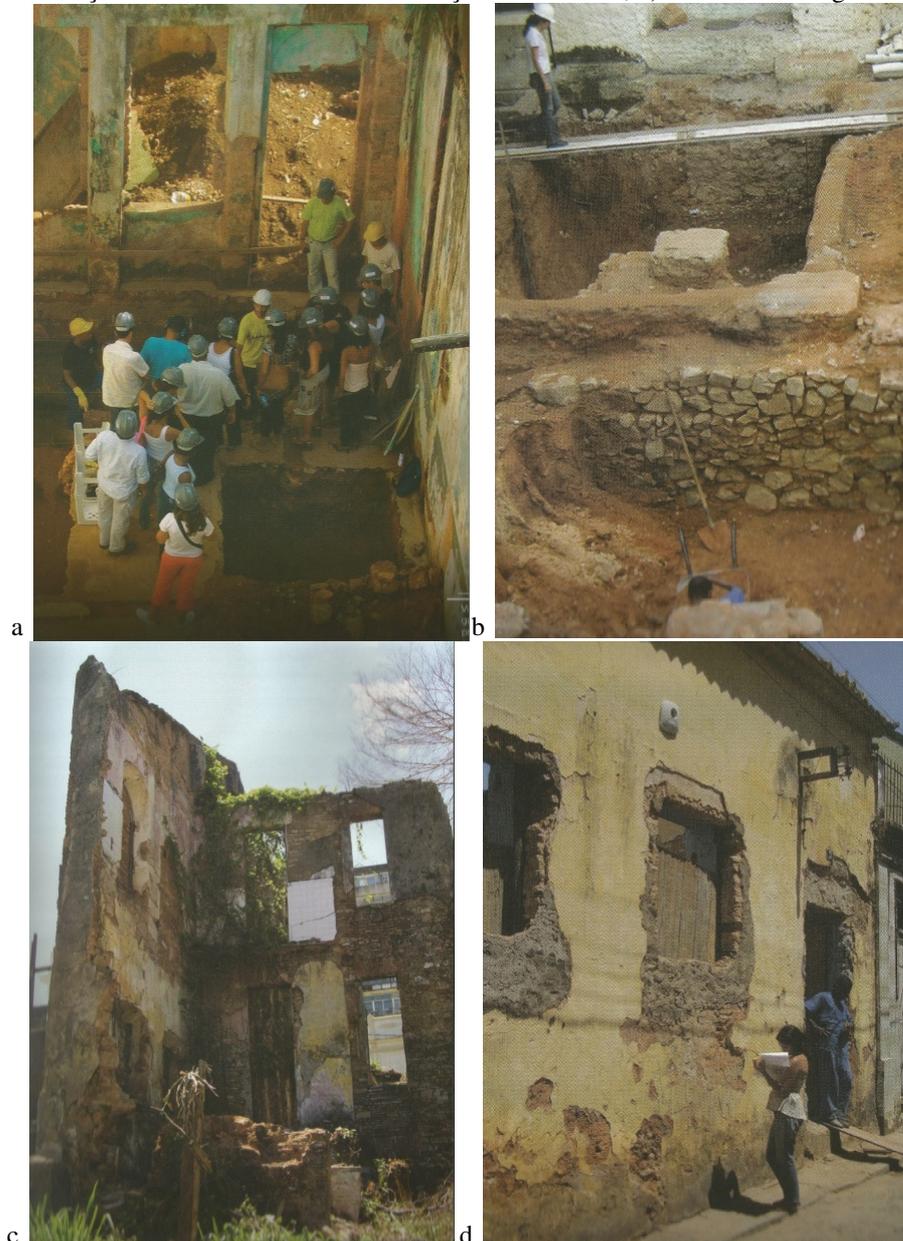
¹⁶ Este projeto de pesquisa foi desenvolvido na 7ª Etapa do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Salvador que consistiu na restauração pelo Programa Monumenta de 76 imóveis para a fixação dos moradores locais do bairro do Pelourinho, em Salvador, área que remonta aos primórdios da colonização do Brasil. O Projeto Pelourinho de Pesquisa Arqueológica abrangeu 11 quarteirões e 63 imóveis (dos quais, 14 foram prospectados e pesquisados de modo sistemático), foi iniciado em 2006 e executado por quase cinco anos.

¹⁷ Este Manual foi criado pelo Programa Monumenta para auxiliar os técnicos do IPHAN a gerir os projetos de restauração e suprir a necessidade de estabelecimento de padrões metodológicos para as práticas arqueológicas (NAJJAR, 2005).

capítulo dedicado exclusivamente ao diálogo da arqueologia com a arquitetura no livro “Arqueologia no Pelourinho” (NAJJAR, 2010), não há informações claras sobre o resultado dessa relação, ou seja, como o conhecimento gerado pela arqueologia contribuiu na restauração.

Percebe-se neste projeto, entretanto, a importância da arqueologia como um todo, em sua interface com outros campos do saber como a geologia e a geofísica, nas atividades de educação patrimonial, além do envolvimento de diversos profissionais e criação de um banco de dados próprio.

Figura 57: Projeto Pelourinho de Arqueologia. a) Visita guiada dos professores a uma área de pesquisa. b) Fundações evidenciadas em casa da antiga Rua do Tijolo após as escavações; c) Fachada posterior da casa nº 24 da Ladeira da Praça. Detalhe do estado de conservação dos imóveis; d) Atividade de registro de fachada.



Fonte: (NAJJAR, 2010).

Mesmo sendo um dos objetivos do projeto fazer o cumprimento da legislação de preservação do patrimônio arqueológico¹⁸ (NAJJAR, 2010, p. 11), a pesquisa arqueológica não foi realizada antes da elaboração dos projetos arquitetônicos¹⁹, conforme regem os instrumentos jurídicos e manuais técnicos do IPHAN que serão discutidos no próximo subcapítulo.

3.3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E REFERENCIAIS TÉCNICOS

Como diretriz internacional para a prática arqueológica está a Recomendação de Nova Delhi²⁰, adotada pela UNESCO em 1956, a qual indica aos países membros a criação de leis nacionais e de princípios relativos à proteção do patrimônio arqueológico, dentre eles:

5. a) submeter as explorações e as pesquisas arqueológicas ao controle e à prévia autorização da autoridade competente;
- b) obrigar quem quer que tenha descoberto vestígios arqueológicos a declará-los, o mais rapidamente possível, às autoridades competentes;
- c) aplicar sanções aos infratores dessas regras;
- d) determinar o confisco dos objetos não declarados;
- [...]
- f) dedicar-se ao estabelecimento de critérios de proteção legal dos elementos essenciais de seu patrimônio arqueológico entre os monumentos históricos. (CURY, 1995, p. 85).

Em se tratando do regime das pesquisas, direitos e obrigações do pesquisador, a recomendação coloca que:

24. b) O Estado concedente deveria impor ao pesquisador a obrigação de publicar, no prazo previsto pelo contrato de concessão, ou na falta dele, em um prazo razoável, os resultados de seus trabalhos. Esse prazo não deveria ser superior a dois anos, no que diz respeito aos relatórios preliminares. (CURY, 1995, p. 91).

Já a Carta de Lausanne que referencia a Recomendação de Nova Delhi, adotada pelo ICOMOS em 1990, define princípios e recomendações globais sobre a proteção e gestão do patrimônio arqueológico, dentre os quais: qualificação dos profissionais, normas para inventários, participação pública, cooperação interdisciplinar e legislação. Quanto às normas para intervenções arqueológicas, coloca em seu Art. 5º:

A intervenção no sítio abarca uma série de métodos de pesquisa, como a exploração não destrutiva até a escavação integral, passando pelas sondagens limitadas e levantamento por amostragem.

¹⁸ São citadas a Lei Federal nº 3.924/61, o Decreto-lei Federal 25/37, o Artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Portaria IPHAN 230/2002.

¹⁹ Uma das dificuldades mencionadas para a realização da pesquisa arqueológica foi a desatualização dos projetos arquitetônicos (feitos com cadastros de 1970/1980), e a demolição da maioria das estruturas internas dos imóveis, independentemente do seu estado de conservação (NAJJAR, 2010).

²⁰ Recomendação que define os princípios internacionais a serem aplicados em matéria de pesquisas arqueológicas. (CURY, 1995).

A coleta de informações sobre o patrimônio arqueológico deve ter como princípio norteador a não destruição das evidências arqueológicas, além do necessário, para garantia da proteção ou dos objetivos da investigação científica. Deve ser encorajada, sempre que possível, a utilização de métodos de intervenção não destrutivos, [...], preferencialmente à escavação integral.

A escavação implica sempre uma escolha de dados que serão registrados e conservados às custas da perda de outra informação e, eventualmente, da destruição total do monumento ou sítio. **A decisão de escavar deve ser tomada somente após madura reflexão.** [...] (CARTA DE LAUSANNE, 1990, p. 04, grifo nosso).

Baeta e Nery (2013b) alertam sobre “os conflitos gerados entre o desejo de se privilegiar a recuperação de vestígios soterrados da história em determinados sítios consolidados, em prejuízo da percepção do espaço arquitetônico e urbano” exemplificando entre outros a intervenção arqueológica realizada no pátio do convento Franciscano de Olinda-PE (Figs. 57-58).

Figura 57- Pátio do Convento Franciscano de Olinda, antes das intervenções arqueológicas da década de 2010.



Fonte: (MOTA, 2007 apud BAETA; NERY, 2013b).

Figura 58 – Situação atual do pátio do Convento Franciscano de Olinda evidenciando os poucos registros arqueológicos expostos e a consequente descaracterização e fragmentação do sítio.



Fonte: (BAETA; NERY, 2013b).

[...] se antes havia uma continuidade coerente entre o pátio e a via – quiçá em função de uma intervenção que os teria ligado a partir de uma suave rampa –, **após a implantação do plano de escavação, que rebaixaria todo do pátio franciscano, passaria a existir um funesto desnível que separaria tragicamente as duas estruturas – igreja-convento e adro:** pelo contrário, o adro – que possui a implantação mais dramática entre todos os conjuntos religiosos do centro histórico (Patrimônio Mundial) de Olinda – receberia paupérrimas escadarias e guarda-corpos metálicos para se resolver os problemas dos percursos verticais criados, sem nenhuma acessibilidade a deficientes físicos. (BAETA; NERY, 2013b, grifo nosso).

Estes princípios contidos nas recomendações internacionais foram refletidos no Brasil com a criação da Lei Federal nº 3.924 de 26/07/1961²¹, que é complementada pelas Portarias nº 07 de 01/12/1988 e nº 230 de 17/12/2002 do órgão nacional de proteção ao patrimônio, o IPHAN. A regulamentação na Lei brasileira sobre a pesquisa arqueológica específica em sítios históricos e/ou inserida na restauração do patrimônio arquitetônico possui atualmente entendimentos diversos, a começar pelo questionamento se a Lei nº 3.924 engloba ou não a proteção destes sítios arqueológicos. Ela considera como monumentos arqueológicos ou pré-históricos:

- a) **as jazidas de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos da cultura dos paleoameríndios do Brasil**, tais como sambaquis, montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados, estearias e **quaisquer outras não especificadas aqui, mas de significado idêntico**, a juízo da autoridade competente;
- b) **os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios** tais como grutas, lapas e abrigos sob rocha;
- c) os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou aldeamento, “estações” e “cerâmios”, nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico;
- d) as inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e **outros vestígios de atividade de paleoameríndios**. (IPHAN, 2006, p. 25, grifo nosso).

A interpretação de que a Lei Federal nº 3.924 não protege os assentamentos históricos é feita com base na assertiva de que ela refere-se apenas à cultura nativa, o que para Santos (2011) resulta num equívoco, já que os primeiros lugares de assentamento na América quase sempre deram origem a vilas que hoje constituem cidades históricas. (SANTOS, 2011, p. 156). Se hoje há dúvidas sobre a contemplação dos sítios históricos nos ditames legais, o mesmo não ocorreu no momento de criação desta lei, já que segundo Lima (1993), era justamente nesse período, que a Arqueologia Histórica entrava em uma fase de grande dinamismo, com a implementação de pesquisas por todo o país devido a um maior nível de profissionalização da atividade arqueológica.

²¹ Esta Lei destina a guarda e proteção dos monumentos arqueológicos ou pré-históricos ao Poder Público, define o que deve ser protegido e a quem compete o direito de realizar escavações arqueológicas, além de estabelecer proibições e multas nos casos de danos aos sítios com vestígios arqueológicos.

De todo modo, a própria Constituição da República Federativa do Brasil de 05/10/1988 em seus Artigos 23 e 216 entende a proteção dos sítios arqueológicos de modo geral, sem distinção entre pré-históricos e históricos.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

[...]

III – **proteger os** documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os **sítios arqueológicos;**

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

[...]

V - os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.** (IPHAN, 2006, p. 16, grifo nosso).

O fato é que por se tratar de um campo da arqueologia relativamente recente, surgido no Brasil inclusive no momento de criação da Lei nº 3.924, a Arqueologia Histórica é de difícil conceituação no âmbito legal. Silva (2007, p.67) ressalta que a pesquisa arqueológica em sítios históricos merece ser regulamentada, quer seja através da adoção de uma lei específica sobre o campo, quer seja com a complementação da lei existente, principalmente porque esta especialidade da arqueologia quase sempre reclama o acompanhamento jurídico por incidir em bens que constituem patrimônio de terceiros, como residências urbanas particulares e fazendas e engenhos rurais. Quanto aos critérios práticos estabelecidos na Lei Federal nº 3.924, fica especificado em seus artigos 8º e 10º que as escavações para fins arqueológicos necessitam da permissão do IPHAN, a qual terá por título uma portaria do Ministério da Cultura onde ficarão instituídas as condições para o desenvolvimento das escavações e estudos.

A Portaria do IPHAN nº 07 de 01/12/1988 consolidou as regras e procedimentos necessários para a permissão e autorização de pesquisas arqueológicas no país, criando um procedimento administrativo próprio para este fim. Ela determina em seu Artigo 5º que os pedidos de permissão contenham plano de trabalho com

1. Definição de objetivos;
2. Conceituação e metodologia;
3. Sequência das operações a serem realizadas no sítio;
4. Cronograma de execução;
5. Proposta preliminar de utilização futura do material produzido para fins científicos, culturais e educacionais;
6. Meios de divulgação das informações científicas obtidas. (IPHAN, 2006, p. 162).

No Artigo 11º cita o conteúdo obrigatório dos relatórios técnicos, dentre eles:

V – planta (s), desenhos e fotos das estruturas descobertas e das estratigrafias reconhecidas.

VI – planta (s) com indicação dos locais onde se pretende o prosseguimento das pesquisas em novas etapas. (IPHAN, 2006, p. 164).

No artigo 12º, atinente ao Relatório Final, é explicitado que neste devam constar todas as informações do Artigo 11º, sem sugestão de prosseguimento dos trabalhos.

Em 2002 foi criada a Portaria nº 230/IPHAN com o objetivo de compatibilizar as fases de obtenção de licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia. Na fase de obtenção de Licença Prévia (LP) “dever-se-á proceder à contextualização arqueológica e etnohistórica da área de influência do empreendimento, por meio de levantamento exaustivo de dados secundários e levantamento arqueológico de campo” (IPHAN, 2006, p. 184). Como resultado final tem-se o Diagnóstico a partir do qual são elaborados os Programas de Prospecção e Resgate compatíveis com o cronograma das obras. Conforme Art. 5º desta Portaria, na fase de obtenção da Licença de Instalação (LI):

dever-se-á implantar o Programa de Prospecção proposto na fase anterior, o qual deverá prever prospecções intensivas [...] nos compartimentos ambientais de maior potencial arqueológico da área de influência direta do empreendimento e nos locais que sofrerão impactos indiretos potencialmente lesivos ao patrimônio arqueológico, tais como áreas de reassentamento de população, expansão urbana ou agrícola, serviços e obras de infraestrutura. (IPHAN, 2006, p. 185).

Como resultado final desta fase tem-se um Programa de Resgate Arqueológico. A próxima e última etapa, na fase de Licença de Operação (LO), que corresponde ao período de implantação do empreendimento e quando se executam as obras de engenharia é que deve ser executado o Programa de Resgate Arqueológico.

§1º É nesta fase que deverão ser realizados os trabalhos de salvamento arqueológico nos sítios selecionados na fase anterior, por meio de escavações exaustivas, registro detalhado de cada sítio e de seu entorno e coleta de exemplares estatisticamente significativos da cultura material contida em cada sítio arqueológico.

§ 2º O resultado esperado é um relatório detalhado que especifique as atividades desenvolvidas em campo e em laboratório e apresente os resultados científicos dos esforços despendidos em termos de produção de conhecimento sobre a arqueologia da área de estudo.

[...]

§ 7º O desenvolvimento dos estudos arqueológicos acima descritos, em todas as suas fases, implica trabalhos de laboratório e gabinete (limpeza, triagem, registro, análise, interpretação, acondicionamento adequado do material coletado em campo, bem como programa de Educação Patrimonial).

[...]

§ 8º No caso da destinação da guarda do material arqueológico retirado nas áreas, regiões ou municípios onde foram realizadas pesquisas arqueológicas, a guarda destes vestígios arqueológicos deverá ser garantida pelo empreendedor, seja na modernização, na ampliação, no fortalecimento de unidades existentes, ou mesmo na construção de unidades museológicas específicas para o caso. (IPHAN, 2006, p. 185, grifo nosso).

Nesta Portaria não há especificação sobre o tipo de empreendimento sobre o qual incidem seus efeitos – obras novas, obras de restauração em sítios históricos ou não – por esse motivo ela também tem sido utilizada em algumas Superintendências do IPHAN como instrumento que determina a obrigatoriedade da pesquisa arqueológica prévia às restaurações²².

Visando auxiliar os técnicos do IPHAN a gerir os projetos de restauração e com o objetivo de suprir a necessidade de estabelecimento de padrões das práticas arqueológicas neste tipo de atividade, o Programa Monumenta desenvolveu o Manual de Arqueologia Histórica, que estabeleceu como etapas para a realização da pesquisa arqueológica: a definição de objetivos, metodologia, sequência de operações a serem realizadas, etc. (NAJJAR, 2005).

O Manual apresenta dois modelos de pesquisa arqueológica: no modelo A, mais pragmático, a arqueologia busca responder as demandas do projeto de restauro, ou seja, busca aclarar as dúvidas do arquiteto sobre o bem a ser restaurado. No modelo B, tido como o ideal, além da contribuição imediata para o projeto de restauro há possibilidade de gerar modelos explicativos da realidade social ao qual o bem está vinculado, já que o conhecimento não é direcionado.

A partir do modelo B, a pesquisa deve ser desenvolvida em três etapas. A primeira delas, de Avaliação do Potencial Arqueológico se dá durante a elaboração do projeto de restauração, após a pesquisa histórica e o levantamento arquitetônico. A Etapa 1 se divide em:

Etapa I – Avaliação do Potencial Arqueológico (durante o projeto de restauração):

- 1ª fase - Elaboração do projeto de prospecção arqueológica;
- 2ª fase - Execução das prospecções arqueológicas.

Havendo indicação na Etapa I da necessidade de prosseguimento das pesquisas, é realizada a Etapa II, referente à pesquisa arqueológica, executada durante a obra de restauração e, portanto, contando com uma equipe interdisciplinar. Neste caso têm-se duas fases:

Etapa II – Pesquisa Arqueológica:

- 1ª fase - Elaboração do projeto de pesquisa arqueológica;
- 2ª fase - Execução da pesquisa arqueológica.

²² É o caso da Superintendência Regional do IPHAN em Sergipe, conforme depoimento do arqueólogo Ademir Ribeiro Jr., concedido à autora em Junho/2013.

A última Etapa, **Etapa III**, consiste na discussão sobre a utilização dos vestígios encontrados que poderão ou não ser incorporados ao projeto.

O relatório final da pesquisa deverá conter:

- Registro das etapas;
- Descrição dos procedimentos;
- Desenhos e fotos;
- Desenhos com cotas;
- Desenhos com estratigrafia;
- Fotos dos vestígios e cotidiano dos trabalhos;
- Registro das medidas para descrição, proteção e conservação do material;
- Relato de mudanças no projeto de arqueologia;
- Conclusões;
- Relação do material, informações sobre seu acondicionamento e estocagem e indicação da instituição;
- Proposta científica;
- Proposta de divulgação;
- Diários de obra como anexos.

Como procedimentos mínimos recomendados para os projetos de arqueologia, o Manual prevê a prospecção de pisos, paredes, fundações e elementos construtivos de forma conjunta, escavações dentro e fora das edificações, datação de materiais móveis e da própria edificação. Apesar de esclarecer etapas que aliam a pesquisa arqueológica ao projeto de restauro, o Manual não discute como de fato o conhecimento gerado com a pesquisa arqueológica pode contribuir na tomada de decisões projetuais. A última etapa descrita no Manual, na qual se daria a interface entre o produto da pesquisa arqueológica e o projeto de restauro avança apenas as possibilidades de integração ou não dos vestígios arqueológicos ao projeto, ou seja, o resultado da pesquisa arqueológica é reduzido aos artefatos recolhidos durante as escavações de solo e só se discute se ficarão expostos ou não ao final da obra.

O IPHAN possui também o Manual de Elaboração de Projetos de Preservação do Patrimônio Cultural, publicado em 2005, o qual se refere ao Manual de Arqueologia Histórica e às Leis Federais relacionadas à arqueologia e descreve em três etapas o Projeto de Intervenção no Patrimônio Edificado. A primeira, concernente à “Identificação e Conhecimento do Bem” engloba além da Pesquisa Histórica, Levantamento Físico, Análise

Tipológica e Identificação de Materiais e Sistemas Construtivos, as Prospecções Arquitetônica, Estrutural e Arqueológica. Como Prospecção Arqueológica entende as atividades desenvolvidas após a Avaliação do Potencial Arqueológico, etapa inicial do trabalho de Arqueologia Histórica no patrimônio edificado.

O Programa Monumenta continuou contribuindo com as publicações na área com o lançamento do 7º volume da série Cadernos Técnicos, intitulado A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória, no qual o arquiteto Mário Mendonça de Oliveira²³, autor do livro, traça uma retrospectiva da história da arqueologia e descreve procedimentos de pesquisa de campo e de escavações, referindo-se à estratigrafia de estruturas horizontais (pisos) e verticais (paredes) de forma simplificada e expondo a função da arqueologia na restauração:

Um trabalho cuidadoso de arqueologia vai, em primeiro lugar, resgatar a memória da evolução do organismo arquitetônico sobre o qual estamos debruçados, fundamentando as decisões da nossa intervenção. Esses achados serão incorporados ou não à proposta de restauração do edifício, após juízo de valor desses vestígios e dos efeitos estéticos do tratamento dos espaços, uma prerrogativa da qual a arquitetura não pode abrir mão. (OLIVEIRA, 2008, p. 110, grifo nosso).

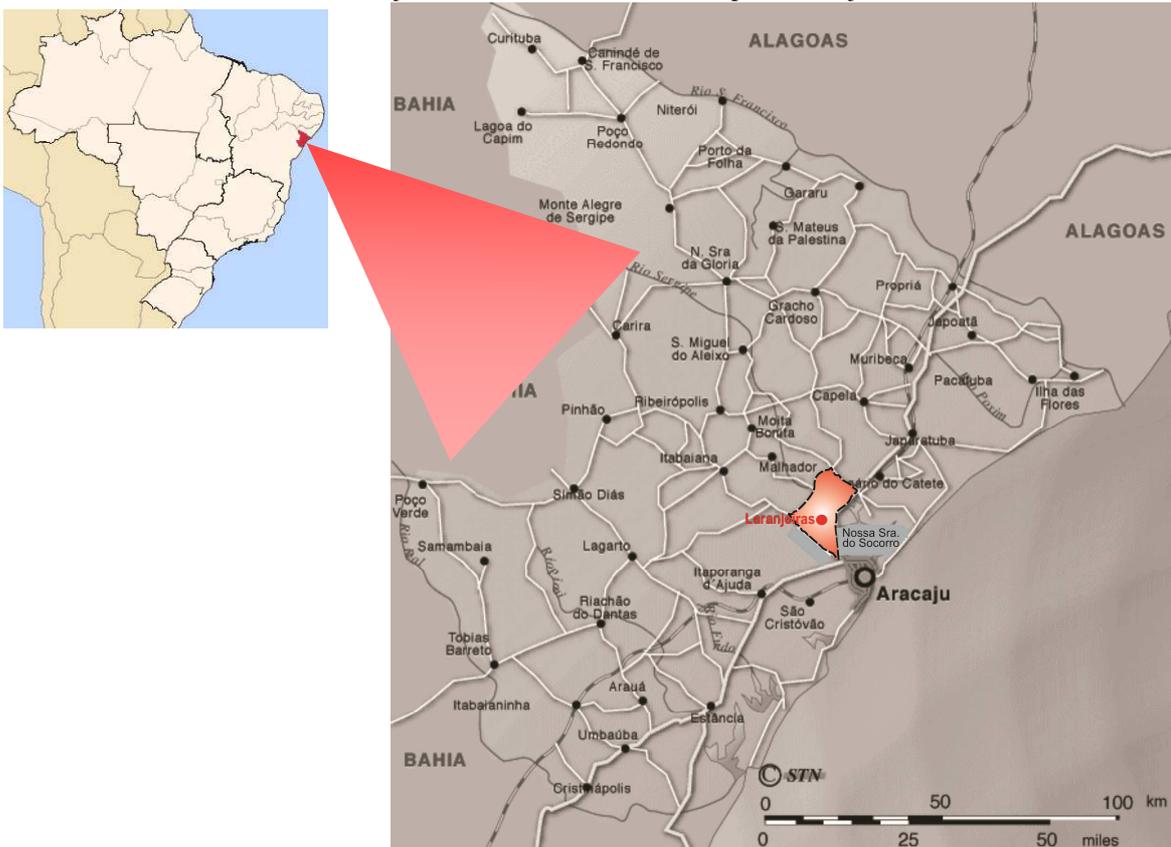
²³ Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal da Bahia - UFBA (1961) e doutorado em Arquitetura pela UFBA - Notório Saber (2001). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade Federal da Bahia da qual recebeu o Título de Professor Emérito.

4. ESTUDO DE CASO: A “RESTAURAÇÃO DO QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES” EM LARANJEIRAS/SE

O objeto de análise desta pesquisa, no qual será examinada a interface entre a prática arqueológica e a intervenção na preexistência arquitetônica de valor patrimonial é a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches”, realizada pelo Programa Monumenta na cidade de Laranjeiras/SE. A obra, concluída no ano de 2009 criou um *campus* da Universidade Federal de Sergipe num antigo quarteirão composto de seis edificações, em avançado estado de arruinação, situadas na margem do Rio Cotinguiba, cujo povoamento remonta ao século XVII.

4.1. A CIDADE, O PORTO E A FEIRA

Mapa 01: Mapa do Estado de Sergipe com a localização dos municípios sergipanos. Em vermelho, a cidade de Laranjeiras, localizada à 18 km da capital Aracaju.



Fonte: http4.bp.blogspot.com-wq8ZGkrD63gUC_aYxrzHjIAAAAAAAJ-k92U2sA3ryLYs1600mapa+de+sergipe.png (Acesso em 20/03/2013).

Como a maioria das cidades nordestinas constituídas no Brasil no período Colonial, Laranjeiras teve como fator determinante de sua formação a cultura do açúcar e a sua

exploração econômica. A fertilidade do solo tipo massapê do Vale do Cotinguiba¹ facilitou o desenvolvimento de latifúndios monocultores de cana-de-açúcar na região e no começo do século XVII formou-se um pequeno povoado no único espaço plano do local, situado em frente ao atual Morro do Bonfim (Mapa 02).

Mapa 02: Origem da forma urbana de Laranjeiras/SE. Eixo (1) Centro direcional paralelo ao Rio Cotinguiba; (2) Concentração da zona comercial e residencial; (3) Zona administrativa; (4) áreas de expansão; em vermelho, o Morro do Bomfim.



Fonte: (AZEVEDO, 1975, v. 1)

O núcleo urbano de Laranjeiras inseriu-se numa rota de escoamento secundária dos produtos destinados ao abastecimento das economias europeias, através do porto situado no Rio Cotinguiba de onde partia a produção açucareira para grandes polos exportadores como Salvador e Recife. Nas imediações do “Porto de Laranjeiras” se estabeleceu o setor comercial básico de importação e exportação, embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, situando-se aí os primeiros trapiches e armazéns (AZEVEDO, 1975, v. 1, p. 30).

Com o desenvolvimento do comércio e o aumento da densidade populacional se definem os primeiros arruamentos do traçado urbano de Laranjeiras², iniciado com a construção da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, em fins do século XVIII. Segundo Marx

¹ O Vale do Cotinguiba abrange também a região composta pelos municípios de São Cristóvão, Maruim, Aracaju e Estância.

² O estudo da evolução urbana de Laranjeiras foi realizado pioneiramente pelo Centro de Estudos da Arquitetura na Bahia (CEAB) por ocasião do desenvolvimento do “Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste” na década de 1970. Na pesquisa, a equipe menciona não ter encontrado nenhuma base cartográfica, apesar de identificada a existência de plantas antigas no material consultado, correspondente aos documentos do Arquivo Público do Estado de Sergipe.

(1991, p. 19), a institucionalização da vida de uma comunidade seria iniciada com a construção de sua capela, com a qual era obtido o reconhecimento do grupo de fato e de direito perante a Igreja Oficial e o Estado. A devida organização política e social do “Povoado de Laranjeiras” é alcançada com a sua elevação à Vila, no ano de 1832 e com a criação da Câmara Municipal em 1833 (AZEVEDO, 1975, v. 1, p. 30).

Mapa 03: Configuração urbana de Laranjeiras/SE em 1840 ressaltando-se em vermelho, a Igreja Matriz:
(1) Eixo de crescimento da cidade paralelo ao Rio Cotinguiba.



Fonte: (AZEVEDO, 1975, v. 1)

Em 1848, a “Vila de Laranjeiras” é elevada à cidade, época em que o núcleo concentrava-se ainda próximo à Igreja Matriz e a área portuária junto com a Rua Direita eram os locais mais densamente povoados da cidade (Mapa 03). Nesta época, as embarcações que adentravam o leito do Rio Cotinguiba traziam os produtos mais variados da Europa e voltavam carregadas de açúcar e outros gêneros da terra, comercializados na grande feira local aos sábados, cuja concentração de três a cinco mil pessoas era por vezes maior que a população local (AZEVEDO, 1975, v. 1, p. 30).

Sumacas, patachos e outros tipos de embarcações desciam o rio carregados de açúcar e retornavam com produtos de outras praças, gerando a riqueza deste empório comercial, onde as construções religiosas, ocupando as praças e pontos elevados da cidade, e as edificações portuárias, localizadas à margem do rio, representavam lugares de referência da localidade. (RIBEIRO, 1995 apud BONDUKI, 2010, p. 241).

A feira e o porto foram elementos determinantes na evolução e consolidação do núcleo urbano laranjeirense. Segundo Brendle (2011, p. 03), “*No Brasil as feiras surgem em muitos casos com as cidades, estabelecendo pontos nodais de estruturação urbana e de convivência e contribuindo para o surgimento dos mercados públicos*”. Em Laranjeiras o prédio do Mercado Público (Figs. 59-60) é concluído nas primeiras décadas do século XX, embora a reivindicação de sua construção seja antiga, conforme Relatório de Sessão da Assembleia Provincial de Sergipe datado de 2 de julho de 1856, onde é registrada dentre as principais necessidades da cidade:

[...] uma casa de mercado que abrigue **a população que em número extraordinário concorre à feira da cidade**, a qual **tem lugar no meio da rua, exposto o povo ao sol e a chuva, e cercado de animais que promíscuos ali se confundem amarrados**, ou soltos ocasionando confusão, sustos, **tornando imundo o lugar** de tão grande reunião com grave detrimento das regras prescritas à bem da salubridade pública. (AZEVEDO, 1975, v. 1, p. 53, grifo nosso).

Figura 59 - Feira de Laranjeiras em frente ao Mercado Público Municipal, no início do século XX. À esquerda, o “Quarteirão dos Trapiches”.



Fonte: (SILVA, 1920).

Figura 60 – Praça da Feira de Laranjeiras em meados do século XX. Ao fundo o Morro e Igreja do Bonfim; do lado direito, edificações do “Quarteirão dos Trapiches” e do lado esquerdo o Mercado Público. Os animais ainda transitavam entre os feirantes.



Fonte: Arquivo pessoal de Jorge Luís dos Santos.

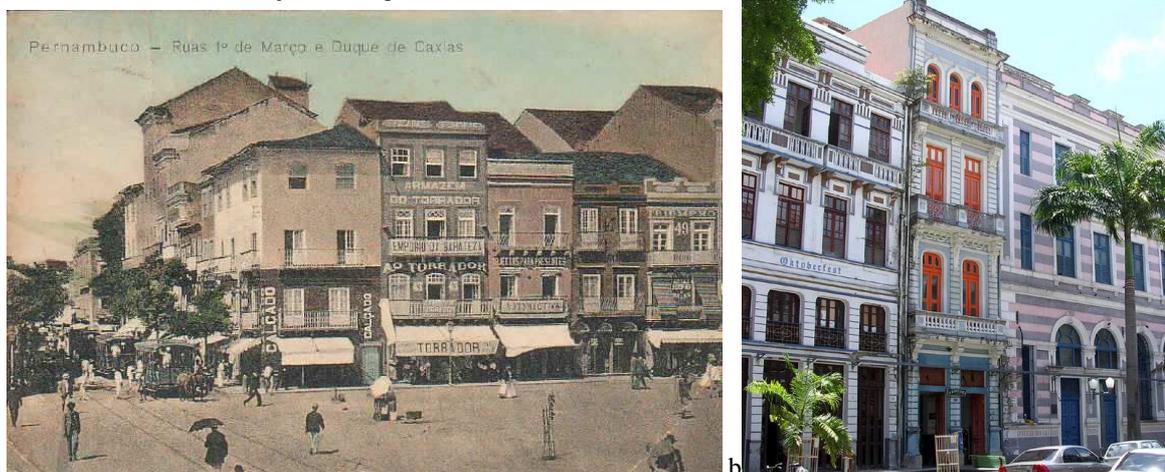
Figura 61: Vista aérea do núcleo urbano original de Laranjeiras/SE: no eixo 1, às margens do Rio Cotinguiba, localizavam-se as atividades portuárias e a feira; no eixo 2, em direção à Comandaroba, está a antiga Rua Direita, antigo polo de concentração das atividades comerciais. Em laranja, do lado direito, o “Quarteirão dos Trapiches”.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, 2003.

Havia edificações térreas localizadas nas imediações da área portuária e comercial de Laranjeiras/SE, mas a grande maioria era de mais de um pavimento, denominada de sobrado, que podia servir de residências aos Senhores de Engenhos nas cidades para acompanhar os negócios locais. Algumas variações eram percebidas neste tipo de edificação conforme a região. No Recife havia os denominados sobrados “magros” (Fig. 62) que eram altos, possuíam telhados bem inclinados dando origem ao sótão que funcionava como cozinha e poderiam ter até 6 pavimentos (GOMES, 2008, p. 118).

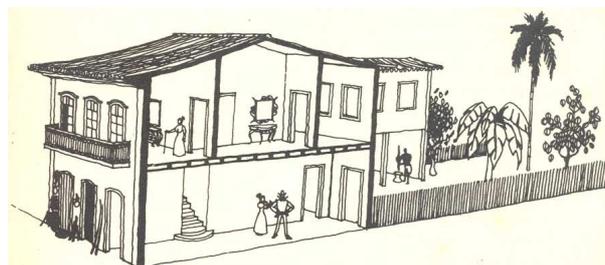
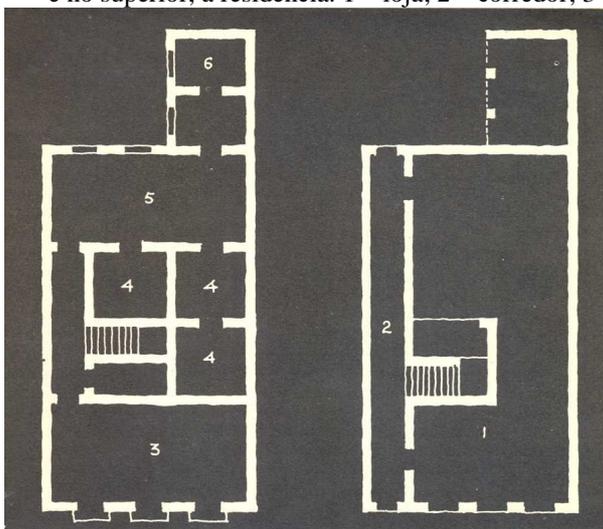
Figura 62: Exemplo de sobrados “magros” no bairro do Recife Antigo. A testada estreita e a verticalidade se dariam em função da exiguidade de terreno firme na cidade. (GOMES, 2008, p. 118).



Fonte: a) <http://www.lugares-cenariodecores.com/2010/09/recife.html> (Acesso em 24/07/2013).
 b) <http://2.bp.blogspot.com/-KFKOrNDSwOs/TyqpT8BJK-I/AAAAAAAAAFCg/mVydLrnh5Mc/s1600/recife-no-seculo-xix.jpg> (Acesso em 09/05/2013).

Os sobrados tinham como tipologia de ocupação a instalação da residência no pavimento superior e da loja no piso térreo, onde a variedade de aberturas para a rua permitia a fluidez característica da atividade comercial (Fig. 63).

Figura 63: Tipologia arquitetônica dos sobrados brasileiros no século XIX: no pavimento térreo situava-se a loja e no superior, a residência. 1 – loja; 2 – corredor; 3 – salão; 4 – alcovas; 5 – sala ou varanda; 6 – cozinha.



Fonte: (REIS FILHO, 1987, p. 29).

Em Laranjeiras, a predominância do sobrado de apenas um pavimento (Figs. 64-65) remete a morfologia identificada por Reis Filho (1987).

Figura 64: Sobrados do século XIX na antiga Rua Direita, atual Getúlio Vargas, em 1975.



Fonte: (AZEVEDO, 1975, v. 1).

Figura 65: Sobrado do século XIX situado na Praça Samuel de Oliveira, nº 159, integrante do conjunto do “Quarteirão dos Trapiches”, em 1975.



Fonte: (AZEVEDO, 1975, v. 1).

O estilo destes edifícios segue o padrão da arquitetura brasileira no referido século, marcada pela influência do Iluminismo, que segundo Reis Filho (1987, p.34), era mais “leve” e “elegante” com um maior número de aberturas na fachada para ventilação/iluminação, porém, mantendo a relação característica do período colonial de implantação no lote, onde a testada das casas definiam as ruas de aspecto uniforme e sem afastamentos laterais.

As características da paisagem urbana portuária e comercial de Laranjeiras estão relacionadas também com os modelos arquitetônicos e urbanísticos desenvolvidos nas cidades influentes mais próximas. Assim como a capital do Império importava os costumes e modos de vida da Europa, as pequenas províncias copiavam os hábitos dos grandes centros urbanos vizinhos.

As residências urbanas das províncias [no século XIX] constituíam cópias imperfeitas da arquitetura dos grandes centros do litoral. **Reunidos** junto à Corte, ou **nos centros urbanos de maior influência regional**, por seus interesses ou participação na administração pública, **os grandes proprietários rurais levavam, ao regressar às suas terras, as sementes de uma experiência arquitetônica que procuravam reproduzir em suas moradias urbanas e rurais. A adoção desses padrões representava mesmo a participação no poder central**, do qual emanavam como arquitetura oficial (REIS FILHO, 1987, p. 124, grifo nosso).

A zona portuária dominante e mais próxima de Laranjeiras à época era localizada na cidade de Salvador, onde foram feitos sucessivos aterros para construção de conjuntos urbanos, dentre os quais o Cais das Amarras ou do Pedroso (1840–1870) (Fig. 66), obedecendo aos padrões da Lisboa Pombalina³. Segundo Baeta e Nery (2012, p. 09), seriam

³ Em 1755, a Cidade Baixa de Lisboa foi destruída por um terremoto. Sua reconstrução pelo Marquês de Pombal teve como características a implantação em quadras regulares, simples e uniformes (REIS FILHO, 1994, p. 35).

os edifícios de características pombalinas de finais do século XVIII chegados tardiamente na colônia que influenciariam os padrões construtivos e a configuração urbana da arquitetura de Laranjeiras.

Figura 66 – Vista do Cais das Amarras em Salvador, 1885.



Fonte: Foto de Rodolpho Lindemann.

http://entretenimento.uol.com.br/album/ims_bahia_de_jorge_amado_album.htm#fotoNav=3 (Acesso em 20/05/2013).

As semelhanças entre Laranjeiras e Salvador estão no tipo de implantação - em blocos compactos e regulares, com o mesmo gabarito – e na relação entre os vãos perfeitamente alinhados, em Laranjeiras numa escala muito menor já que o conjunto do Cais das Amarras compreendia entre 20 e 25 metros de altura e cerca de 450 metros de extensão (REIS FILHO, 1994: p. 27). Outra analogia identificada por Baeta e Nery (2012), é a construção de grandes estruturas à beira do rio ou do mar buscando valorizar a entrada da cidade.

Figura 67: Visão geral das edificações da zona portuária de Laranjeiras/SE, destaque, em vermelho, das edificações que compõem o “Quarteirão dos Trapiches”.



Fonte: <http://www.espacodanoticia.com> (Acesso em 13/12/2012).

A maioria das edificações da área portuária, integrante do perímetro tombado de Laranjeiras, preservou as feições da sua época de construção justamente porque com o esvaziamento da cidade provocado por diversos fatores – proximidade com a nova capital de

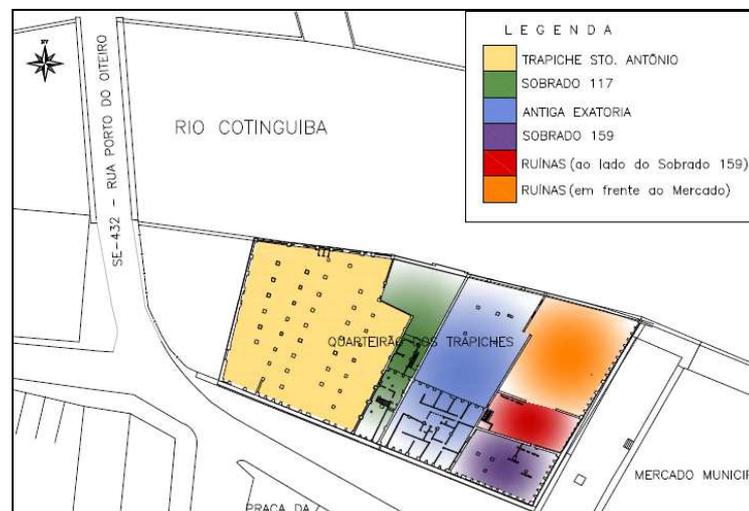
Sergipe, epidemias que assolavam a região, abolição da escravatura e decadência da cultura açucareira – não houve condições financeiras que promovessem a sua modernização. O processo de estagnação econômica contribuiu para a preservação da paisagem construída da cidade, marcada pela arquitetura civil fruto do apogeu açucareiro e pela arquitetura religiosa com as igrejas coroando os morros que circundam o núcleo histórico. O tombamento de Laranjeiras como Cidade Monumento foi promulgado pelo Governo do Estado, em 12 de março de 1971 e mais tarde, em 1996, o IPHAN inscreveu a cidade nos Livros de Tombo de Belas Artes, Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Depois de mais de 30 anos como patrimônio Estadual, parte dessa paisagem começou a se modificar de forma intensiva com a inserção da cidade de Laranjeiras no Programa Monumenta, em 2002. A “Restauração do Quarteirão dos Trapiches” foi a maior obra em área e quantidade de recursos do Monumenta em Sergipe – desenvolvido nas cidades de Laranjeiras e São Cristóvão. Ao todo foram mais de 3 milhões de reais aplicados num espaço construído de aproximadamente 3.500 m² (SEINFRA/SE, 2013).

4.2. O “QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES”

À época da intervenção do Programa Monumenta em 2006, o denominado “Quarteirão dos Trapiches” apresentava-se com seis edificações de diferentes proprietários: três delas não possuíam utilização e as demais se dividiam entre prédio de serviços públicos (Exatoria), residência/instituição (Sobrado, 117) e garagem (Trapiche Santo Antônio) (Planta 01; Anexo A). Mesmo antes da pesquisa histórica e arqueológica, a área passou a ser denominada pelo Programa Monumenta como “Quarteirão dos Trapiches”.

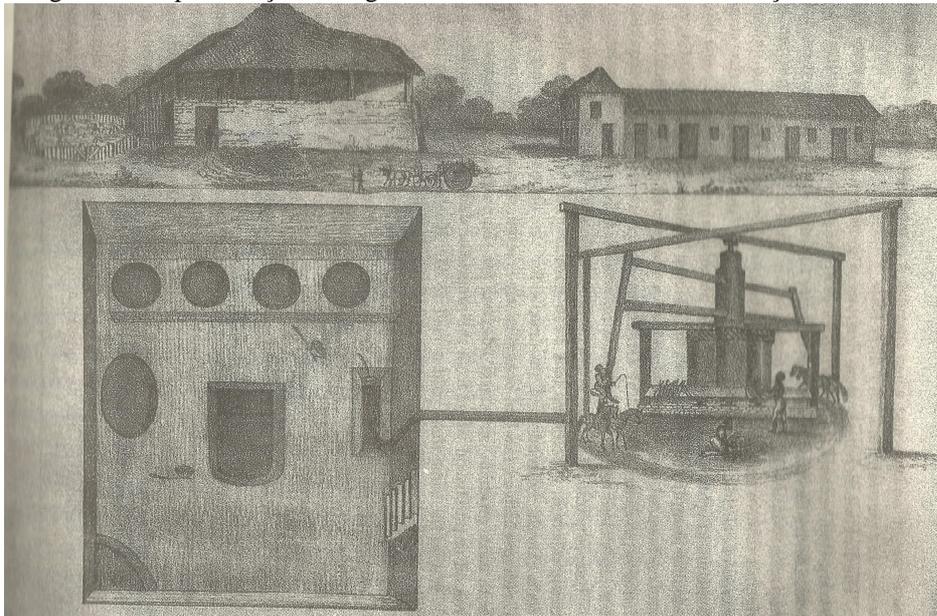
Planta 01: Planta de localização do “Quarteirão dos Trapiches” com a identificação de suas seis edificações.



Fonte: Acervo da UEP-Laranjeiras/SE, 2010 com alterações feitas pela autora.

Na bibliografia consultada nesta pesquisa, referente à história da arquitetura urbana do período colonial (REIS FILHO, 1987; LEMOS, 1989; MARX, 1991) e à arquitetura do açúcar (GOMES, 2008; AZEVEDO, 2009), não foram encontradas menções às características funcionais e tipológicas que definiriam claramente uma edificação como “trapiche”. A atribuição da palavra “trapiche” na bibliografia relacionada aos modos de produção do açúcar (AZEVEDO, 2009) se refere aos engenhos movidos à tração animal (Fig. 68).

Figura 68: Representação de engenho movido a animais nas vizinhanças do Recife.



Fonte: (HENDERSON, 1821 apud GOMES, 2006).

Apenas as referências bibliográficas sobre a cidade de Laranjeiras (AZEVEDO, 1975; ALMEIDA, 1984; DANTAS, 2009) mencionam “trapiches” como antigos armazéns de estocagem de açúcar⁴. Azevedo (1975) ao citar a construção do atual Centro de Tradições (Fig. 69), coloca que:

Originalmente construído como depósito ou trapiche, para comercialização e armazenagem da produção agrícola, em virtude da vizinhança com o antigo Porto da Quaresma, hoje desativado em virtude das condições de navegabilidade do Rio Cotinguiba. Também abrigou alojamento de escravos, uma tecelagem e a Intendência (AZEVEDO, 1975, v. 1).

Alguns dos prédios identificados como armazéns ou trapiches em Laranjeiras são similares à tipologia mencionada por Reis Filho (1987) quanto à quantidade de vãos e relação de cheios e vazios nas fachadas, como é o caso do Trapiche Santo Antônio e do Trapiche conhecido como Confiança (Fig. 70).

⁴ A Arquiteta Marta Chagas, Chefe da Divisão Técnica da Superintendência do IPHAN em Sergipe, que atua profissionalmente em Laranjeiras/SE há mais de 30 anos, em depoimento à autora em junho/2013, sugeriu que a tipologia dos “trapiches” seria caracterizada pelo uso dos telhados altos em madeira com um assoalho no centro, criando assim, um espaço suspenso apropriado para o armazenamento das sacas de açúcar, sem contato com a umidade do solo.

Figura 69 – Centro de Tradições, conhecido pelos moradores como um antigo trapiche. No inventário do Plano Urbanístico (AZEVEDO, 1975), consta sua função foi identificada como “tecelagem”.



Fonte: (AZEVEDO, 1975, v. 1).

Figura 70 – Vista geral da área do porto e comércio de Laranjeiras, sem data conhecida, provavelmente do início do século XX: 1 – Trapiche Santo Antônio; 2 – Trapiche Confiança.



Fonte: Acervo pessoal de Jorge Luís dos Santos.

Figura 71 – Foto do Trapiche Santo Antônio em 1960.



Fonte: Acervo pessoal de Jorge Luís dos Santos.

Figura 72: Vista aérea da antiga área portuária antes da intervenção do Programa Monumenta, mostrando o “Quarteirão dos Trapiches” (circundado em vermelho) à margem do Rio Cotinguiíba.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, 2003.

Figura 73: Vista aérea da antiga área portuária antes das intervenções do Programa Monumenta, a partir do Rio Cotinguiíba. As construções do “Quarteirão dos Trapiches” eram na sua maioria, ruínas.



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Laranjeiras, 2003.

4.2.1. INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA

A sugestão para implantação de um *campus* universitário foi debatida na Oficina de Planejamento Participativo organizada para definição da estratégia do Programa Monumenta na cidade, em 2000, com coordenação do IPHAN, UEP-Unidade Executora de Projetos local com a presença de representantes da comunidade.

A implantação de cursos de nível superior já aparecia no projeto original [do Programa Monumenta em Laranjeiras] como a principal estratégia para enfrentar a estagnação da cidade, embora se falasse, à época, em “instituição privada de ensino superior” (BONDUKI, 2010, p. 256).

O Plano Nacional de Educação⁵ do Governo Federal de expansão das instituições de ensino superior público criado a partir de 2005 possibilitou a implantação da Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras com os cursos de Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, Dança, Museologia e Teatro. A localização do *campus* na Praça Samuel de Oliveira foi determinada pelo avançado estado de deterioração desta área de destaque da cidade e pela possibilidade de reversão da situação de abandono com a concentração dos recursos de forma pontual. Em paralelo, a compatibilidade entre o sítio escolhido, praticamente desprovido de estruturas construtivas e a necessidade de instalações capazes de abrigar um *campus* universitário foi determinante para a concretização da ideia (BAETA; NERY, 2012).

O projeto básico arquitetônico, de autoria dos arquitetos Fernando Márcio e Rodrigo Baeta, foi fundamentado pela Teoria da Restauração de Cesare Brandi, que formula como única modalidade de intervenção em ruínas a conservação e consolidação, seja do ponto de vista histórico ou artístico:

A legitimidade da conservação da ruína está, pois, no juízo histórico que dela se faz, como testemunho mutilado, porém ainda reconhecível, de uma obra e de um evento humano (BRANDI, 2004, p. 68).

A razão da impossibilidade de restauração das ruínas, segundo Brandi, está na perda de sua unidade potencial (Capítulo 2, item 2.2.4), pois, ao assumirem um estado muito avançado de deterioração, perdem a capacidade de recuperar a unidade artística original, sem cair num falso histórico e estético.

A proposta inicial para a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches” buscou então a restituição da unidade figurativa fraturada do conjunto urbano - entendendo a paisagem urbana como a obra de arte a ser restaurada - e não a restauração individual dos edifícios arruinados. A equipe optou pela preservação da condição de ruína do Trapiche Santo Antônio que estaria plenamente incorporada à unidade figurativa da cidade, transformando seu interior numa praça. Os demais edifícios passariam por operações de remodelamento a partir do resgate de sua caixa mural e do redesenho contemporâneo das cavidades internas, valorizando a estrutura remanescente e privilegiando os espaços livres. Um novo edifício seria construído na parte posterior das edificações que compunham a quadra para abrigar as salas de aula (Anexo B).

⁵ Plano Nacional de Educação (PNE), desenvolvido pelo Ministério da Educação, que propôs a expansão das universidades federais de forma descentralizada, atendendo a cidades e regiões não atendidas pelo ensino superior público. Até 2010 previa-se a criação de dezesseis novas universidades e 131 novos *campi* em instituições já existentes. (BONDUKI, 2010, p. 234).

Planta 02: Primeira proposta apresentada ao IPHAN pela equipe contratada para o projeto básico.



Fonte: (BAETA; NERY, 2012).

A Superintendência do IPHAN em Sergipe, apesar de favorável à ideia na fase de estudo preliminar, não aprovou o anteprojeto desenvolvido, sugerindo a remoção do novo prédio e o abrigo das salas de aula no Trapiche Santo Antônio, que deveria ser reconstruído e coberto por um telhado equivalente ao existente anteriormente, segundo uma foto de 1900 (Planta 03) (BAETA; NERY, 2012, p. 26).

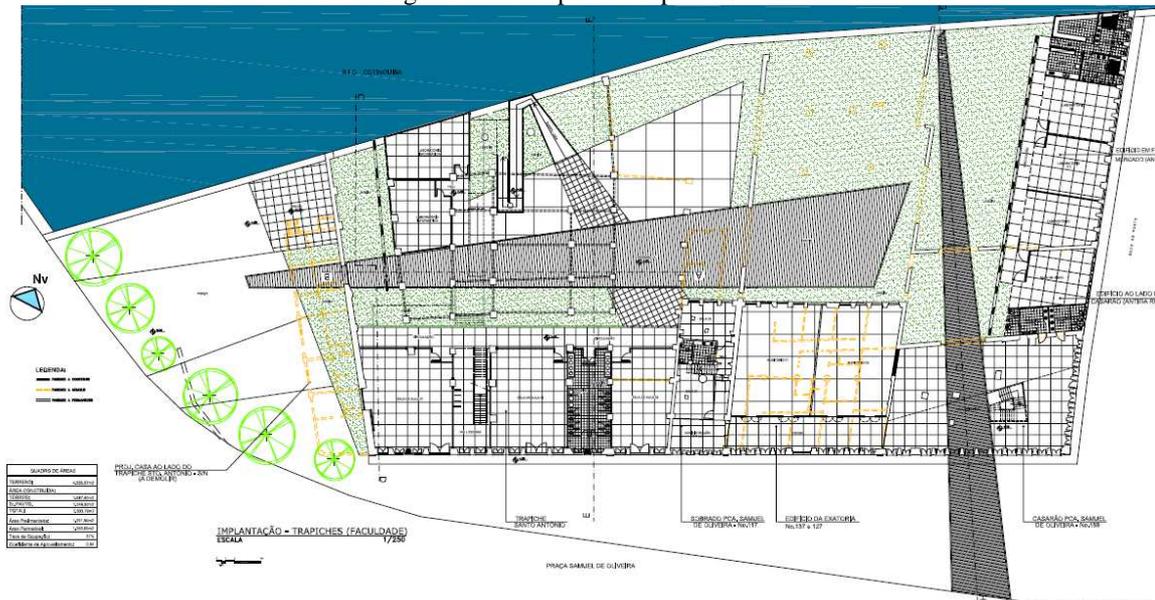
Planta 03: Proposta de reconstrução das ruínas do Trapiche Santo Antônio para abrigo das salas de aula.



Fonte: (BAETA; NERY, 2012).

Durante o desenvolvimento do projeto executivo (a cargo da PCL Projetos e Consultoria Ltda.) e execução da obra, a concepção da intervenção foi continuamente revista e modificada. As principais diferenças entre o projeto básico final (Planta 03-04; Anexo C), o projeto licitado (Anexo D) e o projeto tal como construído (Anexo E) são a supressão do espaço em meio ao Trapiche Santo Antônio, a eliminação dos eixos diagonais de integração em todo o conjunto, a substituição da rampa de acesso ao segundo pavimento (no Trapiche Santo Antônio) por um elevador e a abolição da linguagem arquitetônica contemporânea.

Planta 04: Planta Baixa do Pavimento Térreo com a proposta final do projeto básico: detalhe das passarelas de formato irregular e da rampa no Trapiche Santo Antônio.



Fonte: (BAETA; NERY, 2012).

Alguns autores chamam a atenção para o resultado final como “... a produção de um pastiche de proporções gigantescas onde a imitação brutal do passado é colocada ao lado de soluções projetuais e construtivas muito pobres.” (BRENDLE; VIEIRA, 2010, p. 7), ou “uma cópia mal feita do passado, [...] um verdadeiro ‘Frankenstein’” (BAETA; NERY, 2012, p. 29).

Em que medida o conhecimento gerado pela pesquisa arqueológica interferiu nas decisões do projeto de arquitetura continuamente modificado desde sua proposta inicial até sua execução final?

4.2.2. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

As obras do Programa Monumenta foram as primeiras no Estado de Sergipe a materializar a interface entre a pesquisa arqueológica e a restauração de monumentos, como relatado na introdução deste trabalho.

Em cumprimento à Lei nº 3.924 de 26/07/1961 foi emitida a Portaria do IPHAN nº 12 em 09/04/2008 (Anexo F) para as atividades de pesquisa arqueológica no “Quarteirão dos Trapiches”⁶. O “Projeto Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras”, coordenado pelo arqueólogo

⁶ Não há leis estaduais ou municipais determinando a realização de pesquisas arqueológicas prévias às restaurações, nem indicando seus procedimentos.

Daniel de Castro Bezerra, com o endosso institucional da Universidade Federal de Sergipe⁷ foi elaborado em atendimento as determinações da Portaria do IPHAN nº 07 de 01/12/1988 e do Manual de Arqueologia Histórica. A contratação de um arqueólogo para “análise e avaliação dos vestígios com fins de integração aos projetos de restauração em execução” conforme consta no Edital de Seleção nº 005/2008⁸ (Anexo G), entretanto, ocorreu após o início das obras, contrariando a Portaria IPHAN nº 230/2002. Segundo Castro (2008b), a empresa responsável pelas obras de restauração no *campus* (Camel Empreendimentos Ltda.) já havia iniciado os serviços de limpeza da área antes mesmo da coleta de dados para a confecção do projeto arqueológico a ser encaminhado ao IPHAN.

Dentre os objetivos do “Projeto Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE” (Planta 05) (CASTRO, 2008a, p. 07) constavam:

- 1) acompanhar as escavações de fundação, rede de esgoto (incluindo fossas e filtros) e rede hidráulica (incluindo reservatório subterrâneo);
- 2) executar escavações nas áreas não impactadas pela engenharia⁹;
- 3) realizar a análise do material encontrado; e,
- 4) proceder a abertura de três áreas de escavação nas áreas internas dos edifícios.

A pesquisa realizada nas áreas não impactadas pela engenharia teve como procedimentos técnicos, sondagens em quadrículas de 1,0 x 1,0m e 2,0 x 1,0m com decapagens de solo por níveis de 20 cm (Fig. 74).

Figura 74: Sondagens realizadas no “Quarteirão dos Trapiches”.

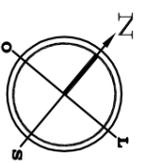


Fonte: (CASTRO, 2009, p. 21 – 22)

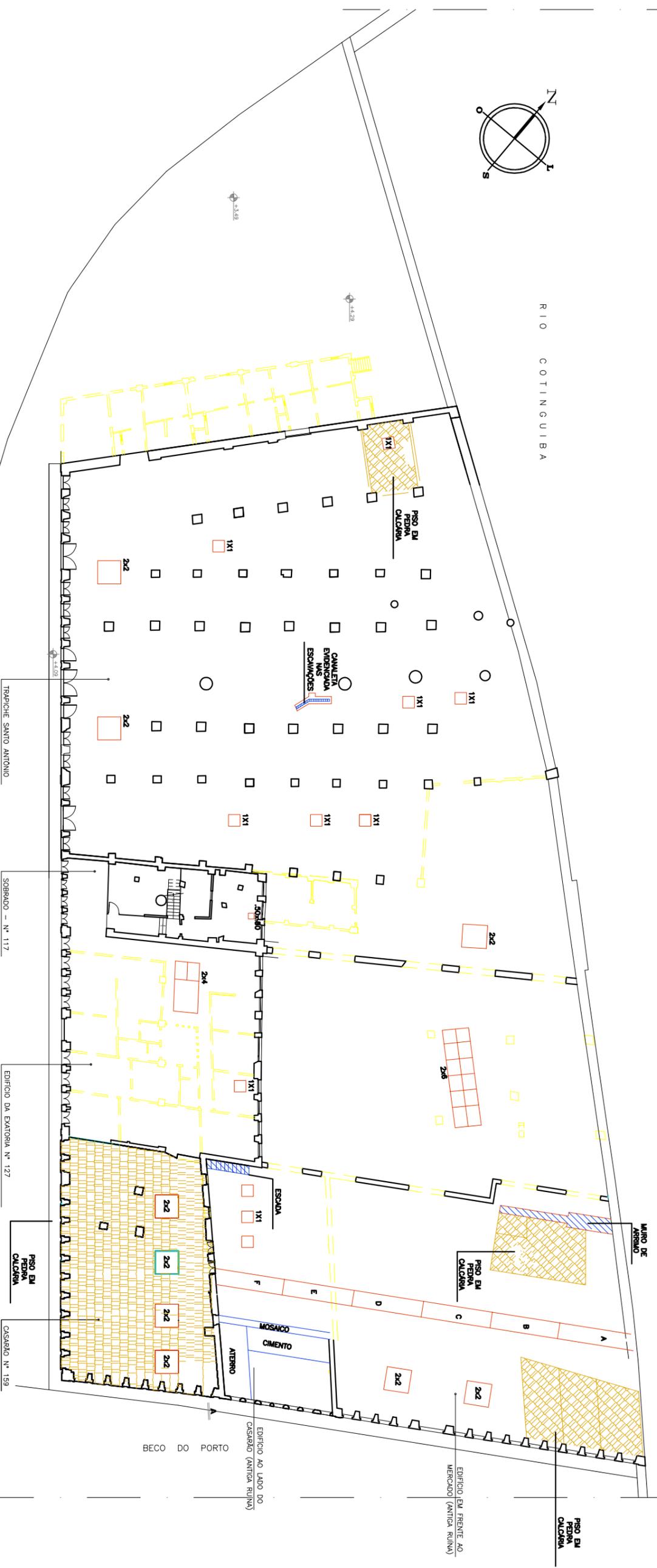
⁷ Através do endosso institucional, a UFS seria a responsável pela guarda final do material coletado durante a pesquisa arqueológica.

⁸ O Edital do Projeto 914BRA4003, publicado em 2008 tinha como contratante a UNESCO e o Ministério da Cultura por meio do Programa Monumenta (Anexo G).

⁹ Áreas de quintais que não correspondessem às novas aberturas para fundação e valas do sistema hidro-sanitário.



RIO COTINGUIBA



LEGENDA

- PISOS EM PEDRA CALCAREA EVIDENCIADOS DURANTE A PESQUISA ARQUEOLOGICA
- SONDAGENS REALIZADAS
- PAREDES DEMOLIDAS DURANTE A OBRA
- ESTRUTURAS EVIDENCIADAS DURANTE A PESQUISA ARQUEOLOGICA

PLANTA 05

IMPLANTACAO GERAL "QUARTERAO DOS TRAPICHES" - PAVIMENTO TERREO
PLANTA COM DEMARCAÇÃO DE SONDAGENS E PROSPECÇÕES REALIZADAS SEM ESCALA

Fonte: Acervo da UEP Laranjeiras/SE, com modificações feitas pela autora.

A pesquisa que aliou a investigação de fontes documentais e históricas às prospecções e sondagens no local destacou as sucessivas ocupações da área e apresentou nos três relatórios técnicos emitidos, as seguintes inferências para todo o conjunto edificado:

- Os vestígios encontrados no conjunto estavam sempre em torno de 20 a 40 cm de profundidade em níveis abaixo da cota da soleira;
- Não foram encontradas evidências de ocupação do século XVII, início da povoação da área conforme fontes documentais consultadas, provavelmente devido à dinâmica fluvial ou por estarem em camada mais profunda às pesquisadas (CASTRO, 2008 b, p. 33);
- Foi confirmada através da pesquisa histórica inserida no projeto arqueológico, a existência de apenas um trapiche, o Trapiche Santo Antônio, que consta no registro de imóveis como pertencente à família do Coronel Marcolino Ezequiel de Jesus e não a um Senhor de Engenho, como sugere Almeida (1894) para a maioria dos trapiches da região (CASTRO, 2008a, p.11).

A análise individual das edificações¹ teve como resultados:

Ruínas ao lado do Sobrado 159

- A área especificada como ruína de uma edificação independente do Sobrado 159, na realidade fazia parte dele, ou seja, o quarteirão compunha-se de cinco e não seis edificações. A existência de ossos, conchas, fragmentos de cerâmica e louças (Fig. 75) indicam sua utilização como local de descarte do sobrado, principalmente por conta da escada que daria acesso à cozinha (informação de um antigo morador) e a inexistência de piso na área (Fig. 76) (CASTRO, 2008 a, p. 11);
- As alterações na morfologia arquitetônica, tais como marcas de telhados anteriores e abertura de vãos, foram colocadas pela equipe de arqueologia como realizadas para proporcionar maiores condições de habitabilidade (Fig. 77) (CASTRO, 2009, p. 42).

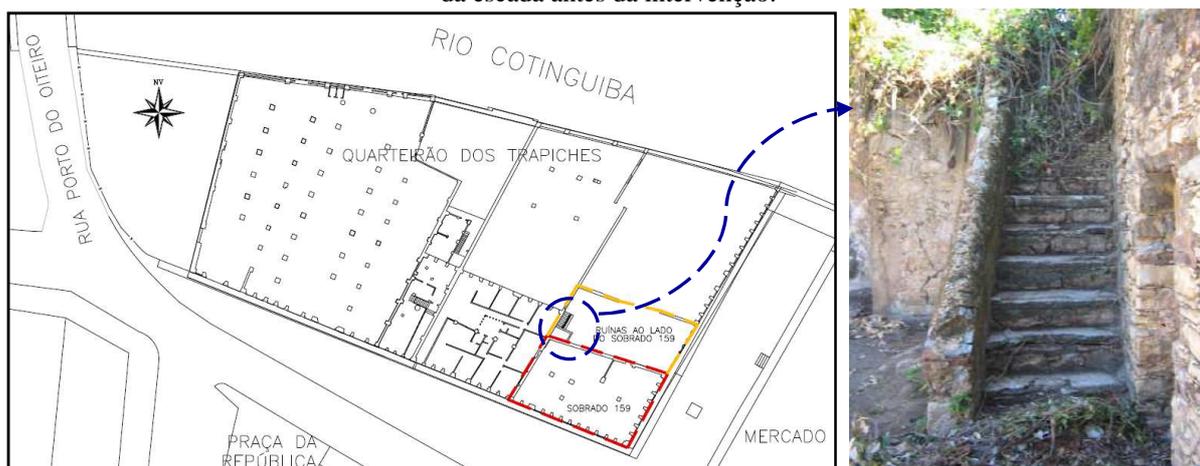
¹ De modo particular, as evidências da pesquisa arqueológica realizada no “Quarteirão dos Trapiches” foram expostas nos Relatórios Técnicos do Projeto de acordo com a sua localização em cada edificação (dentre as seis edificações que compõem o quarteirão). Este fato demonstra a dificuldade em se tratar de forma única um espaço pluriestratificado como este.

Figura 75: Artefatos recolhidos no sobrado 159.



Fonte: (CASTRO, 2008 a).

Figura 76: Escada que daria acesso à cozinha localizada no pavimento superior do Sobrado nº 159: a) Planta baixa do “Quarteirão dos Trapiches” tendo em vermelho o limite do Sobrado nº 159; em amarelo, a área da edificação em ruínas ao lado do Sobrado nº 159; contornada em azul, a suposta escada; b) Estado de conservação da escada antes da intervenção.



Fonte: a) Acervo da UEP-Laranjeiras/SE com alterações feitas pela autora.
b) (CASTRO, 2008 b, p. 11)

Figura 77: Alterações na morfologia construtiva na parede limite entre o Sobrado nº 159 as ruínas da edificação ao lado.



Fonte: (CASTRO, 2008 b, pp. 27-28)

Sobrado nº 159

- Nas sondagens do Sobrado nº 159 foi encontrado piso em pedra calcária em grande parte do pavimento térreo (Fig. 78).

Figura 78: Detalhe do piso de pedra calcária evidenciado com as sondagens no Sobrado nº 159.



Fonte: (CASTRO, 2008 b, p. 06).

Figura 79: Interior do Sobrado nº 159 antes das obras de “restauração”.



Fonte: (CASTRO, 2008 b).

Ruínas em frente ao Mercado

- Nas ruínas em frente ao mercado foram evidenciados três compartimentos com piso em pedra calcária, dos quais ainda restavam as bases das paredes em alvenaria de pedra (Figs. 80-81). Foi encontrado também um suposto muro de arrimo com 2,20m de profundidade (Fig. 82), o qual apresentava um piso contíguo em pedra calcária.

Figura 80: Sondagens nas ruínas em frente ao Mercado e pisos encontrados



Fonte: (CASTRO, 2008 b, p. 8)

Figura 81: Sondagens nas ruínas em frente ao Mercado e pisos encontrados



Fonte: (CASTRO, 2008 b, p. 9)

Figura 82: Sondagens nas ruínas do em frente ao Mercado – suposto muro de arrimo e piso contíguo.

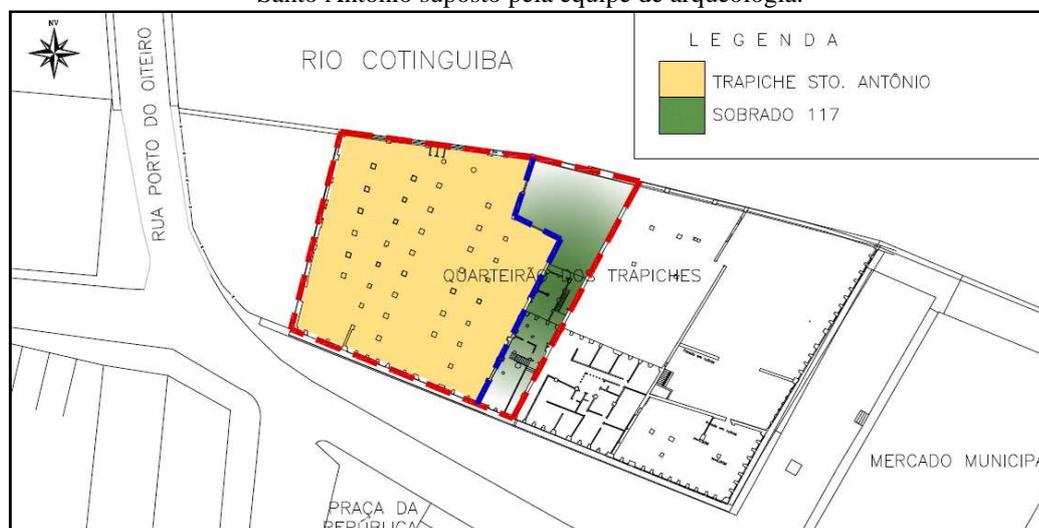


Fonte: (CASTRO, 2008 b, p. 28-29)

Trapiche Santo Antônio

- A pesquisa cartorial revelou que o sobrado 117 foi construído dentro do terreno do Trapiche Santo Antônio, ou seja, o limite da caixa mural do Trapiche Santo Antônio era além do existente atualmente (Planta 06) (CASTRO, 2009, p. 41);
- Não foram encontrados artefatos nas sondagens realizadas na área do Trapiche Santo Antônio, porém, algumas estruturas arquitetônicas foram evidenciadas, como uma canaleta (Fig. 83) e base de pisos (Fig. 84);
- As alterações na morfologia arquitetônica, evidenciadas em marcas de caimento de telhados, modificações de vãos, etc., foram colocadas pela equipe de arqueologia como para atender necessidades de habitabilidade na construção ao longo do tempo (CASTRO, 2009, p. 42).

Planta 06: Planta de situação cadastral do “Quarteirão dos Trapiches”. Tracejado em azul, a linha limite entre o Trapiche Santo Antônio e o Sobrado 117; A linha tracejada em vermelho corresponde ao limite do Trapiche Santo Antônio suposto pela equipe de arqueologia.



Fonte: Acervo da UEP-Laranjeiras/SE, 2010 com alterações feitas pela autora.

Figura 83: Canaleta encontrada durante sondagens no Trapiche Santo Antonio.



Fonte: (CASTRO, 2008 b, p. 21)

Figura 84: Bases de pisos encontrados durante as sondagens no Trapiche Santo Antônio.



Fonte: (CASTRO, 2008 b, pp. 98, 135)

O Relatório Final da pesquisa recebeu aprovação da Superintendência Regional do IPHAN/SE em 24/11/2009 (Vide Anexo H) cinco meses após a inauguração da obra, em 12/06/2009.

Até o momento, os artefatos recolhidos durante a pesquisa arqueológica não receberam sua destinação de guarda final, que será no próprio *Campus* da UFS de Laranjeiras. Diversas tratativas entre o IPHAN/SE, o Ministério Público Federal e o arqueólogo coordenador da pesquisa foram mantidas no intuito de resolver as pendências sobre o estudo e acondicionamento dos objetos retirados do sítio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pesquisas realizadas durante a elaboração desta dissertação demonstram que a teoria da restauração sempre considerou os valores históricos do monumento arquitetônico como basilares na fundamentação da prática restaurativa. A Teoria de Restauração de Cesare Brandi, formulada em 1963, continua sendo a mais verificada e discutida para o embasamento conceitual da prática restaurativa, pautada na materialidade da obra e no juízo entre valores estéticos e históricos. Para o juízo do valor histórico é indispensável o conhecimento filológico do edifício, cujas técnicas da arqueologia sempre contribuíram com as restaurações.

A arqueologia em restaurações esteve quase sempre limitada à execução das anastiloses até depois da metade do século XX, quando o desenvolvimento da estratigrafia arqueológica evidenciou novas metodologias no estudo dos edifícios históricos, mais recentemente, como ficou demonstrado no Capítulo 3, a prévia pesquisa arqueológica na preexistência arquitetônica pode ser o ponto de partida para o projeto de restauração.

A pesquisa arqueológica integrada à restauração patrimonial no Brasil esteve nos seus primórdios, desconectada e independente dos projetos arquitetônicos. A criação de instrumentos legais e técnicos sobre o tema permitiu maior aproximação entre esses campos, porém, metodologicamente, há que se avançar com os estudos em Arqueologia da Arquitetura, que possibilita a mais completa interface com as intervenções na preexistência arquitetônica de valor patrimonial, através da compreensão da trajetória do objeto arquitetônico ao longo do tempo. É este conhecimento, a contribuição imediata da arqueologia para a restauração: um instrumento potencialmente direcionador de posturas e procedimentos projetuais para a intervenção restaurativa voltada para a preservação cultural.

A legislação brasileira relacionada à pesquisa arqueológica possui juízos diversos quanto à proteção dos sítios arqueológicos históricos, entretanto este não foi o maior problema detectado por esta pesquisa em relação aos aspectos legais que regulamentam a prática arqueológica em restaurações arquitetônicas no Brasil, mas sim, a dificuldade de entendimento do instrumento que deveria compatibilizar as fases de licenciamento da pesquisa arqueológica com o início das obras e serviços de restauração. Tal instrumento é a Portaria IPHAN nº 230/2002, que, embora não esteja explícita em seu texto, sua vinculação exclusiva à regulamentação de licenças de empreendimentos novos, possui uma linguagem diversa da prática de licenciamento para projetos de restauro pelo IPHAN que não se baseia em licenças prévias, de operação ou de instalação.

Estipular regras para a condução da atividade interdisciplinar entre arqueólogos e arquitetos é difícil, principalmente porque os dois campos possuem teorias e metodologias próprias, entretanto, é preciso ficar clara a responsabilidade de cada profissional na interação entre ambas as disciplinas: o arqueólogo vai resgatar a memória construtiva do objeto arquitetônico e o arquiteto restaurador, através do juízo de valor estético e histórico irá fundamentar a sua intervenção.

Metodologicamente, a relação entre arqueólogos e arquitetos deve estar presente principalmente na primeira etapa do processo de pesquisa arqueológica: a formulação do problema a ser investigado. A abordagem das questões formuladas e a inferência de conclusões devem fazer parte do universo do arqueólogo. Entretanto, os objetivos da pesquisa arqueológica tem que estar vinculados ao objetivo da restauração, caso contrário, a arqueologia continuará gerando conhecimento de forma independente, como ocorreu no estudo de caso desta pesquisa.

À pergunta formulada na introdução deste trabalho (Introdução, p.12) - de que forma a arqueologia, sendo um instrumento definidor de posturas projetuais na restauração arquitetônica contribuiu para a “Restauração do Quarteirão dos Trapiches”-, os estudos, pesquisas e reflexões realizadas permitem afirmar conclusivamente que **não houve contribuição direta da arqueologia para a intervenção de “restauração” deste bem arquitetônico patrimonial**. Isto é corroborado pela (1) falta de compatibilidade entre as fases de pesquisa e elaboração dos projetos de restauração e de arqueologia; e (2), pela ausência de interação entre o objetivo da investigação arqueológica e a proposta de intervenção arquitetônica.

A presença da prática arqueológica na intervenção do “Quarteirão dos Trapiches”, ditada pelo cumprimento de trâmites legais, suscitou aspectos sociais, construtivos e funcionais das edificações que não foram aprofundados e em nada subsidiaram as decisões do projeto arquitetônico, tomadas quase sempre de maneira empírica e arbitrária.

A participação da arqueologia nas intervenções da preexistência arquitetônica de valor patrimonial é fundamental, mas é preciso que os órgãos envolvidos no processo, dentre eles o próprio IPHAN (no caso do Brasil, a instituição que produz os manuais técnicos desses dois campos, aprova e fiscaliza as intervenções restaurativas e arqueológicas nos sítios tombados), cumpram com mais rigor os aspectos estabelecidos na legislação e nos manuais técnicos referenciais, tanto para a ação restaurativa como para a pesquisa arqueológica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, José. **Brandi e o conceito de espaço: teoria e praxis no restauro arquitectónico**. In: 6º Curso de Mestrado em Reabilitação de Arquitectura e Núcleos Urbanos. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Sergipe: Fundamentos de uma economia dependente**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMÂNCIO MARTINELLI, Suely. SANTOS, Jenilton. **O programa Monumenta e a problemática da aplicação da arqueologia na restauração dos monumentos históricos brasileiros**. 2011. Disponível em <http://www.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V26N1-2011/2011v26n1a2.pdf> consulta em 08/07/13.

AVILA, Christovão de. A Casa da Torre de Garcia d'Ávila – Século XX. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia nº 95**. Salvador/BA, 2000.

AZEVEDO, Paulo Ormino D. de. (Coord.) **Plano Urbanístico de Laranjeiras**. GRAU-UFBA, Salvador, 1975.

AZEVEDO, Esterzilda Berenstein de. **Engenhos do Recôncavo Baiano**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2009.

BAETA, Rodrigo. NERY, Juliana. Entre reflexões e práticas: A experiência do Programa Monumenta em Laranjeiras/SE. In: **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Natal-RN, setembro de 2012.

_____. Do Restauro à Recriação: As Diversas Possibilidades de Intervenção no Patrimônio Construído. **Anais do Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado – Arquimemória 4**. Salvador/BA, 2013a.

_____. Arqueologia x arquitetura: conflitos entre as escavações arqueológicas e o patrimônio urbano. **Anais do 4º Encontro Internacional do Arquimemória sobre preservação do Patrimônio Edificado**. Salvador: IAB-BA, 2013b.

BOATO, Anna. PITTALUGA, Daniela. **Building Archaeology: A Non-Destructive Archaeology**. Dipartimento di Scienze per l'Architettura, University of Genova, Italy. 2000. Disponível em <http://www.ndt.net/article/wcndt00/papers/idn365/idn365.htm> consulta em 21/07/2013.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884**. Tradução: Paulo Mugayar Kühl, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia – SP: Ateliê Editorial, 2008.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2010. 376 p.

BORRAZÁS, Patricia Mañana; ROTEÁ, Rebeca Blanco y VILA, Xurxo M. Ayán. *Arqueotectura 1: Bases Teórico Metodológicas para una Arqueología de la Arquitectura*. In

TAPA-Traballos de Arqueoloxía e Patrimonio nº 25. Laboratorio de Patrimonio, Paleoambiente e Paisaxe. Santiago de Compostela, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Cotia SP: Artes e Ofícios, 2004.

BRENDLE, Maria de Betânia U. C. SOS Feira de Laranjeiras!!! **Anais do VII Enecult**. Salvador/BA, 2011.

_____. Peter Zumthor... Sustentável leveza, sublime intervenção: Poética e tectônica no *Kolumba Museum*. In: **Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Natal-RN, 2012.

BRENDLE, Maria de Betânia U. C; VIEIRA, Natália. Ruína não se restaura. A re-invenção do Quarteirão dos Trapiches de Laranjeiras. In: **Anais do III Congresso Internacional na Recuperação, Manutenção e Restauração de Edifícios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

BROWMAN, David L. GIVENS, Douglas R. *Stratigraphic Excavation.* "The First New Archaeology". *American Anthropologist* 98 (1) p. 80-95. 1996.

BUCAILLE, Richard. PESEZ, Jean-Marie. **Cultura Material**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa, IN-CM, 1989, vol. 16 – Homo – Domesticação – Cultura Material. 1989. p. 11-47

CAMPANELLI, Alessandro Pergoli. Restauro contemporâneo: algumas abordagens. In: **Revista CPC, USP, n. 7**, p. 20-42, São Paulo, 2009.

CARBONARA, Giovanni. Apresentação. In: **Teoria da Restauração**. Cotia SP: Artes e Ofícios, 2004.

_____. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. In: **Revista Desígnio, USP, n. 6**. São Paulo, 2006, p. 35-47.

CARRÉRA. Mércia. SURYA, Leandro. Arqueologia da Arquitetura: Contribuição nos Projetos de Restauro e na Preservação. In: **Architecton - Revista de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Damas da Instrução Cristã** –vol. 02, nº 01, 2012.

CASTRO, Daniel de. (Coord.) **Projeto Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras – Sergipe**. Aracaju, 2008a.

_____. **Primeiro Relatório Técnico Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras – Sergipe**. Aracaju, 2008b.

_____. **Segundo Relatório Técnico Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras – Sergipe**. Aracaju, 2008c.

_____. **Relatório Final Técnico Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras – Sergipe**. Aracaju, 2009.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora UNESP, 2001.

CORRÊA, Marcus Vinícius de Miranda. **Da Capela Carmelita à Catedral Metropolitana de Manaus (AM): Uma Arqueologia da Arquitetura**. Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

CURY, Isabelle. (Coord.). **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 1995. 344 p.

DANTAS, Beatriz Góis. Laranjeiras: entre o passado e o presente. In: **O Despertar do Conhecimento na Colina Azulada: A Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. Adriana Dantas Nogueira, Eder Donizeti da Silva – Org. Vol. II. São Cristóvão: UFS, 2009.

DEETZ, J. *In Small Things Forgotten*. New York. Anchor Books. 1977

ERZBISCHÖFLICHES DIÖZESANMUSEUM KÖLN. **Ein Architekturwettbewerb in Köln 1997**. Köln: Verlag der Buchhandlung Walter König Köln, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FRANCISCIS, Alfonso de. **Pompeii: Civilization and Art. Oplontis, Herculaneum, Stabiae**. Interdipress, Napoli, Itália, 1986.

FUNARI, Pedro Paulo. PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Jorge Zahar Editor, 2ª Ed., 2009.

GARAI-OLAUN, A. A.; ZOREDA, L. C.; CASTILLO, J. A. Q. Arqueología de la Arquitectura: definición disciplinar y nuevas perspectivas. In **Arqueología de la Arquitectura nº 1** (7-10). Editorial, 2002.

GIOVANNONI, Gustavo. **Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. – Ateliê Editorial, Cotia: SP, 2013.

GOMES, Geraldo. Arquitetura do Açúcar. In: **Arquitetura na formação do Brasil**. Briane Elisabeth Panitz Bicca e Paulo Renato Siveira Bicca – Org. 2ª Ed. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2008. 368 p. (82-123)

HARRIS, Edward C. **Principios de Estratigrafía Arqueológica**. Barcelona, Editorial Crítica. 1991.

HODDER, Ian. *Interpretación em Arqueología – Corrientes actuales*. Editorial Crítica. Barcelona, 1988.

IPHAN. **Coletânea de Leis sobre a preservação do Patrimônio**. Rio de Janeiro, 2006.

JOHNSON, Matthew. *Teoría Arqueológica: uma introducción*. 2000.

JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation: The Contribution of English, French, German and Italian Thought towards an International Approach to the Conservation of Cultural Property*. D. Phil Thesis. The University of York, England, 1986.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Permanência e atualidade da Teoria de Cesare Brandi nas restaurações do Instituto Central de Restauração, Roma. In: **Revista Pós USP, nº 16**, São Paulo, 2004.

_____. Viollet-le-Duc e o verbete Restauração. In: **Restauração: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc**. 3. Ed. - Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2006a.

_____. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC, USP, v.1, nº. 1**, p. 16-40, São Paulo, 2006b.

_____. A restauração de monumentos históricos na França após a Revolução Francesa e durante o século XIX: um período crucial para o amadurecimento teórico. In: **Revista CPC, USP, São Paulo, n. 3**, p. 110-144, 2007a.

_____. Cesare Brandi e a teoria da restauração. In: **Revista Pós USP nº 21**. São Paulo, 2007b.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**. Problemas Teóricos de Restauero. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009.

_____. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. V. 18. N. 2. P. 287-320. Jul-Dez. 2010.

_____. Introdução. In: **Gustavo Giovannoni. Textos Escolhidos**. Tradução Renata Campello Cabral, Carlos Roberto M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. – Ateliê Editorial, Cotia: SP, 2013.

LAGUNES, María Margarita Segarra. La restauración después de Cesare Brandi. In: **Reconceituações Contemporâneas do Patimônio**. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes e Elyane Lins Corrêa (Org.). Salvador: EDUFBA, p. 19-48. 2011.

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa Brasileira**. São Paulo, Ed. Contexto, 1989.

LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). In: **Anais do Museu Paulista. Nova Série nº 1**, (p. 225-262). 1993.

_____. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). **Anais do Museu Paulista, vol.2**, no.1, p.87-150. 1994.

_____. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos, vol.2**, no.3, p.44-94. 1996.

_____. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. **Anais do Museu Paulista, vol.5**, no.1, p.93-129. 1997.

_____. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. In: **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Vol. 6, n. 1.** Belém/PA, 2011.

LUSO, Eduarda. LOURENÇO, Paulo B. ALMEIDA, Manuela. Breve história da teoria da conservação e do restauro. **Revista de Engenharia Civil da Universidade do Minho, nº 20.** Portugal, 2004.

MARKUS, T. *Buildings and Power; Freedom and Control in the Origin of Modern Buildings Types.* Oxford: Blackwell. 1993.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** Nobel: Editora da USP: São Paulo, 1991.

MENEZES, José Luiz Mota. A restauração da Sé de Olinda. In: **Ainda chegaremos lá. História da FUNDARPE: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.** Recife: FUNDARPE, 2008a.

MORAIS, Daisy de. **Arqueologia da Arquitetura: Estação ferroviária de Piraju: ensaio de arqueologia da arquitetura de Ramos Azevedo.** Erechim, RS: Habilis, 2007.

MOREIRA, André Renato Pina. A arqueologia histórica na cidade de Olinda. In: **Texto para discussão v. 18 série 2 - Gestão de Restauro.** Olinda: CECI-Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2007. Disponível em www.ceci-br.org/ceci/en/informacao

MORI, Victor Hugo. Arqueologia e Restauração: anotações para debate. In: **Patrimônio: atualizando o debate.** Victor Hugo Mori, Marise Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos e Haroldo Gallo (Org.). São Paulo: 9ª SR/IPHAN, p. 91-116. 2006.

NAJJAR, Rosana. **Arqueologia histórica: manual.** Brasília, DF: IPHAN, 2005.

_____. O papel da pesquisa arqueológica nos projetos de restauração. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico nacional. N. 33,** Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Tânia Andrade Lima (org.). Brasília, DF: IPHAN, p. 201-212. 2007.

_____. (org.) **Arqueologia no Pelourinho.** Brasília, DF. Programa Monumenta, 2010. 288 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória: Cadastro, Fotografia, Fotogrametria e Arqueologia.** Brasília, DF: IPHAN/Programa Monumenta, 2008.

ORSER JR., Charles E. **Introducción a la Arqueología Histórica.** Asociación Amigos Del Instituto Nacional de Antropología. Ediciones Del Tridente. Buenos Aires, Argentina. 2000.

PERFIL DO PROJETO LARANJEIRAS, Unidade Executora de Projetos - Programa Monumenta Laranjeiras, 2004.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. In: **A Lâmpada da Memória. John Ruskin.** Cotia – SP: Ateliê Editorial: 2008.

PRICE, Nicholas Stanley, TALLEY JR., M. Kirby, VACCARO, Alessandra Melluco (Eds.). *Readings in conservation. Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

PROGRAMA MONUMENTA. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Série Cadernos Técnicos Vol. 1 / Elaboração José Hailon Gomide, Patrícia Reis da Silva, Sylvia Maria Nelo Braga. Brasília, DF: Ministério da Cultura, Programa Monumenta, 2005. 76 p.

QUIRÓS CASTILLO, J. *Indicadores cronológicos de ámbito local: cronotipología y mensiocronología*. In ZOREDA, C, L.; Escribano, C. (eds.): *Arqueología de la Arquitectura. El método arqueológico aplicado al proceso de estudio y de intervención en edificios históricos*. Valladolid, Junta de Castilla y León, p. 179-187. 1996.

_____. *Arqueología de la Arquitectura. Objetivos y propuestas para la conservación del Patrimonio Arquitectónico*. Disponível em: <http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/74/> . 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. Editora Perspectiva: São Paulo, 1987.

_____. Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP**. Série urbanização e urbanismo. SP, Nov. / Dez., 1994.

RENFREW, Colin. BAHN, Paul. *Arqueología: Teorías, Métodos y Práctica*. Madrid: Ed. Akal, 1993.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno aos Monumentos: Sua Essência e Sua Gênese**. Ed. da UCG, Goiânia, 2006.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução e apresentação de Maria Lúcia Bressan Pinheiro. Cotia – SP: Ateliê Editorial: 2008.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma idéia. In: **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes e Elyane Lins Corrêa (Org.). Salvador: EDUFBA, 2011.

SANTOS, Nadja Ferreira. **Interface entre Arquitetura e Arqueologia na Preservação do Patrimônio Cultural Urbano**. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Memória Social e Patrimônio Cultural apresentada à Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2009.

SANTOS Jenilton. *La Búsqueda de Bases Metodológicas para La Intervención Arqueológica en la Restauración Arquitectónica – El caso Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Prehistoria y Arqueología. Madrid, 2011.

SANTOS, Jenilton; OLIVEIRA, Vanessa; SANTANA, Marcos. Monumentos Restaurados e Histórias em Ruínas: As intervenções arqueológicas no sobrado do IPHAN em São Cristóvão/SE. In: **Vestígios: Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, Vol. 3, Nº. 2, p. 29-53. 2009.

SEINFRA/SE. **Relatório de Cumprimento do Objeto - Programa Monumenta Laranjeiras**, 2013.

SILVA, Regina Coeli Pinheiro da. Os Desafios da Proteção Legal: Uma Arqueologia da Lei nº 3.924/61. In **Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 33, 2007.

SILVA, Clodomir. **Álbum de Sergipe**. Governo do Estado de Sergipe. Aracaju/SE, 1920.

STEADMAN, Sharon R. *Recent Research in the Archaeology of Architecture: Beyond the Foundations*. In **Journal of Archaeological Research**, Vol. 4, nº 1, 1996.

STELLO, V. F. **Sítio Arqueológico de São Miguel Arcanjo: Avaliação Conceitual das Intervenções – 1925-1927 e 1838-1940**. Dissertação de Mestrado em Engenharia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da UFRGS, Porto Alegre, 2005.

TIRELLO, Regina A. A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. In: **Revista CPC, USP n. 3**, p. 145-165, nov. São Paulo 2007.

TIRELLO, Regina A. RAMALHO, Maria de M. **Revista PARC – Pesquisa em Arquitetura e Construção. Arquitetura e patrimônio: da arqueologia ao projeto de restauro**. Campinas, 2013.

VACCARO, Alessandra Melluco. *Restoration and Anti-Restoration*. In: PRICE, Nicholas Stanley, TALLEY JR., M. Kirby, VACCARO, Alessandra Melluco (Eds.). *Readings in conservation. Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996.

VIÑAS, Salvador Muñoz. **Teoría contemporânea de la Restauración**. Editorial Síntesis, S.A. Madrid, 2003.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. 3. Ed. - Cotia - SP: Ateliê Editorial, 2006.

ZARANKIN, Andrés. NIRO, Cláudio. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-1983). **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 6, p. 17-32, 2010.

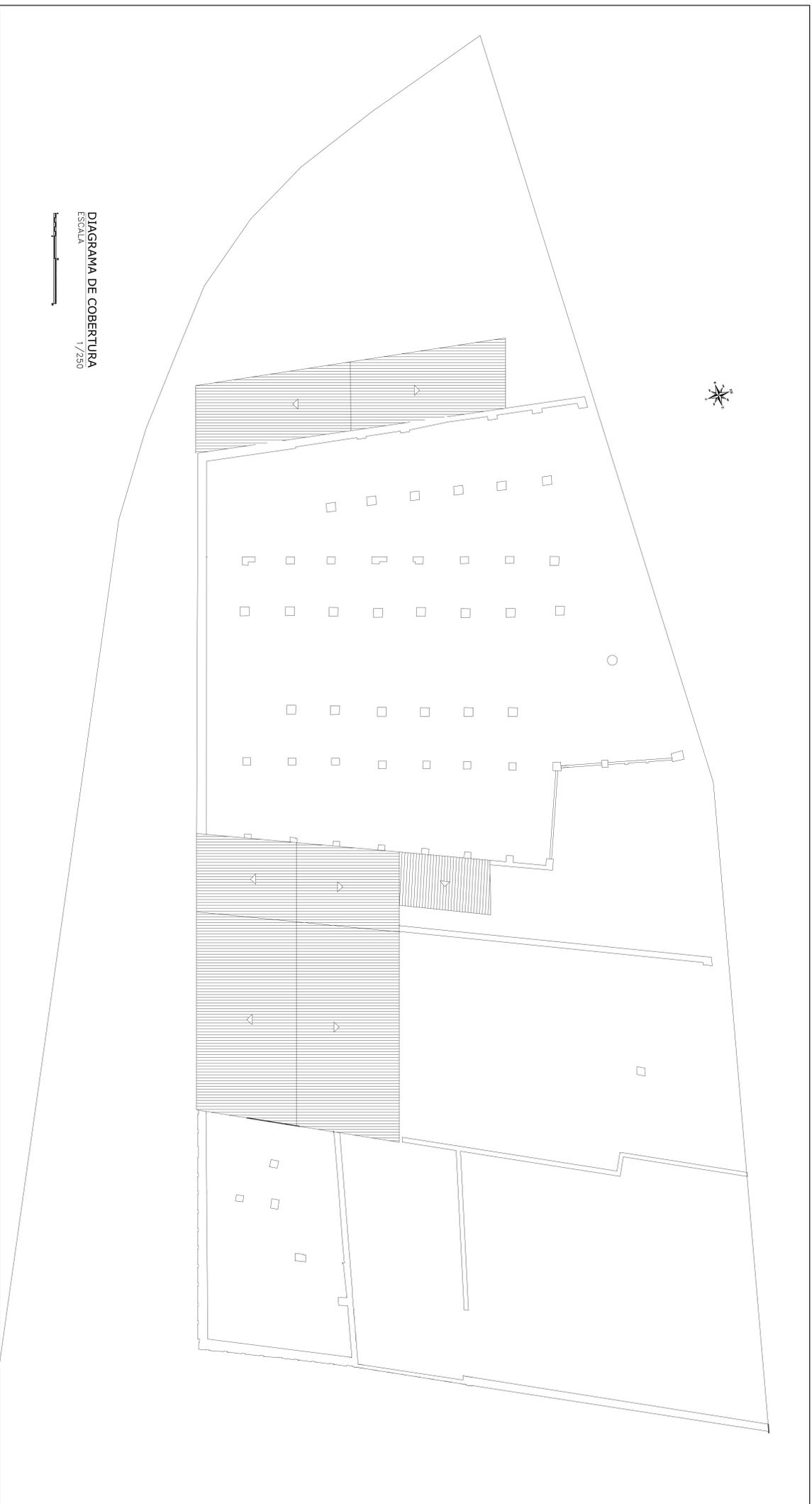
ZARANKIN, Andrés. *Arqueología de la arquitectura: another brick in the wall*. In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, Suplemento 3**: p. 119-128, 1999.

_____. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista – O caso de Buenos Aires**. Centro de História da Arte e Arqueologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2002.

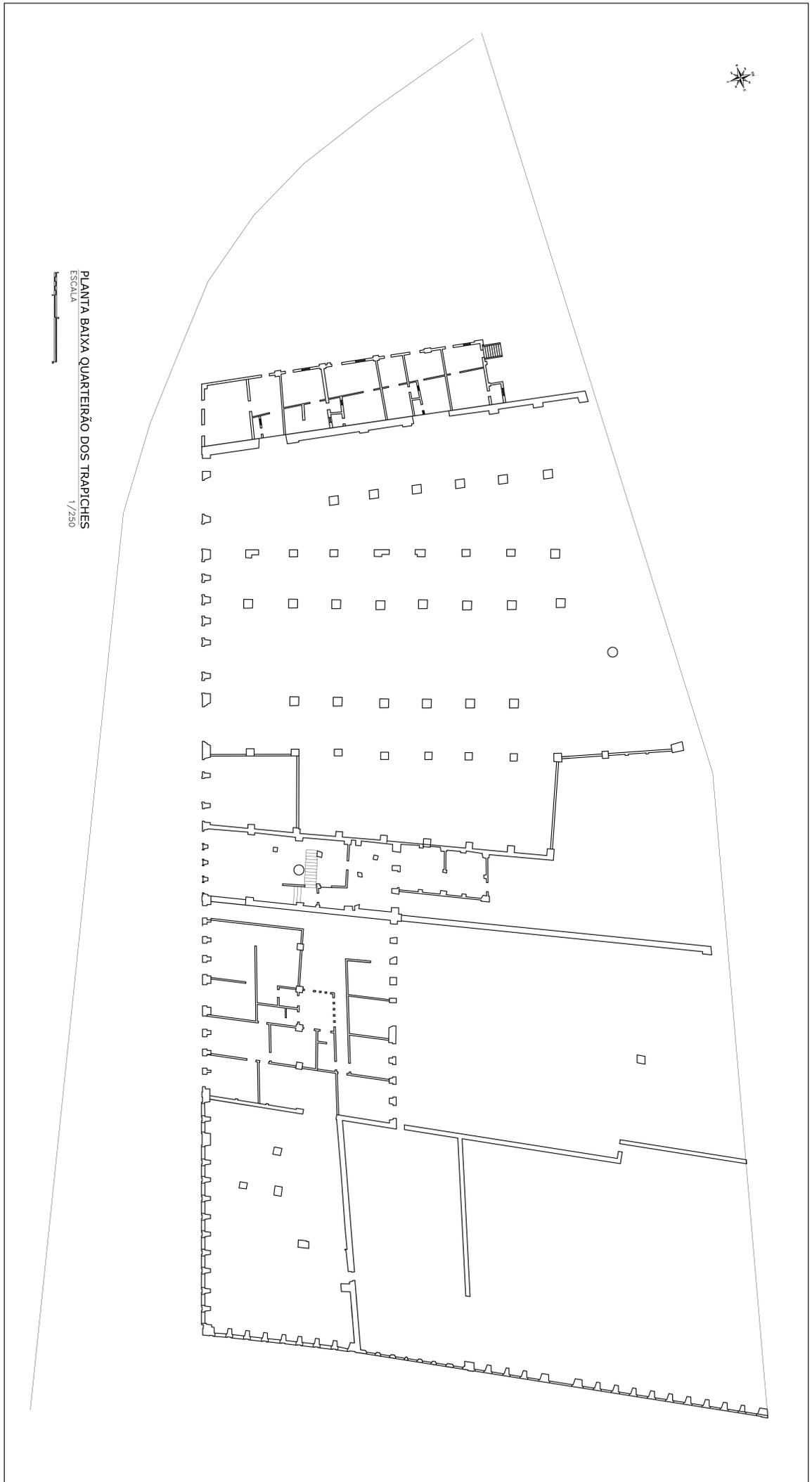
_____. *Arqueología de la arquitectura, modelando al individuo disciplinado em la sociedad capitalista*. In: **Revista de Arqueología Americana**. nº 22. Instituto Panamericano de Geografía e História. 2003.

ANEXO A

Cadastro da área do “Quarteirão dos Trapiches”, executado pelo Programa Monumenta em outubro/2003.



PARA USO DO REQUERENTE		PARA USO DA PREFEITURA		PARA USO DO IPHAN	
<p align="center">IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL</p> <p align="center">PROGRAMA MONUMENTAL</p>					
PROJETO ARQUITETOS: FERNANDO MARCO DE OLIVEIRA RODRIGO ESPINHA BALETA		CREA: 4271-D AL 59659-D-MG			
CADASTRO TÍTULO: QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES USO: DIVERSOS		ÁREA DO TERRENO: 3.653,23m ² ÁREA CONSTRUÍDA: 2.407,00m ² TAXA DE OCUPAÇÃO: 60,00% COEF. DE APROVEITAMENTO: 0,66			
CONTEÚDO DA PRANCHA: DIAGRAMA DE COBERTURA ESCALAS: 1/250 REVISÃO: CADASTRO ATUALIZADO PELO PROGRAMA MONUMENTAL LARANJEIRAS		EDIFICAÇÃO FOLHA Nº / DE		02/03	
OBSEVAÇÕES: RUA: PRAÇA SAMUEL DE OLIVEIRA DIGITALIZAÇÃO: ABEI/FERNANDO		BARRO: CENTRO CIDADE: LARANJEIRAS-SE DATA:			

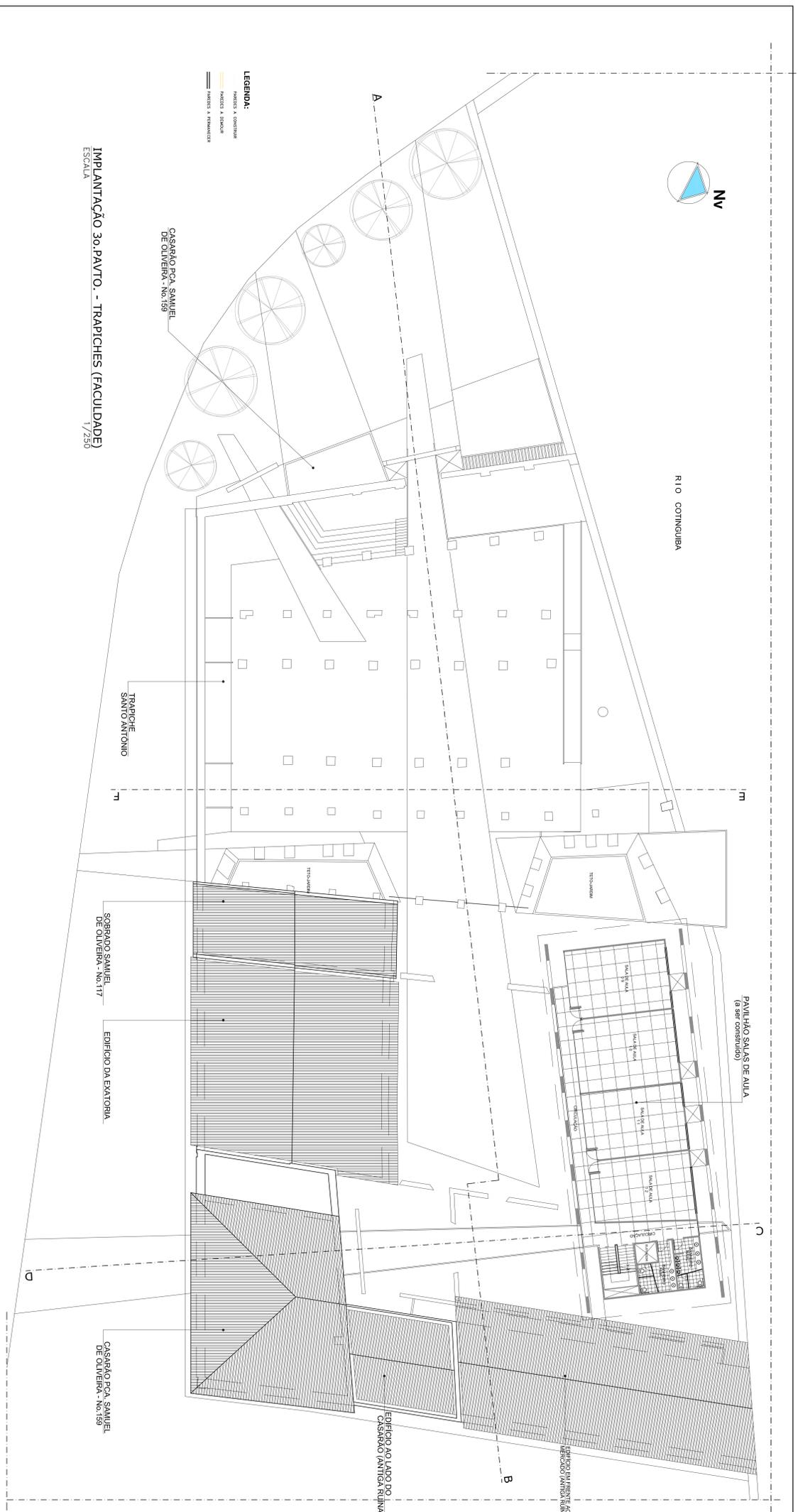


PLANTA BAIXA QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES
ESCALA 1/250

PARA USO DO REQUERENTE		PARA USO DA PREFEITURA		PARA USO DO IPHAN	
<p>IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL</p> <p>PROGRAMA MONUMENTAL</p>					
PROJETO OBSERVAÇÕES: CADASTRO ATUALIZADO PELO PROGRAMA MONUMENTAL LARANHEIRAS		ARQUITETOS: FERNANDO MARCO DE OLIVEIRA RODRIGO ESPINHA BALETA		CREA: 4271-D AL 59859-D-MG	
TÍTULO: QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES		TIPO: CADASTRO ATUALIZADO		ÁREA DO TERRENO: 3.653,23m ²	
USO: DIVERSOS		CONTEÚDO DA PRANCHA: PLANTA BAIXA		ÁREA CONSTRUIDA: 2.407,00m ²	
OBSERVAÇÕES: CADASTRO ATUALIZADO PELO PROGRAMA MONUMENTAL LARANHEIRAS		ESCALA: 1/250		TAXA DE OCUPAÇÃO: 60,00%	
RUA: PRAÇA SAMUEL DE OLIVEIRA		BARRIO: CENTRO		CIDADE: LARANHEIRAS-SE	
DIGITALIZAÇÃO: ABEI/FERNANDO		REVISÃO: ARQUIVO:		DATA: OUTUBRO - 2003	
FOLHA N.º / DE 01/03					

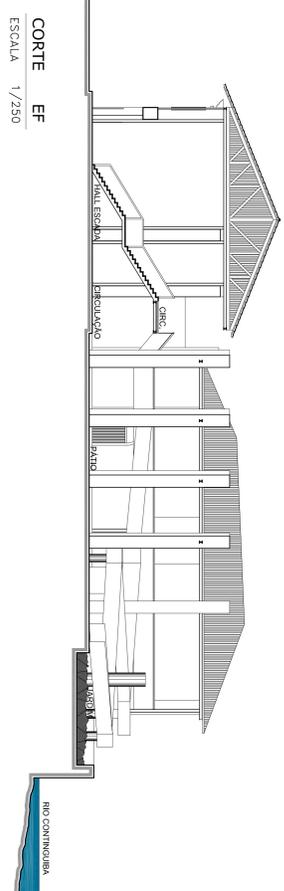
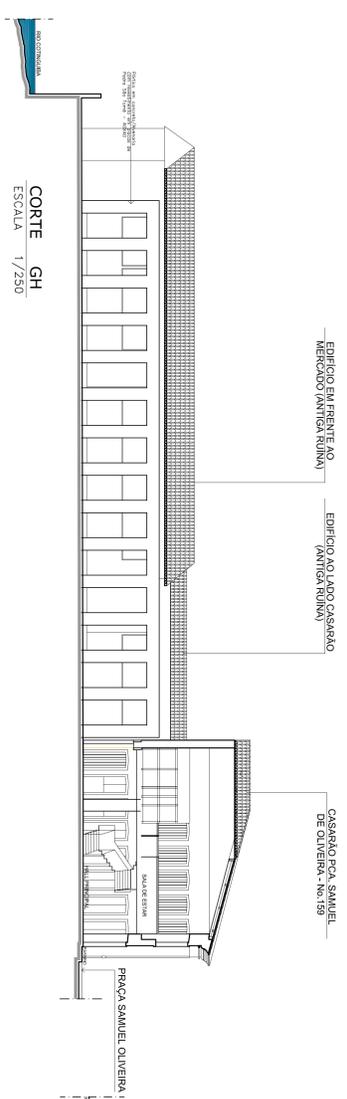
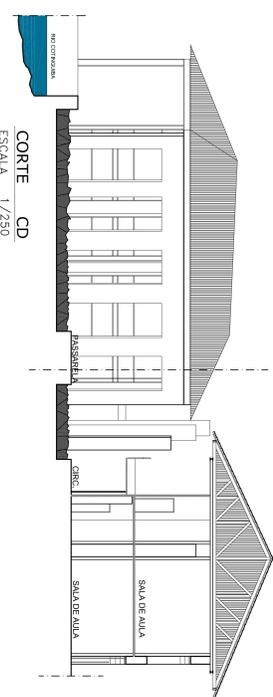
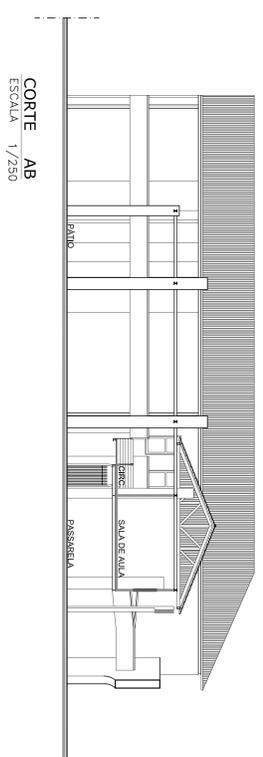
ANEXO B

Projeto básico inicial proposto para a intervenção do “Quartelão dos Trapiches”, em novembro/2003.



IMPLANTAÇÃO 3o. PAVTO. - TRAPICHES (FACULDADE)
ESCALA 1/250

PARA USO DO REQUERENTE		PARA USO DA PREFEITURA		PARA USO DO IPHAN	
<p>IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL</p> <p>PROGRAMA MONUMENTA</p>					
PROJETO DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA		EDIFICAÇÃO		SOLUÇÃO DE	
<p>PROJETO DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA</p> <p>QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES</p> <p>INSTITUCIONAL</p>		<p>4271-10 AL. 999.899/79E</p> <p>59669-0 MG</p> <p>1454 DO TERRENO</p> <p>4.504,27m²</p> <p>3.500,00m²</p> <p>TAXA DE OCUPAÇÃO: 42%</p> <p>COEF. DE APROVEITAMENTO: 0,77</p>		<p>04/07</p>	
<p>CONTEÚDO DA PLANILHA: ANTEPROJETO - IMPLANTAÇÃO 3o. PAVTO. TRAPICHES (FACULDADE)</p> <p>ESCALAS: 1/250</p> <p>REVISÃO: 01</p> <p>DATA: 10/08/2003</p>					



LEGENDA:
 --- MURTO E CORTINA
 --- MURTO E SOMBRA
 --- MURTO E FUNDAMENTO



PARA USO DO IPHAN

PARA USO DA PREFEITURA

PARA USO DO REQUERENTE

IPHAN - INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PROGRAMA MONUMENTAL

PROJETOS		EDIFICAÇÃO	
PROJ. ARQUITETÔNICO	FERNANDO TAVARO DE OLIVEIRA	PROJ. ARQUITETÔNICO	4271-D AL Via 3887/76
PROJ. DE INTERVENÇÃO	RODRIGO ESPINHA BATTA	PROJ. DE INTERVENÇÃO	59659-D MC
TÍTULO	PROJETO DE INTERVENÇÃO ARQUITETÔNICA QUARTEIRÃO DOS TRAPIQUES INSTITUCIONAL / FACULDADE	ÁREA DO TERRENO	4.503,57m ²
PROJ. INSTITUCIONAL / FACULDADE	ANTERPROJETO - CORTES TRAPIQUES (FACULDADE)	ÁREA CONSTRUIDA	3.503,43m ²
CONTÉUDO DA PRONÓIA	ANTERPROJETO - CORTES TRAPIQUES (FACULDADE)	TAXA DE OCUPAÇÃO	43%
PROJ. DE INTERVENÇÃO	ANTERPROJETO - CORTES TRAPIQUES (FACULDADE)	COEF. DE APROVEITAMENTO	0,77
PROJ. DE INTERVENÇÃO	ANTERPROJETO - CORTES TRAPIQUES (FACULDADE)	PROJ. Nº	/ DE

05/06

RUA: PRAÇA SAMUEL DE OLIVEIRA

DIGITALIZAÇÃO: ARIEL FERREIRO

REVISÃO: [nome]

ARQUIVO: [nome]

BARRO: [nome]

CODICE: [nome]

LABORÁRIOS-SE: [nome]

DATA: [nome]

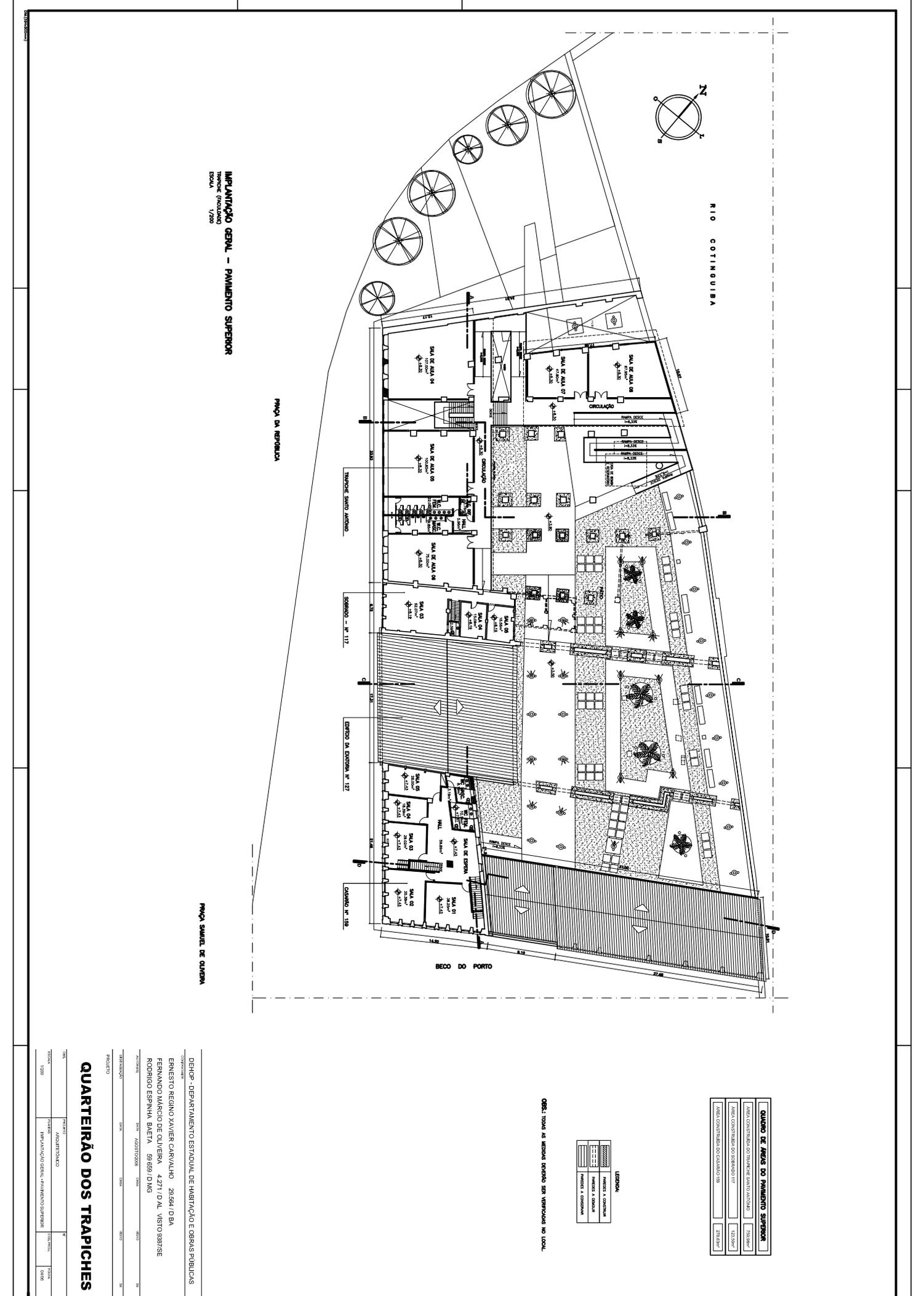
DEZEMBRO - 2003

ANEXO C

Projeto básico final proposto para a intervenção do “Quartirão dos Trapiches”, em dezembro/2003.

ANEXO D

Projeto Executivo proposto para a intervenção do “Quartirão dos
Trapiches” – Projeto licitado



IMPLANTAÇÃO GERAL - PAVIMENTO SUPERIOR
 TITULO: (PROJETO)
 ESCALA: 1/200

PRACA SAUDES DE QUARERÁ

PRACA DA REPUBLICA

RIO COTINGUIBA

BECO DO PORTO

LEGENDA

[Hatched Box]	PARQUES E CORTIÇOS
[Dotted Box]	PARQUES E CORTIÇOS
[Cross-hatched Box]	PARQUES E CORTIÇOS

OSB: TODAS AS MEDIDAS DEVEM SER VERIFICADAS NO LOCAL.

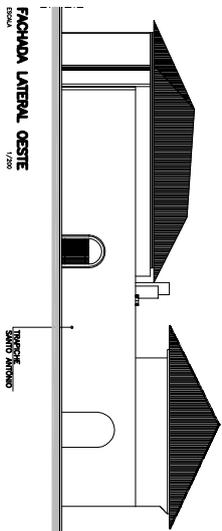
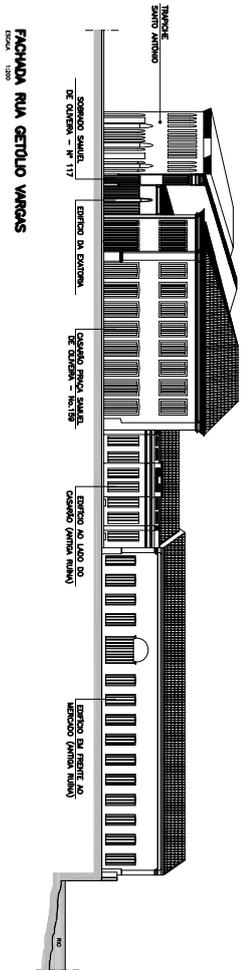
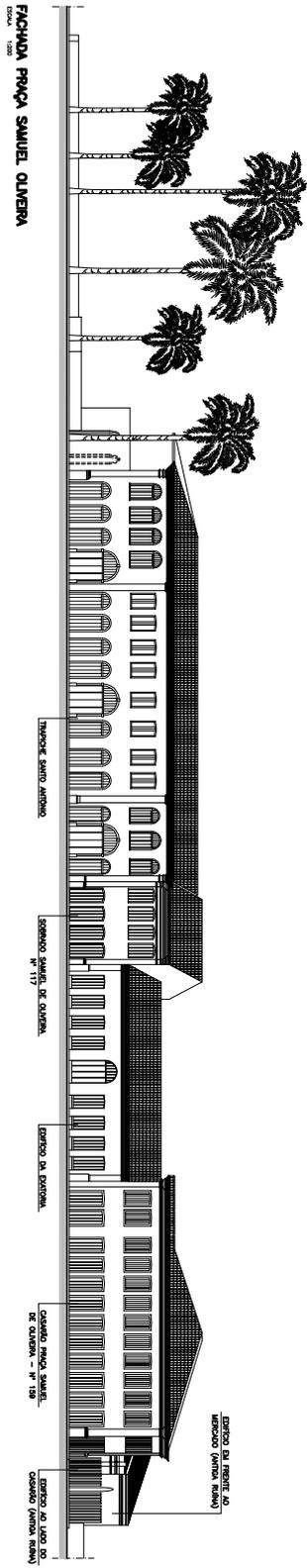
QUAI Nº 150	150,00m ²
ÁREA CONSTRUIDA DO TRAPICHE SANTO ANTONIO	120,00m ²
ÁREA CONSTRUIDA DO SERRAÇÃO Nº 117	120,00m ²
ÁREA CONSTRUIDA DO QUAI Nº 150	150,00m ²

QUARTEIRÃO DOS TRAPICHES

DEHQ - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
 COMISSÃO:
 ERNESTO REGINO XAVIER CARVALHO 26.564/D BA
 FERNANDO MÁRCIO DE OLIVEIRA 4.271/D AL VISTO 98878E
 RODRIGO ESPINHA BAETA 98.659/D MG

PROJETO:
 DATA: _____ DATA: _____ DATA: _____
 DATA: _____ DATA: _____ DATA: _____

PROJETO	ARQUITETONICO	DATA	1988
PROJETO	IMPLANTAÇÃO GERAL, PAVIMENTO SUPERIOR	DATA	1988



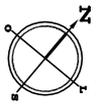
DEHP - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
 COMISSÃO
 ERNESTO REGINO YAVIER CARVALHO - 20364 / DBA
 FERNANDO MARCO DE OLIVEIRA - 4271 / DAL - VISTO 0887/SE
 RODRIGO ESPINHA BAETA - 59659 / DMS
 Nº 129/2018 DATA: 10/02/2018
 Nº 129/2018 DATA: 10/02/2018
 Nº 129/2018 DATA: 10/02/2018
 Nº 129/2018 DATA: 10/02/2018

QUARTERÃO DOS TRAPICHES

TÍTULO	PROJETO	Nº	DATA
PROJETO ARQUITETÔNICO	PROJETO ARQUITETÔNICO	129	10/02/2018
PROJETO DE FACHADAS	PROJETO DE FACHADAS	129	10/02/2018

ANEXO E

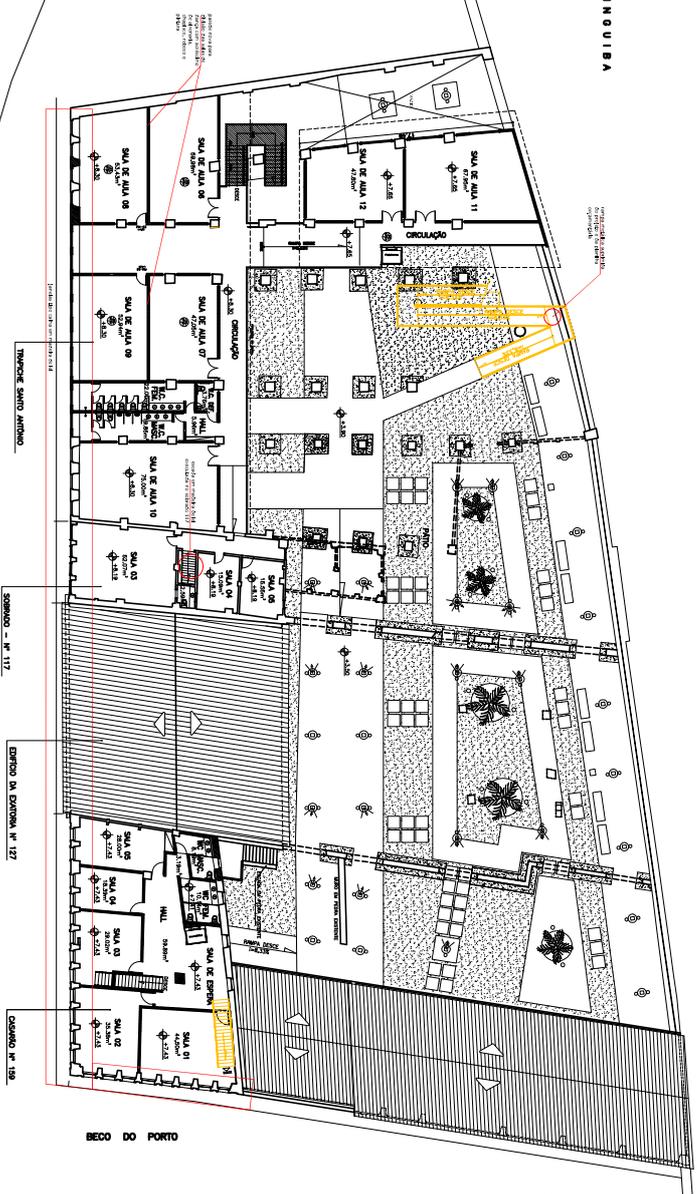
As Built da intervenção do “Quarteirão dos Trapiches”



RIO COTINGUIBA

PIÇA DA REPUBLICA

IMPLANTAO GERAL - PAVIMENTO SUPERIOR
 Tereze (Paulando)
 Escala 1/200



PIÇA SAUPE DE GUERNA

QUANTO DE AREAS DO PAVIMENTO SUPERIOR	720,00m ²
AREA CONSTRUIDA DO TRAFEGO SANTO ANTONIO	720,00m ²
AREA CONSTRUIDA DO BICO DO PORTO	123,00m ²
AREA CONSTRUIDA DO QUANTO DE	237,00m ²

LEGENDA	
[Hatched pattern]	PAVIMENTO A CONCRETAR
[Dotted pattern]	PAVIMENTO A SER REALIZADO
[Cross-hatched pattern]	PAVIMENTO A SER CONSERVADO

Obs: Todas as portas e janelas tipo caixa em moldado de betão armado foram acrescidas devido ao novo aproveitamento das esquadras existentes presentes em toda a edificação.

QUARTERÃO DOS TRAFICHES

PROJETO	PAVIMENTO SUPERIOR	ESCALA	1/200
PROJETADE	Tereze (Paulando)	DATA	10/05/2010
PROJETO Nº	1020	PROJETO Nº	1020

ANEXO F

Portaria nº 12 de 09/04/2008



Banco: 001- Agência: 2947-5 - Conta Corrente: 12.071-6
Valor aprovado no Artigo 1º - A da Lei nº 8.685/93: de R\$ 0,00 para R\$ 700.000,00

Banco: 001- Agência: 2947-5 Conta Corrente: 13.162-8
Prazo de captação: de 01/01/2008 até 31/12/2008.
Art. 11º Prorrogar o prazo de captação, aprovar o remanejamento e realizar a revisão orçamentária do projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

07-0389 - Legião Urbana - Documentário
Processo: 01580.035787/2007-94
Proponente: Samba Multimídia Ltda
Cidade / UF: São Paulo / SP
CNPJ: 03.816.467/0001-00
Valor total do orçamento aprovado: de R\$ 969.564,81 para R\$ 945.874,81

Valor aprovado no Artigo 1º da Lei nº 8.685/93: de R\$ 921.086,57 para R\$ 652.924,22

Banco: 001- Agência: 1191-6 - Conta Corrente: 19.660-6
Prazo de captação: de 01/01/2008 até 31/12/2008.
Art. 12º - Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ FERNANDO NOEL DE SOUZA

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 26, DE 3 DE ABRIL DE 2008

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 2, resolve:

Art 1º REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral n.º 11 e CERTIFICAR que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades a seguir, SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILÔMBO.

Comunidade de São Miguel, localizada no município de Rosário/MA. Registro nº 1.013, fl.29, em 25/02/2008;

Comunidade Povoado Pedreiras, localizada no município de Santa Rita/MA. Registro nº 1.017, fl. 33, em 07/03/2008;

Comunidade de Papagaio, localizada no município de Icatu/MA. Registro nº 1.018, fl. 34, em 07/03/2008;

Comunidade de Gameleiro, localizada no município de Olho D'Água das Flores/AL. Registro nº 1.019, fl. 35, em 25/03/2008;

entra em vigor na data de sua publicação Comunidade de Pimenteira, localizada no município de Camamu/BA. Registro nº 1.020, fl. 36, em 26/03/2008;

Comunidade de Barreirinho, localizada no município de Barro Alto/BA. Registro nº 1.021, fl. 37, em 26/03/2008;

Comunidade de Buraquinhos, localizada na região do Vão dos Buracos, município de Chapada Gaúcha/MG. Registro nº 1.022, fl. 38, em 26/03/2008;

Comunidade de Cruz da Menina, localizada no município de Dona Inês/PB. Registro nº 1.023, fl. 39, em 26/03/2008;

Comunidade de Serrote, localizada no município de Santa Maria da Boa Vista/PE. Registro nº 1.024, fl. 40, em 26/03/2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDVALDO MENDES ARAÚJO

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL

PORTARIA Nº 12, DE 9 DE ABRIL DE 2008

O GERENTE DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E NATURAL DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, nos termos da Portaria IPHAN nº 207, de 13.09.04, publicada no D.O.U., Seção 2, de 15.09.04 e de acordo com o disposto no Anexo I, do Decreto nº 5.040, de 07.04.04, na Lei nº 3.924, de 26.07.61 e na Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88 e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria:

I - Expedir PERMISSÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo I a esta Portaria.

II - Expedir AUTORIZAÇÕES, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, às instituições executoras dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo II a esta Portaria.

III - Expedir RENOVAÇÕES DE PERMISSÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos de pesquisa arqueológica relacionados no anexo III a esta Portaria.

IV - Expedir RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais licenças exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, à instituição executora do projeto de pesquisa arqueológica relacionado no anexo IV a esta Portaria.

V - Reconhecer os arqueólogos designados coordenadores dos trabalhos como fiéis depositários, durante a realização das etapas de campo, do eventual material arqueológico recolhido ou de estudo que lhes tenha sido confiado.

VI - Determinar às Superintendências Regionais do IPHAN da área de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes permissões, autorizações e renovações de permissão e autorização à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e final ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN nº 7, de 01.12.88.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO JOSÉ DIAS

ANEXO I

01 - Processo IPHAN nº 01490.000001/2008-16
Projeto: Levantamento Prospectivo de Sub-Superfície na Área Diretamente Afetada pela Implantação do Projeto Geração de Energia Elétrica através de Usina Termelétrica/Poço
Arqueóloga Coordenadora: Helena Pinto Lima
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo
Área de Abrangência: Município de Silves, no Estado do Amazonas.

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

02 - Processo IPHAN nº 01492.000032/2008-49
Projeto: Prospecção Arqueológica nas Estruturas Associadas à Expansão do Projeto Bauxita Paragominas, Platô Miltônia 5
Arqueóloga Coordenadora: Fernanda Araújo Costa
Apoio Institucional: Fundação Casa de Cultura de Marabá
Área de Abrangência: Município de Paragominas, no Estado do Pará.

Prazo de Validade: 03 (três) meses

03 - Processo IPHAN nº 01504.000261/2008-87
Projeto: Programa Emergencial de Resgate Arqueológico na Panificação Barroso
Arqueóloga Coordenadora: Suely Gleyde Amancio Martinielli

Apoio Institucional: Universidade Federal de Sergipe

Área de Abrangência: Município de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

Prazo de Validade: 03 (três) meses

04 - Processo IPHAN nº 01504.000273/2008-10
Projeto: Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras

Arqueólogo Coordenador: Daniel de Castro Bezerra

Apoio Institucional: Universidade Federal de Sergipe

Área de Abrangência: Município de Laranjeiras, no Estado de Sergipe.

Prazo de Validade: 07 (sete) meses

05 - Processo IPHAN nº 01510.000210/2008-76
Projeto: Diagnóstico Arqueológico do Loteamento Jardim Giovana

Arqueóloga Coordenadora: Dione da Rocha Bandeira

Apoio Institucional: Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

Área de Abrangência: Município de São Francisco de Sul, no Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

06 - Processo IPHAN nº 01510.000115/2008-72
Projeto: Levantamento Arqueológico Prospectivo na Jazida de Argila de Alto Rio Jundiá

Arqueólogo Coordenador: Jaisson Teixeira Lino

Apoio Institucional: Setor de Arqueologia do Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Área de Abrangência: Município de Turvo, no Estado de Santa Catarina.

Prazo de Validade: 01 (um) mês

07 - Processo IPHAN nº 01516.000485/2008-50
Projeto: Levantamento e Prospecção Arqueológica na Área de Abrangência da PCH Cambará

Arqueóloga Coordenadora: Suzana Schisucro Hirooka

Apoio Institucional: Museu de Pré-História Casa Dom Aquino

Área de Abrangência: Município de Jaciara, no Estado de Mato Grosso.

Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

08 - Processo IPHAN nº 01516.000329/2008-99
Projeto: Programa de Diagnóstico Arqueológico, Histórico e Cultural da UHE Sinop

Arqueóloga Coordenadora: Erika Marion Robrahn-González

Apoio Institucional: Instituto Homem Brasileiro

Área de Abrangência: Municípios de Sinop, Itaúba, Sorriso, Claudia e Ipiranga do Norte, no Estado do Mato Grosso.

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

09 - Processo IPHAN nº 01403.000044/2008-25

Projeto: Levantamento Arqueológico Sistemático Prospectivo e Programa de Educação Patrimonial na Rodovia Federal BR-316

Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas da Universidade do Extremo Sul Catarinense

Área de Abrangência: Municípios de Canapi, Mata Grande e Inajá, no Estado de Alagoas.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO II

01 - Processo IPHAN nº 01506.000416/2008-65

Projeto: Arqueologia Funerária no Mosteiro da Luz: Túmulos da Fundação das Concepcionistas em São Paulo

Instituição Executora: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Moraes.

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

02 - Processo IPHAN nº 01512.000014/2008-81

Projeto: Prospecção Arqueológica e Monitoramento para Licenciamento da 13ª Travessia do Taim

Instituição Executora: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas

Arqueólogo Coordenador: Jorge Luiz de Oliveira Viana

Área de Abrangência: Município de Santa Vitória do Palmar, no Estado do Rio Grande do Sul.

Prazo de Validade: 01 (um) mês

03 - Processo IPHAN nº 01500.000868/2008-05

Projeto: Programa de Resgate do Patrimônio Arqueológico das Áreas A1 e A2 do COMPERJ - Fase I

Instituição Executora: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Arqueóloga Coordenadora: Maria Dulce Gaspar

Área de Abrangência: Sítios Arqueológicos: Morro do Sol, Aldeia do Iri, Macacu II, Aldeia dos Ventos, Casa de São Barnabé, Nascente, Macacu I, Três Luas, Caminho, Caximbo, Corte, Luz do Luar, Casa dos Ingleses, Caceribu, Macacu III, Macacu IV, Coqueiro e Morro Redondo, em área localizada entre os rios Macacu (a norte) e Caceribu (a sul), parte integrante da macro-região Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO III

01 - Processo IPHAN nº 01502.000528/2005-11

Projeto: Plano de Acompanhamento Arqueológico do S.E.S da Cidade de Rio de Contas - Estado da Bahia

Arqueólogo Coordenador: Ivan Dorea Cancio Soares

Apoio Institucional: Centro de Estudos das Ciências Humanas

Área de Abrangência: Município de Rio de Contas, no Estado da Bahia.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

02 - Processo IPHAN nº 01516.001028/2007-00

Projeto: Pesquisa para Diagnóstico Arqueológico - Projeto Montes Claros de Goiás - Implantação de Atividades de Mineração, Beneficiamento e Metalurgia de Minério de Níquel em Montes Claros de Goiás

Arqueóloga Coordenadora: Maria Teresa Teixeira de Moura

Apoio Institucional: Instituto de Pesquisas em Arqueologia

Área de Abrangência: Município de Montes Claros de Goiás, no Estado de Goiás.

Prazo de Validade: 03 (três) meses

03 - Processo IPHAN nº 01514.000802/2007-77

Projeto: Programa de Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico da Linha Tronco do Gasoduto do Brasil Central

Arqueólogos Coordenadores: Paulo Alvarenga Junqueira e Ione Mendes Malta

Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Área de Abrangência: Do Município de São Carlos, Estado de São Paulo até Brasília, Distrito Federal atravessando o Triângulo Mineiro em Uberaba e Uberlândia e o Estado de Goiás.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01 - Processo IPHAN nº 01500.000624/2006-52

Projeto: Acompanhamento Arqueológico para a Edificação do Sítio-Museu do Sambaqui do Velho.

Instituição Executora: Laboratório de Antropologia Biológica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Arqueóloga Coordenadora: Nanci Vieira de Oliveira

Área de Abrangência: Enseada de Piraquara de Fora, Município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Prazo de Validade: 08 (oito) meses

DEPARTAMENTO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS

RETIFICAÇÃO

Na Ata de Reunião do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada de 24 a 28 de março de 2008, publicada no DOU de 3/4/2008, Seção 1, páginas 10 e 11. Onde se lê: "(...) Prefeitura Municipal de Tocantinópolis; Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis; Tocantinópolis; TO; R\$ 70.904,19; R\$ 2192,91; R\$ 73.097,10 (...)".. Leia-se "(...) Prefeitura Municipal de Tocantinópolis; Museu Histórico e Etnográfico de Tocantinópolis; Tocantinópolis; TO; R\$ 64.241,00; R\$ 8.856,00; R\$ 73.097,00".

ANEXO G

Edital UNESCO 005/2008



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO,
A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO

PROJETO 914 BRA 4003 - EDITAL Nº 005/2008

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Ministério da Cultura, por meio do Contrato de Empréstimo Nº 1200/OC-BR com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, relativo ao Programa MONUMENTA, seleciona profissionais **com experiência em ARQUEOLOGIA**, para trabalhar para o Programa, na modalidade **CONTRATO POR PRODUTO**, com os seguintes perfis:

I) Cargo: Consultor

Nº Vagas: 01 (uma)

CÓDIGO: AQ08-SE1

a) Qualificações: Experiência mínima comprovada de 1 (um) ano, em arqueologia histórica, preferencialmente com experiência em trabalhos arqueológicos de campo e/ou de laboratório, e em coordenação de equipes;

b) Formação Acadêmica: Nível superior, nas áreas das Ciências Humanas ou Naturais;

c) Contexto: O Programa Monumenta possui diversas ações em desenvolvimento na cidade sergipana de Laranjeiras. Dentre as intervenções físicas, destaca-se um conjunto de antigos trapiches, a maioria em ruínas, que será objeto de implantação de um campus da Universidade Federal de Sergipe. Esse espaço detém grande potencial arqueológico e sua valorização e salvaguarda somente pode ser alcançada através da atuação de profissionais especializados que possam identificar e analisar os vestígios arqueológicos existentes.

d) Serviço/Atribuições: Análise e avaliação dos vestígios arqueológicos existente no *Quarteirão dos Trapiches, na cidade de Laranjeiras-SE*, em termos de sua localização espacial, conservação e significância histórica e pública, com fins de integração aos projetos de restauração em execução;

e) Produtos: **i)** Documento técnico contendo informações sobre o Quarteirão dos Trapiches – material bibliográfico e documental levantado, para conhecimento do contexto histórico em que a ocupação do lote, a edificação e o espaço urbano se enquadram, incluindo diagnóstico do potencial arqueológico do subsolo, observação das características do terreno e análise dos perfis; **ii)** Documento Técnico contendo descrição, análise crítica e resultados da prospecção arqueológica realizada no Quarteirão dos Trapiches, incluindo fotos e plantas gerais e detalhadas do sítio com a localização e adequada representação das áreas pesquisadas (desenho dos perfis estratigráficos em escala 1/10, utilizando-se de programas como o Corel Draw e/ou Autocad. Documentos Técnicos, relativos a cada etapa finda, constando texto explicativo sobre os objetos em estudo (edificação e/ou terreno), e o registro fotográfico e em planta, dos vestígios arquitetônicos e móveis observados;

e) Local de Trabalho: Laranjeiras - SE;

f) Período do Contrato: Até 03 (três) meses

II) Cargo: Consultor

Nº Vagas: 01 (uma)

CÓDIGO: AQ08-SE2

a) Qualificação: Experiência mínima comprovada de 1 (um) ano, em arqueologia histórica, preferencialmente com experiência em trabalhos arqueológicos de campo e/ou de laboratório, e em coordenação de equipes;

b) Formação Acadêmica: Nível superior, nas áreas das Ciências Humanas ou Naturais;

c) Contexto: A Praça São Francisco, em São Cristóvão/SE é candidata ao título de Patrimônio Mundial e, visando a melhoria de infra-estrutura na área de forma a colaborar na obtenção desse título, o Governo do Estado de Sergipe está realizando a obra da rede de fiação subterrânea da área situada no entorno imediato da praça.

d) Serviço/Atribuições: Análise e avaliação dos vestígios arqueológicos existente na *Praça São Francisco e imediações, na cidade de São Cristóvão-SE*, em termos de sua localização espacial, conservação e significância histórica e pública, com fins de integração aos projetos de restauração em execução;

e) Produtos: **i)** Documento técnico contendo informações sobre a Praça São Francisco – material bibliográfico e documental levantado, para conhecimento do contexto histórico em que a ocupação do lote, a edificação e o espaço urbano se enquadram, incluindo diagnóstico do potencial arqueológico do subsolo, observação das características do terreno e análise dos perfis; **ii)** Documento Técnico contendo descrição, análise crítica e resultados da prospecção arqueológica realizada na Praça São Francisco, incluindo fotos e plantas gerais e detalhadas do sítio com a localização e adequada representação das áreas pesquisadas (desenho dos perfis estratigráficos em escala 1/10, utilizando-se de programas como o Corel Draw e/ou Autocad. Documentos Técnicos, relativos a cada etapa finda, constando texto explicativo sobre os objetos em estudo (edificação e/ou terreno), e o registro fotográfico e em planta, dos vestígios arquitetônicos e móveis observados;

f) Local de Trabalho: São Cristóvão - SE;

g) Período do Contrato: Até 02 (dois) meses

Interessados deverão encaminhar currículo atualizado até o dia **06 de abril de 2008**, via e-mail para selecao.monumenta@minc.gov.br, em formato Word ou PDF, colocando como título da mensagem o **Código da Vaga** a que deseja concorrer.

Em atenção às disposições do decreto nº 5151, de 22 de julho de 2004, informamos que estas contratações serão efetuadas mediante processo seletivo simplificado, sendo exigido dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com os trabalhos a serem executados. É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública direta ou indireta das esferas Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos acordos de cooperação técnica internacional.

ANEXO H

Ofício 792/2009 de 24/11/2009 aprovando o Relatório Final Técnico Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE.

Ofício n.º 792/2009

Aracaju, 24 de novembro de 2009.

Handwritten initials

IPHAN/IPHAN-SE
01504.001673/2009-15
24/11 / 2009



A Sua Senhoria o Senhor
Daniel de Castro Bezerra
Arqueólogo
Av. Selda de Vasconcelos Silveira - Aeroporto
CEP: 49037-821 Aracaju/SE

Senhor Arqueólogo,

Comunicamos a V. S.ª que o Relatório Final Técnico Arqueológico de Acompanhamento e Resgate do Patrimônio Material e Cultural do Quarteirão dos Trapiches em Laranjeiras/SE, de sua autoria foi aprovado pela Coordenação de Pesquisa e Licenciamento Arqueológico do IPHAN, ratificando o Parecer Técnico n.º 59/2009 de 02/09/2009 elaborado pelo Técnico em Arqueologia Roberto da Silva Ribeiro, desta Superintendência.

Atenciosamente,

Handwritten signature of Terezinha Alves de Oliva

Terezinha Alves de Oliva
Superintendente do Iphan em Sergipe